

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CCAE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ

ENTRE “PAPUDINHOS” E “NOIADOS”:

Uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em espaço de consumo de substâncias psicoativas na região central de Cabedelo/PB.

JOÃO PESSOA/PB

2016

ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ

ENTRE “PAPUDINHOS” E “NOIADOS”:

Uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em espaço de consumo de substâncias psicoativas na região central de Cabedelo/PB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Centro de Ciências Humana, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de pesquisa 04: Políticas Sociais e do Cotidiano: Campo e Cidade

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella

JOÃO PESSOA/PB

2016

P348e Paz, Ana Carolina Amorim da.
Entre papudinhos e noiados: uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em espaço de consumo de substâncias psicoativas na região de Cabedelo-PB / Ana Carolina Amorim da Paz.- João Pessoa, 2016.
182f. : il.
Orientador: Marco Aurélio Paz Tella
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. Antropologia. 2. Sociabilidade. 3. Espaço público - apropriação. 4. Consumo - substâncias psicoativas.
5. Estigmatização.

UFPB/BC

CDU: 37.013(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO**ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ****ENTRE “PAPUDINHOS” E “NOIADOS”:****Uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em espaço de consumo de substâncias psicoativas na região central de Cabedelo/PB.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Centro de Ciências Humana, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia, sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella.

Data da defesa: _____ de _____ de 2016.

Banca examinadora

Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella – PPGA/UFPB – Orientador

Prof^a. Dr^a. Luciana Maria Ribeiro de Oliveira – PPGA/UFPB – Titular Interno

Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva – PPGCS/UFCG – Titular Externo

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella, pela confiança depositada e grande contribuição intelectual durante o mestrado.

Ao Grupo de estudo e pesquisa em etnografias urbanas GUETU/UFPB, pelo apoio intelectual e fraternal durante meus esforços na Antropologia Urbana.

Aos interlocutores participantes desta pesquisa, pela acolhida em seus cotidianos, por confiarem a mim suas histórias de vida e práticas locais, e principalmente, pela rica parceria no desenvolvimento desta etnografia. A cada um agradeço pela contribuição e experiência de vida.

Ao meu companheiro de vida, Mousinho, por compartilhar as minhas angústias e me apoiar incondicionalmente. A ele agradeço todo o suporte e incentivo para a finalização desta pesquisa.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, por me apoiarem e compreenderem minhas ausências.

Aos meus amigos, Marília, Priscylla, Saulo, Ítala, Tâmara, Wilker, Maíra e Luciana, a “TLUF”, que mesmo aqueles distantes geograficamente, sempre estiveram perto, me apoiando e compartilhando delírios, angústias e projetos de vida.

Aos meus companheiros de profissão e luta, em especial Milaneide, Leo, Carol Vidal, Anna Luiza, Evandro, Seu Antônio, a Frente Paraibana Drogas e Direitos Humanos, a Associação Cabedelense de usuários, amigos e familiares da Saúde Mental, pelo incentivo, contribuição e experiência profissional.

À CAPES, pela bolsa de estudos, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

A coordenação do curso e corpo docente pelo apoio durante o mestrado.

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a concretização desta pesquisa.

EPÍGRAFE

“Não trabalho com a inteligência, nem com o pensamento. Mas também não uso a
ignorância” (Stella do Patrocínio)

“De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estava sempre começando, a certeza
de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de
terminar. Fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda um passo de
dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro”
(Fernando Sabino)

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Imagem 01: Croqui da região da pesquisa com os principais pontos públicos de referência.

Imagem 02: Esboço do interior da residência de uma das interlocutoras da pesquisa

Imagem 03: Foto aérea da cidade de Cabedelo e cidades vizinhas

Imagem 04: O centro de Cabedelo/PB

Imagem 05: Área do núcleo do centro da cidade de Cabedelo/PB

Imagem 06: Região central de Cabedelo/PB

Imagem 07: Pessoas em situação de rua na calçada do mercado

Imagem 08: Itinerário da linha férrea que liga o centro de Cabedelo a outros municípios

Imagem 09: Jogo de dama no banco da praça

Imagem 10: Esboço de uma cena cotidiana no bar de Severino.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo o estudo etnográfico sobre cotidiano e práticas de sociabilidade em um espaço conhecido como ponto de encontro e consumo diário e intenso de bebidas alcólicas, o “CTI”, localizado no centro da cidade de Cabedelo/PB. Trata-se de um espaço frequentado por pessoas moradoras da vizinhança, trabalhadores da região e pela população em situação de rua, em sua maioria, pessoas em estado de vulnerabilidade social, econômica, emocional e/ou de saúde. A pesquisa foi realizada em torno do mercado público, concentrando-se na praça Venâncio Neiva, bares e calçadas da região. Contou com a participação de 31 interlocutores frequentadores desse espaço e foi realizada através da observação participante e 06 entrevistas semiestruturadas complementares. A partir da imersão em campo etnográfico, observou-se os modos particulares de apropriação do espaço público através de práticas, interesses e identidades distintas que, por sua vez, apontam para o estabelecimento de normas, conflitos, hierarquizações e formação de grupos de frequentadores. Nesse contexto destaca-se o consumo de substâncias psicoativas, principalmente o “burrinho” (cachaça) e a “pedra” de crack, como elemento de status e ordenador das relações sociais, juntamente com outros aspectos, que atuam no processo de estigmatização de determinados frequentadores.

Palavras chave: sociabilidade; apropriação do espaço público; consumo de substâncias psicoativas; estigmatização.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the ethnography of the routine and sociability practices in a space known as a meeting point for daily consumption of alcohol, "CTI", located in the downtown area of Cabedelo/PB. It is a space attended by people who live in the neighborhood and workers from around that area, as well as homeless, who are in a social, economic, emotional and/or health vulnerability situation. The research was done around the public market area, focusing on bars and sidewalks of the region, mostly in the Venâncio Neiva plaza. The research had a total of 31 counterparts who attend this area, and it was done with the method of participant observation and 6 semi-structured complementary interviews. From the immersion in ethnographic area, it was observed the special ways of appropriation of the public space through practices, interests and distinct identities that point to a establishment of rules, conflicts, hierarchies and formation of regular groups. In this context we can observe the consumption of psychoactive substances, mostly "burrinho" (cachaça) and crack rocks, as an element of status and organizer of the social relationships, along with other aspects that act on the process of stigmatization of some regulars.

Key words: sociability, appropriation of public space, consumption of psychoactive substances, stigmatization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 01. O INÍCIO DE UMA CAMINHADA: construindo o tema de pesquisa, a inserção em campo etnográfico e outras considerações metodológicas	22
1.1. A construção do tema de pesquisa.....	24
1.2. Delimitando o campo etnográfico.....	29
1.3. O encontro com os frequentadores do “CTI” e a identificação dos interlocutores da pesquisa.....	31
1.4. A confusão de papéis na inserção em campo: da negação do óbvio a um lugar possível.....	42
1.5. Um lugar de desamparo: a rua, a relação de confiança/desconfiança e algumas considerações metodológicas.....	54
CAPÍTULO 02. O CENTRO DA CIDADE: contextualizando o espaço de relações do CTI”	65
2.1. Contextualizando o campo de pesquisa: o município de Cabedelo/PB e o centro da cidade.....	66
2.2. “O centro” do centro: a disposição espacial e os múltiplos usos do espaço.....	73
2.3. A dinâmica local, os sentidos atribuídos ao espaço e suas formas de apropriação.....	76
CAPÍTULO 03: O “CTI”: um espaço de sociabilidade e consumo da cachaça	100
3.1. O surgimento do “CTI”: da aglutinação à fragmentação.....	100
3.2. A reconfiguração do “CTI”: deslocamentos e resistências na apropriação do espaço público.....	109
3.3. O cotidiano no “CTI”: sociabilidade masculina e consumo da cachaça.....	116
CAPÍTULO 04: ENTRE “PAPUDINHOS” E “NOIADOS”: consumo de substâncias psicoativas, categorizações dos frequentadores e conflitos no “CTI”	129
4.1. Uma “batida policial”: o que uma situação pode revelar?	129

4.2. A presença da polícia no “CTI”: percepções e consequências em campo.....	135
4.3. “Bandidos”, “homens de bem” e “vagabundos”: os grupos e suas diferenças. 141	
4.4. Entre “papudinhos” e “noiados”: o consumo de substâncias psicoativas e conflitos locais.....	149
4.5. A substância psicoativa como elemento de status e hierarquização entre os grupos de frequentadores do “CTI”	155
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
 ANEXOS.....	180

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado tem como objetivo descrever, analisar e compreender o cotidiano e as práticas de sociabilidade em um espaço denominado de “CTI”, localizado no centro da cidade de Cabedelo/PB, mais precisamente nos arredores do mercado público municipal. Tal termo, que remete ao Centro de Tratamento Intensivo em unidades hospitalares, é empregado localmente para denominar a aglomeração de pessoas em torno do consumo visível, intenso e regular de bebidas alcóolicas e que se encontram em estado de grande vulnerabilidade de saúde, emocional, econômica e social.

Constituído originalmente como um espaço de sociabilidade e ponto de encontro de trabalhadores e moradores da região para entretenimento, lazer e consumo de um tipo de cachaça de alto teor alcóolico e custo baixo, chamado de “burrinho”¹, o “CTI” ao longo dos anos se tornou bastante conhecido na região e atraiu diferentes grupos de frequentadores, adquirindo novos sentidos, usos e espaços que vieram a alterar sua configuração inicial. Além de ser um ponto de encontro voltado para o lazer e consumo intenso de bebidas alcóolicas, se tornou também lugar de acolhida para a população em situação de rua, uso compulsivo e comércio de outras substâncias psicoativas, em especial a “pedra” de crack.

Trata-se, portanto, de um espaço de diferentes práticas e interesses dos seus frequentadores, cuja sociabilidade está fundada no encontro para o consumo da bebida e no contato entre identidades distintas, agregando em seu espaço os denominados “papudinhos”, “noiados”, “vagabundos”, “bandidos” e “homens de bem”. Tais características apontam para a formação de diferentes grupos e hierarquizações que atuam no processo de estigmatização de determinados grupos de pessoas. Para a compreensão do cotidiano e sociabilidades do “CTI” se faz necessário então abordar o modo particular da apropriação de certos espaços públicos do centro da cidade por seus diferentes tipos de frequentadores, suas práticas e substâncias psicoativas de consumo, normas e conflitos existentes no local, dentro das relações mais amplas do centro da cidade.

¹ Segundo os interlocutores desta pesquisa, não se sabe a origem do nome “burrinho”, sendo apenas relatado como referência a uma provável semelhança de seu formato bojudo e pequeno com um burro pequeno.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa etnográfica realizada com frequentadores regulares da região central da cidade que compõem o atual “CTI”, acerca de suas experiências e o cotidiano local, principalmente daqueles que fazem consumo regular e intensivo do “burrinho” e da “pedra”, totalizando 31 interlocutores, entre eles moradores da vizinhança, trabalhadores locais e pessoas em situação de rua. A pesquisa em campo etnográfico ocorreu durante um ano, de maio de 2014 a maio de 2015, com frequência regular, seguida de visitas espaçadas até setembro de 2015.

Essa frequência regular, inicialmente, foi de uma vez por semana, em um dia específico e permanecendo lá durante um turno. Essa definição de horário em campo foi adotada como referência para minha presença no local, já que as tentativas de combinar horários ficavam prejudicadas devido à dinâmica local, estilo de vida e práticas dos interlocutores, além da dificuldade de algumas pessoas na noção de tempo².

Posteriormente, à medida que minha presença vinha se tornando familiar e de acordo com a necessidade da pesquisa, demanda dos interlocutores e situações do campo, essa regularidade foi assumindo outras configurações, alterando os turnos (manhã, tarde e noite) e os dias da semana. Logo em seguida, as visitas ao campo foram sendo intensificadas, tanto na quantidade de dias quanto de turnos no local, indo várias vezes por semana e em diferentes períodos do dia. Assim, foi possível acompanhar a temporalidade do local ao longo do dia, da semana e dos meses no período de um ano. Contudo, a permanência noturna se mostrou grande desafio, principalmente por questões de segurança, necessitando de vínculo e apoio dos interlocutores para minha permanência durante a madrugada, o que não foi possível pela forte presença da polícia no local, interferindo na dinâmica e regularidade dos interlocutores na região.

² Algumas pessoas apresentam essa dificuldade de orientação e noção de tempo por questões cognitivas, como no caso daquelas sob efeito das substâncias psicoativas, as pessoas que devido ao consumo crônico adquirem doenças (como a demência) ou até mesmo na crise de abstinência. Contudo, muitas das pessoas do local assumem outras referências de medida e contagem do tempo mais associadas à dinâmica local e suas práticas – horário do trem, horário em que abre e fecha o mercado, os dias de feira como marcador da semana, entre outros exemplos - do que ao tempo secularizado, medido pelo relógio ou calendário. É claro que essa noção de tempo distinto é relativa, não se apresentando de forma exótica, extraordinária ou totalitária, e sim trazendo nuances que distinguem formas de conceber o tempo. Tal assunto nos remete a noção de tempo trazido por Evans-Pritchard (1999) em *Os Nuer*.

A pesquisa contou ainda com entrevistas semiestruturadas, compostas por um roteiro de perguntas acerca das histórias de vida e cotidiano das pessoas que frequentam o local, a percepção do espaço, do consumo de álcool e outras substâncias, as formas de sociabilidade, regras e conflitos existentes³. Esse roteiro teve intuito apenas de disparar a conversa, deixando o entrevistado discorrer sobre sua percepção e interpretação da realidade local, apontando os pontos que consideravam mais significativos de suas experiências, e também, como forma de balizar as conversas.

Apesar de boa circulação entre as pessoas do local e o estabelecimento de vínculos, o que facilitou o desenvolvimento de conversas em grupo e de entrevistas individuais, estas se apresentaram bastantes difíceis de serem registradas em áudio e anotações durante a permanência no local. As anotações no caderno de campo durante a observação participante e o registo de áudio das entrevistas foram cercadas de curiosidade, vários questionamentos, olhares de desconfiança e inibição. Se por um lado as conversas e entrevistas aconteceram numa relação de confiança em relatar suas vidas e práticas, por outro, houve a desconfiança em terem seus relatos registrados e com isso a possibilidade de serem identificados e os possíveis usos desses registros.

Vale salientar que a pesquisa se deu em um contexto de consumo regular e intenso de bebidas alcóolicas, vivência nas ruas e práticas ilícitas, práticas estas consideradas socialmente de reprovação moral. Portanto, um campo marcado por tensões e intervenções de controle, onde as informações prestadas acontecem cercadas pela relação de confiança e desconfiança. A adoção de alguns meios de registro das informações e de identificação das pessoas continha assim um potencial de delação das práticas locais e dos frequentadores, representando risco para os interlocutores e para a pesquisadora. Dessa maneira, optei por omitir alguns aspectos encontrados durante a pesquisa que consistem em práticas ilícitas, e outras aparecerão ao longo do texto de forma generalizante, apenas com o intuito de não tornar possível a identificação dos interlocutores.

Mesmo em situações em que esses registros não representavam risco diretamente na aplicação e manipulação das informações, assim como aquelas situações em que foi concedida entrevista gravada em áudio, observou-se que o

³ Roteiro de entrevista consta em anexo.

emprego desses recursos formais (entrevista com perguntas diretas sobre determinados temas) e o meio de registro (gravador, fotografia e vídeo) inibiam as falas. Nas três primeiras entrevistas realizadas com gravação de áudio o discurso apresentou-se superficial comparando-se com informações colhidas nas extensas conversas informais nas mesas de bares, calçadas e nas mais diversas situações junto aos sujeitos interlocutores. Nessas entrevistas, as pessoas apresentaram elaborações do senso comum, um discurso seletivo, linear ou mesmo reproduzindo um discurso semelhante aqueles endereçados às instituições de assistência.

Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas com a utilização do gravador apresentaram-se pouco relevantes, sendo consideradas apenas como complementares à observação participante. Foram realizadas 06 entrevistas gravadas em áudio, dando-se, portanto, ênfase ao conjunto de conversas realizadas em campo. Teresinha Bernardo (1998) por exemplo, destaca em seu estudo acerca das memórias de velhas e velhos negros e brancos descendentes de italianos, o quanto as entrevistas gravadas em áudio são cercadas de receios, constrangimentos e inibição dos relatos, optando pela não utilização do gravador.

Tal inibição também pôde ser observada nas entrevistas gravadas realizadas com pessoas frequentadoras do centro que não participavam diretamente das relações do CTI: 01 líder comunitário (representante de organizações da sociedade civil e controle social, antigo frequentador do local) e 01 comerciante da região com mais de 40 anos no local. O mesmo ocorreu com pessoas que atuam diretamente com a população frequentadora do CTI, funcionários de serviços públicos e um grupo de caridade: 05 funcionários do CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) e 02 integrantes de um grupo de caridade responsáveis pela distribuição de sopa no local.

Além disso, foram realizadas várias conversas com moradores da vizinhança, comerciantes e funcionários de instituições públicas (CREAS, ACS e CAPS ad)⁴.

⁴ Foi realizada entrevista em grupo de cinco pessoas funcionárias do Centro Especializado de Assistência Social – CREAS. O CREAS é um serviço de orientação e acompanhamento às pessoas que tiveram seus direitos violados e possui políticas públicas voltadas para populações vulneráveis específicas, como crianças e adolescentes, idosos, mulheres, população em situação de rua, entre outros. Durante a pesquisa houve intervenção do CREAS no espaço para cadastramento das pessoas em situação de rua. Já o CAPS ad, Centro de Atenção Psicossocial para Pessoas que fazem uso de Álcool e outras Drogas, é um serviço de cuidado e tratamento que acompanha várias pessoas frequentadoras do espaço e pontualmente desenvolveu ação de “buscativa” (encontro com os usuários na comunidade) de seus usuários na região durante a pesquisa. ACS é sigla para designar Agente Comunitária de Saúde. Durante a pesquisa houve a circulação de ACS na região, as

Essas pessoas, mesmo não sendo frequentadoras do “CTI”, circulam pelo local (centro da cidade) há muitos anos e/ou se relacionam com as pessoas do “CTI”, portanto, possuem um conhecimento sobre a história da região e uma percepção acerca do espaço, das pessoas e suas práticas locais. Assim, o acesso a essas informações auxilia numa compreensão mais ampla do cenário investigado. Com o mesmo intuito, houve também a participação em eventos municipais sobre a temática da pesquisa⁵.

Além desse receio diante do registro das informações, as entrevistas, observações e vivência em campo percorreram os itinerários de alguns sujeitos da pesquisa, de acordo com o fluxo, rotina e demanda do cotidiano, nos quais, em muitas das situações, não era possível fazer anotações, gravar o áudio ou fotografar, seja pela inviabilidade do manuseio técnico dos equipamentos como pela impossibilidade de aprovação de todos presentes⁶.

Por esses motivos, optou-se pelo não uso do gravador (com poucas exceções) e por não realizar anotações durante a permanência no local da pesquisa. Essas anotações em diário de campo passaram a ser realizadas posteriormente à ida ao campo. Trata-se de um recurso que utiliza não só a atenção do pesquisador para assimilar as narrativas, os fatos presenciados e interações vividas, como também a memória, na tentativa de resgatar essas informações no momento da escrita. Nesse sentido, não se pode negar que as informações tratadas aqui no texto são parciais, pois contam com habilidades cognitivas seletivas, como a atenção, percepção e memória da pesquisadora acerca dos elementos significativos em campo. Parciais também, porque abordam uma realidade circunscrita pelas interações estabelecidas com parte dos frequentadores do espaço, das formas de sociabilidades vigentes, daquilo que foi presenciado no cotidiano local e recortado por um determinado período de tempo. Como sabemos, toda pesquisa e análise são

quais conhecia anteriormente e que, apesar do centro não corresponder a sua área de atuação, conversei acerca de suas percepções sobre a região investigada.

⁵ Convite de um dos interlocutores para participar de uma Mobilização social e audiência pública para discussão acerca do consumo de drogas e criação do conselho municipal de políticas sobre drogas, realizada pelo Ministério público, em 27 de agosto de 2015.

⁶ Muitas das histórias de vida e cotidiano foram colhidas na rua, durante as mais diversas formas de sociabilidade: durante o consumo da bebida ou sob o efeito dessas substâncias (do álcool e outras drogas); durante a atividade de trabalho, entre um cliente e outro; nas calçadas em meio a conversas entre vizinhos; nas filas de espera para ser atendido em algum serviço público, como hospital, posto de saúde; entre outras situações onde as anotações e gravação do áudio apresentavam-se com dificuldade, tanto em sua operação técnica (apoio para escrever, ligar equipamentos, etc), como pela não aprovação de todos aqueles que entravam presentes na cena, inclusive o consentimento institucional.

sempre parciais e, de algum modo, limitadas pela perspectiva do pesquisador/autor (GEERTZ, 2014).

O texto apresenta-se então com poucas transcrições de depoimentos dos interlocutores advindos de entrevistas gravadas, dando lugar a trechos do diário de campo onde constam palavras, expressões e frases dos interlocutores apreendidas durante a pesquisa. Como estratégia de apreensão e reprodução das narrativas dos interlocutores, adotou-se a atenção para a entonação e os significantes trazidos em suas falas, como expressões e palavras que produziam um certo estranhamento, que se repetiam e/ou apresentavam-se como singulares⁷. Alguns diálogos não puderam ser apreendidos tal qual citados pelos interlocutores, com suas próprias palavras, enquanto que outros foram resgatados da memória na tentativa de recriar suas falas a partir de frases e palavras de suas narrativas, como pode ser percebido nos trechos do diário de campo dispostos ao longo do texto. Trata-se de uma solução possível para a realização de registros das informações e que parece válida, visto o contexto em que se desenvolveu a pesquisa.

Já o registro fotográfico e audiovisual sempre que lançado como possibilidade de registro imagético, também era visto com desconfiança e várias pessoas expressaram não admitir sua imagem ou a do local. Em respeito à privacidade e integridade dos interlocutores da pesquisa, em virtude da possibilidade de serem identificados, optei por não expô-los. Sendo assim, o registro em campo tornou-se uma tarefa bem difícil, pois registrar significa para aquelas pessoas a exposição das informações sobre o local, suas práticas (algumas ilícitas) e suas identidades, exigindo arranjos inventivos e formas criativas de registro das experiências em campo.

O desenho se colocou então como ferramenta de registro das imagens, pois ele permite uma leitura sintética de um conjunto de eventos significativos (SANTOS e VOGEL, 1985). Não se trata aqui de uma tentativa de imprimir a realidade tal qual aconteceu ou de retratar com exatidão e estética artística os cenários e as práticas observadas. Os desenhos são esforços de traduzir em imagens uma realidade percebida e como ferramenta de elaboração da experiência vivida. Eles “revelam a reação de um observador especial em suas tentativas de envolvimento e interação

⁷ Esse recurso segue indicação lacaniana acerca da importância dos significantes no discurso do outro, aqui empregado como estratégia de registro.

com os meios e acontecimentos frente aos quais é um estranho” (SANTOS e VOGEL, 1985, p.16).

A aposta no desenho segue também indicações segundo Kuschnir (2014, p.23), podendo ser considerado como “novas formas de narrativas capazes de evocar graficamente ideias, encontros, diálogos, observações e percepções sobre a vida social”, auxiliando no desafio de compreender os modos de sociabilidade e práticas sociais no espaço urbano. Nesse sentido, o uso do desenho acompanha parte da observação participante, como forma de registro e, portanto, material de análise e de apresentação dos resultados.

Contudo, diferentemente de Azevedo (2014), a possibilidade do emprego do desenho nesta pesquisa não surgiu de forma “intuitiva” ou por “hábito”, e sim como sugestão de terceiros⁸ diante da necessidade de produzir imagetivamente alguns acontecimentos considerados significativos no encontro entre pesquisadora/pesquisados. Assim como o diário de campo, os desenhos não foram elaborados durante a atividade de campo, durante a observação participante, mas posteriormente, ao retornar do local de investigação. O emprego do desenho se coloca então em diálogo com o universo pesquisado e deve ser visto em consonância com o conteúdo textual. Surge diante do contexto em que se dá a pesquisa, da dificuldade de fotografar e filmar, da opção por não identificar os interlocutores e manutenção dos vínculos, assim como do ponto de vista da pesquisadora, como uma tentativa de complementar a comunicação dos dados produzidos.

Quanto à utilização do termo de consentimento livre e esclarecido⁹, no caso desta pesquisa, apresentou-se não sendo de relevância pela própria natureza e condução etnográfica. Como destacado anteriormente, o emprego desse documento, assim como os registros das entrevistas, anotações, áudio e imagens,

⁸ Sugestão de uma colega de mestrado, Deyse Brandão, durante reunião de orientação.

⁹ O emprego do termo de consentimento livre e esclarecido e a submissão ao comitê de ética em saúde, trazem à tona a discussão sobre a ética na pesquisa antropológica em interface com a resolução 196 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996), instituída pela Comissão de Ética em Pesquisa (CONEP) para regular a ética em pesquisa com seres humanos. Tais exigências seguem normatizações amparadas no modelo biomédico e, portanto, são percebidas com certo receio na antropologia devido à especificidade das pesquisas etnográficas. Para melhor discussão sobre o tema ver Cardoso de Oliveira (2004) e Fleischer e Schuch (2010). Para este autor, há uma diferença entre pesquisa *com* seres humanos e aquelas *em* seres humanos, afirmando que a pesquisa antropológica é realizada junto com seres humanos, onde os sujeitos da pesquisa são interlocutores e assumem uma posição ativa com o pesquisador e não de objeto/sujeito de intervenção, e portanto, sua participação pressupõe um consentimento da pesquisa.

apresentou-se com resistência em sua aplicação pelos mesmos motivos citados anteriormente. Além disso, houve aqueles que se apresentavam por apelidos ou nomes fictícios no local, pelo mesmo motivo de não identificação, o que colocaria sem validade o documento de consentimento. Outros não sabiam escrever e demonstravam constrangimento.

Tais situações atestam a problemática da aplicação do termo de consentimento esclarecido no referido campo, pois a assinatura coloca o sujeito da pesquisa em condição de confissão de envolvimento em práticas ilícitas ou de condenação moral, colocando-os em risco de serem identificados e até presos (OLIVEIRA, 2010). Mais do que isso, a assinatura ou qualquer outro meio de registro e identificação colocam em risco a situação da pesquisa ou condição de vida dos participantes. Nesse sentido, optou-se pela aplicação do termo apenas nas situações em que foi concedida a entrevista gravada em áudio, pois já havia aí uma abertura para a sua aplicação.

O não uso do registro de imagens fotográficas, audiovisuais, assim como apenas o emprego excepcional das entrevistas gravadas e do termo de consentimento livre e esclarecido, está em consonância com valores éticos da pesquisa e de acordo com resolução que regula a pesquisa antropológica no Brasil, a ABA- Associação Brasileira de Antropologia. É direito do antropólogo preservar informações confidenciais que porventura a pesquisa contenha e é direito do pesquisado requerer a “preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais” e a “garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado”, segundo código de ética da ABA (ABA, 2013).

Além disso, o documento termo de consentimento livre e esclarecido não é garantidor da ética na pesquisa, e sim os valores éticos de justiça e respeito com as populações investigadas, principalmente com as populações vulneráveis (FONSECA, 2010). A presente pesquisa parte em primeiro lugar, de um compromisso e respeito com os sujeitos interlocutores, cuja qualidade do consentimento se sobressai à forma. Em segundo lugar, o desenvolvimento da pesquisa aconteceu sob constantes trocas juntos os interlocutores: as pessoas conheciam os motivos da minha presença no local, não só permitindo a permanência, mas atuando ativamente no desenvolvimento da pesquisa. Este parece ser o real consentimento dos interlocutores da pesquisa, pois de acordo com

o Código de Ética da American Anthropology Association, trazido por Cardoso de Oliveira, é “a qualidade do consentimento, não o formato, que é relevante. (AAA apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010)

Seguindo as intenções de investigação acerca do cotidiano e sociabilidades no “CTI”, os elementos apontados aqui foram analisados ao longo de quatro capítulos.

No capítulo 01, O início de uma caminhada: construindo o tema de pesquisa e a inserção em campo etnográfico, aborda-se o modo como se deu a escolha pelo tema e local de investigação, a relevância da pesquisa, o processo de chegada em campo e o encontro com o outro. Teremos assim, um capítulo metodológico onde consta uma descrição geral acerca dos receios e possibilidades neste fazer etnográfico, destacando: as perspectivas iniciais sobre o tema; o modo como se deu o contato com os frequentadores do espaço e identificação dos interlocutores, a identidade e os papéis da pesquisadora em campo, as relações de confiança/desconfiança e de gênero, algumas estratégias metodológicas, entre outros aspectos que assinalam os limites e potencialidades de toda e qualquer pesquisa.

No capítulo 02, O centro da cidade: contextualizando o espaço de relações do “CTI”, como forma de melhor compreender a formação desse espaço e as relações existentes entre os grupos de frequentadores, foi realizada uma contextualização acerca da cidade e de sua região central. Dessa maneira, trouxe alguns aspectos geográficos, econômicos e culturais da cidade que atuam na sua distribuição populacional, o centro como importante polo atrativo e “mancha” comercial, assistencial-administrativa e de lazer do município. Em seguida, teremos uma caracterização da dinâmica do centro da cidade e suas múltiplas formas de ocupação, destacando o papel de determinados equipamentos urbanos de uso coletivo, como o mercado, a estação ferroviária e a praça “da caixa d’água”, no surgimento e consolidação desse espaço denominado de “CTI”. Para tanto, utilizou-se como modelos para pensar as práticas sociais e sua relação com o espaço, as categorias desenvolvidas por Magnani (2002): *Mancha, circuito, trajeto e pórtico*.

O capítulo 03, O “CTI”: um espaço de sociabilidade e consumo da cachaça, aborda o processo de origem desse espaço a partir da apropriação particular do espaço público para consumo intenso e diário da bebida alcóolica por frequentadores regulares do centro da cidade, além do constante processo de

intervenções do espaço urbano, as transformações na configuração espacial e a atual dinâmica local. Tem-se assim, uma discussão sobre o processo de transformações do espaço que levaram a uma reconfiguração do que seria o “CTI”, através de autores como Proença Leite (2002), Franch e Queiroz (2010), entre outros. Também veremos a dinâmica atual do “CTI”, os principais equipamentos urbanos que agregam as pessoas, os diferentes frequentadores e as relações sociais existentes que o configuram como um “pedaço” (MAGNANI, 2002) e de sociabilidade masculina das pessoas que fazem uso diário da bebida alcoólica (NASCIMENTO, 1999; NEVES, 2003; SIMMEL, 1983).

O quarto, e último, capítulo, intitulado de Entre “papudinhos” e “noiados”: consumo de substâncias psicoativas, categorizações dos frequentadores e conflitos no “CTI”, traz uma discussão sobre as identidades e o processo de constituição dos grupos de frequentadores (BARTH, 2000; HALL, 2006), a partir de interesses particulares, diferenças e semelhanças das práticas das pessoas. Destaca-se nesse processo a substância de consumo, especialmente a cachaça e a “pedra” de crack, como elemento de status social e hierarquizações entre os grupos, entre outros aspectos, como a adoção de práticas ilícitas e/ou moralmente reprováveis. Para finalizar o capítulo, será apontado alguns desses aspectos que podem ser interpretados como impurezas sociais (DOUGLAS, 1969), que atuam no processo de estigmatização (BECKER, 2008; ELIAS E SCOTTSON, 2000; GOFFMAN, 2012) de determinados grupos e em suas representações sociais.

Assim, se delineia a pesquisa aqui exposta.

CAPÍTULO 01. O início de uma caminhada: construindo o tema de pesquisa, a inserção em campo etnográfico e outras considerações metodológicas

Era de manhã. Desço do ônibus na parada do hospital geral. “Vai para João Pessoa?”¹⁰, pergunta um motorista de transporte alternativo, ao me ver passar. Ao fundo, músicas vindo de várias direções, frenagens de ônibus, risos e conversas. Vou em direção ao mercado público e passo por um dos dois grupos de homens de meia idade que jogavam dominó na calçada. Logo, as batidas das peças no tabuleiro de madeira dão lugar a elogios dirigidos a minha aparência. Atravesso a sede da prefeitura municipal e uma mistura de sons, cores e aromas tomam de assalto meus sentidos e disputam minha atenção. Sinto o cheiro dos frangos abatidos expostos em um balcão na calçada e, do outro lado, o perfume de pinho dos produtos de limpeza à venda. Mais à frente, vejo um estabelecimento de próteses dentárias, escondido por manequins que desfilam as últimas tendências da moda feminina popular de uma loja ao lado. Chego ao cruzamento entre a “praça da caixa d’água” e o mercado público municipal. Atraída pelo som que embala os corpos embriagados de frequentadores de um dos bares, me dirijo à praça. Em uma das mesas espalhadas pelo espaço, está uma mulher acompanhada de dois homens, com copos e uma garrafa de cerveja sobre a mesa. Eles discutem entre si, o que gera gritos da mulher e de outras pessoas que estão no local. O clima parece tenso, acho melhor ir ao mercado. Caminho entre homens deitados e sentados nas calçadas e, ao lado deles, vejo garrafas vazias de “burrinho”. Entro no recente prédio do mercado público. Mais cores, mais cheiros e sons. Chama a atenção o ranger do carrinho de mão sendo empurrado por um homem, aparentemente em situação de rua e a espera de alguns trocados pelo serviço. Fregueses e feirantes conversam, negociam. De repente: “Oi Carol, o que você está fazendo aqui?”. Era Maria, ex-usuária de serviços onde trabalhei. Ela estava acompanhada de seu “companheiro”, e ambos me convidam para conhecer o “barraco” onde estavam morando. No caminho, enquanto percebia o barulho se acalmar e os tons de cinza das edificações maltratadas pelo tempo alterarem a paleta de cores daquele dia, Antonio comenta: “você foi enviada por Deus!”, acreditando ser eu aquela que ajudaria as pessoas em situação de rua. Logo em seguida, o cheiro de fumaça me leva ao encontro de

¹⁰ As palavras entre aspas correspondem a expressões trazidas pelos interlocutores da pesquisa ou transeuntes do espaço.

olhares desconfiados que vinham de uma dupla de jovens homens ao nos verem passar por ali. “É tranquilo, você está com a gente!”, diz Maria diante da tensão. Chegamos a um terreno baldio. Dois “barracos” feitos por lona preta e madeira de mobiliário, trilhos de trens desativados pelo chão e, ao fundo, o Porto. Ali, conversamos acerca de suas histórias de vida, vivência nas ruas, o cotidiano local, suas experiências e uso de bebida alcóolica, crack e outras “drogas”. Enquanto isso, de longe, pessoas nos vigiavam. Ouço de Antônio: “Estão estranhando a senhora, uma doutora sentada aqui no meio de nós!”.

O relato acima descreve observações realizadas no primeiro dia de incursão no centro da cidade de Cabedelo/PB, onde está localizado há aproximadamente 50 anos um espaço denominado de “CTI”. O centro do município de Cabedelo/PB, cidade portuária com aproximadamente 65 mil habitantes, vizinha da capital paraibana, João Pessoa, é um lugar de trocas e encontros de pessoas e interesses, onde se encontra uma variedade de produtos, serviços e substâncias, caracterizada como centro das relações sociais da cidade. Através do relato acima é então possível perceber, de modo geral, o contexto onde foi realizada a pesquisa, pois nele percebe-se parte dos espaços, atores¹¹ e práticas sociais lá existentes, assim como insinuações sobre a diversidade dos modos de sociabilidades e apropriação desse espaço, que serão abordados ao longo do texto.

Entretanto, também chamo a atenção para alguns aspectos do trabalho de campo e o fazer etnográfico a partir de tal relato. Nele, podemos perceber elementos do processo de inserção em campo de pesquisa, o encontro com as práticas e as pessoas do local, as relações estabelecidas entre pesquisadora e pesquisados, assim como as estratégias metodológicas adotadas. Mais ainda, através desse relato, é possível perceber a relação confiança/desconfiança e as expectativas sobre minha presença no local, os meus receios, os limites e potencialidades do modo como ocorreu minha inserção em campo, o encontro com as pessoas do local e a identificação dos possíveis interlocutores da pesquisa.

¹¹ Todos os nomes citados ao longo do texto são fictícios, substituindo assim os nomes ou apelidos de identificação das pessoas frequentadoras do local de pesquisa. O emprego da substituição dos nomes se dá pela necessidade de sigilo e não identificação das pessoas, visto o receio de muitos de serem identificadas, delatadas e as implicações que isso poderia acarretar em suas vidas. Optou-se assim, pela identificação das pessoas por nomes fictícios por considerar mais interessante e diante da impossibilidade de representá-las pelas iniciais de seus nomes (várias possuem nomes semelhantes, outras não obtive o nome completo ou apenas o apelido). Em alguns casos, optei por omitir informações, alterar o gênero ou idade, como forma de disfarçar as características dos interlocutores e sua possível identificação.

Estes aspectos apontam para uma relação anterior com o espaço e com algumas pessoas da pesquisa. Dessa maneira, no subitem a seguir, será mais bem discutido como surgiu a aproximação com o tema e local de interesse de investigação, para posteriormente, abordar a delimitação do campo etnográfico, sujeitos interlocutores da pesquisa e outros aspectos da inserção em campo.

1.1. A construção do tema de pesquisa

Meu interesse pelo “CTI” surgiu aproximadamente em 2010, quando ainda atuava como psicóloga em um Centro de Atenção Psicossocial voltados ao cuidado e tratamento de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas no município de Cabedelo/PB – CAPS AD Primavera. Foi nessa época que ouvi pela primeira vez acerca de um espaço denominado de “CTI”.

Tal termo era empregado pelas pessoas do referido município para designar grupos de pessoas em vulnerabilidade social, econômico e emocional¹² que se agrupavam regularmente e espacialmente em um determinado espaço público da cidade para o consumo diário e intensivo da bebida alcóolica. Tal termo aparecia em alusão ao Centro de Tratamento Intensivo hospitalar (CTI), devido à regularidade e intensidade do consumo da cachaça e consequente estado de debilidade física,

¹² A condição de vulnerabilidade social, econômica e emocional empregada e enfatizada nesta pesquisa merece alguns apontamentos. De acordo com Monteiro (2003, p.7), o termo pobreza corresponde, de forma simples e objetiva, à “condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras”. Para Osório et al (2011, p. 9) a pobreza “é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir”, seria então o “agregado dos estados de privação dos seus membros”, e a categoria pobreza extrema, seria empregada em situações de indigência e fome. Portanto, a pobreza extrema seria uma categoria que serve para qualificar a linha de pobreza e como parâmetro para políticas públicas de distribuição de renda. Essas definições, segundo Osório et al (2011), obedecem a conceitos políticos administrativos que levam em conta a renda das famílias e uma linha de pobreza baseada no custo estimado para aquisição das necessidades humanas básicas. Contudo, a questão econômica aparece apenas como um dos fatores que caracterizam a condição de vida das pessoas descritas acima. Já o emprego do termo vulnerabilidade segue contribuições de Robert Castel (1997) e parece ser mais apropriado para o caso. Para este autor, os grupos de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, apesar de estarem socialmente incluídos (fazem parte da dinâmica da sociedade), encontram-se em uma condição de fragilidade e instabilidade social, e por isso demandam ações de melhoria da qualidade de vida e oportunidade de participação econômica, social e política efetiva. Trata-se de uma concepção em torno da precarização das relações e compromissos sociais, tais como trabalho/estudo, família, padrões de sanidade e higiene, obediência às leis, entre outros elementos normativos da sociedade que servem para mensurar o grau de inserção social, não podendo ser concebidos apenas como sinônimos de pobreza e miséria. Tal concepção, leva à noção do processo de desqualificação social trazido por Paugan (2003), apontando uma série de aspectos socioeconômicos e culturais que geram e retroalimentam estigmas que atuam no *status* social de determinados grupos de pessoas. Daí o uso do termo vulnerabilidade social, econômica e emocional como forma de enfatizar a situação social destas pessoas a partir das questões citadas acima.

cognitiva, emocional e social de vários de seus frequentadores. Assim, tal como os pacientes dos centros de tratamento intensivo hospitalar (atualmente denominado de UTI), muitas das pessoas que formavam o “CTI” encontravam-se “combalidas”, com complicações graves de saúde e risco de morte, em decorrência desse tipo de uso da bebida. Daí o emprego do termo “CTI”. Muitos dessas pessoas chegavam aos serviços públicos de saúde, entre eles o CAPS em que eu trabalhava.

Destacava-se nesse contexto cabedelense o “CTI” da região central do município, pois é considerado o primeiro da cidade e aquele que abarca um número maior de pessoas e uma maior heterogeneidade de seus frequentadores. Como o serviço em que trabalhei se instalou no centro da cidade em seu primeiro ano de funcionamento (2009-2010), precisamente em frente à Praça da Caixa D’água e ao lado do mercado público, tive a oportunidade de conhecer a região e algumas pessoas que frequentavam a referida localidade.

De início, o que geralmente testemunhava era o consumo regular e visível da bebida por pequenos grupos de pessoas, geralmente moradores da vizinhança e pessoas em situação de rua¹³, nos bares, praça e calçadas da região. Porém, segundo relatos de alguns dos frequentadores do “CTI”, que conheci através da atuação profissional, ali também servia como ponto de encontro das pessoas que faziam uso da “pedra” de crack e outras substâncias.

Desse modo, o “CTI” seria um espaço onde coexistiriam várias modalidades de encontro, sentidos e interações, agregando pessoas de várias procedências, estilos de vida e intenções, mas que tinham em comum a sociabilidade regular em torno desta prática no local. Entretanto, um espaço atravessado pelo tema da vulnerabilidade social e consumo de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas)¹⁴, temas estes que surgiram como interesse de estudo, pesquisa e atuação

¹³ A expressão *em situação de rua* pode ser entendida, neste texto, de forma mais ampla, como a assimilação da experiência da rua como local de pertencimento ou estado situacional (COSTA, 2005). Contudo, mais do que familiaridade ou convívio com o local, a possibilidade de fazer dele o lugar que “ordena seu cotidiano, as relações e sua identidade” (GREGORI, apud RUI, 2014, p.67). Este tema será melhor discutido posteriormente no capítulo 02.

¹⁴ O termo droga merece aqui uma resumida discussão. Ele é comumente relacionado, no campo das políticas públicas, à noção trazida pela OMS (1981), a droga como sendo uma substância externa, que no organismo vivo altera pelo menos duas de suas funções. Já drogas psicotrópicas entende-se por substância psicoativa (SPA), natural ou sintética, não produzida pelo próprio corpo, que ao ser consumida atinge o sistema nervoso central, alterando assim, as funções de percepção, humor, vigília e consciência. Tal conceito reportar-se-ia imediatamente às substâncias e seus efeitos, ao corpo e à alteração dos sentidos. Mas essas substâncias, as drogas, também reservam seu valor simbólico que se inscreve tanto no corpo daqueles que as consomem como também na cultura. Como qualquer outro objeto ou fenômeno social, ela é investida simbolicamente, atravessada por

profissional desde 2007, quando, ainda aluna de graduação em psicologia, passei a atuar em serviços públicos da Rede de Atenção Psicossocial¹⁵.

Vale salientar que esse encontro com o tema se deu em serviços públicos de saúde e, portanto, recortado socioeconomicamente, espacialmente e discursivamente em um espaço destinado ao atendimento profissional em saúde. As pessoas acompanhadas, principalmente de baixa renda, chegavam a esses serviços a partir da identificação da necessidade de apoio para superar aquilo que julgavam no momento como sendo um problema relacionado ao consumo do álcool e/ou outras drogas, ou seja, trazendo consigo um discurso da queixa.

Apesar da singularidade da história de vida de cada pessoa acompanhada e da sua relação particular desenvolvida com determinadas substâncias, configuravam-se como principais queixas da insatisfação desse consumo os problemas de saúde e as situações de gradativo desenlaçamento dos vínculos afetivos, familiares, de trabalho e de moradia, relacionados ao uso regular e intenso de álcool e/ou outras substâncias psicoativas¹⁶. Tais relatos acompanhavam não só

diferentes significantes e representações sociais, que marcam o seu lugar e papel na sociedade ao longo do tempo. Seguindo indicações de Henrique Carneiro (1994b), a droga é um conceito moral das substâncias psicoativas, concebida por determinantes culturais e históricos de uma sociedade. O emprego de tal termo também está relacionada as substâncias psicoativas para enfatizá-la como uma “questão” ou “problema social” (LABATE, et al, 2008). Nesse sentido, o termo droga é entendido aqui como uma substância psicoativa revestida culturalmente de valores, crenças e morais, que determina sua distinção frente a outras substâncias, também psicoativas, a partir de interesses sociais, ideológicos, políticos, econômicos, religiosos e científicos. A escolha pelo uso do termo consumo de drogas serve, portanto, para evidenciar esse lugar construído culturalmente de distinção frente a outras substâncias em nossa sociedade e que aparecem nos discursos e modos de agir nas relações do campo investigado. O referido assunto será melhor discutido no capítulo 04, a partir dos dados apresentados em campo. Por hora, tal conceituação exposta serve apenas para contextualizar o termo empregado.

¹⁵ Esta rede de atenção é composta por vários serviços, programas e políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) voltados ao cuidado na área temática da saúde mental. Os serviços que atuei, foram: Ambulatório do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (através do Projeto de extensão Aimée/UFPB); Centro de Atenção Psicossocial de Cabedelo/PB (CAPS I); CAPS AD de Cabedelo/PB; CAPS AD de João Pessoa/PB; e Núcleo de Apoio a Saúde da Família de Cabedelo/PB – NASF.

¹⁶ A qualidade do consumo como sendo regular e intenso reporta-se aqui a um consumo específico, distinto do uso recreativo ou ritualístico de tais substâncias. Está empregado como alternativa aos termos comumente usados no campo das políticas públicas sobre o tema e que advêm do campo da saúde, como o consumo compulsivo e prejudicial. O adjetivo compulsivo serve para qualificar o consumo que advêm do forte desejo e necessidade subjetiva (que não exclui a necessidade fisiológica de uma determinada substância, mas agrega a afetiva e social no contexto desse consumo) em manter-se sob efeito alterado ou em estado desejante. Já o adjetivo prejudicial é empregado para distinguir o tipo de consumo no qual a pessoa consumidora da substância a identifica como sendo causadora de problemas ou danos em suas vidas (físico, psíquico e/ou social). Tais termos, compulsivo e prejudicial, corresponde assim a uma classificação mais ampla, pois coloca não a droga como objeto maléfico ao sujeito consumidor, e sim o tipo de relação que o sujeito desenvolve com o consumo de determinadas substâncias, diferindo-se de outros modos de classificação. Têm-se como instrumento de classificação amplamente empregado no campo biomédico acerca do uso de drogas o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM),

os supostos danos decorrentes desse consumo no corpo e no social, mas principalmente um não saber lidar com as agruras da vida, os encontros e desencontros, frustrações, anseios e conflitos subjetivos inerentes à existência humana e às relações sociais. Além disso, testemunhava os desrespeitos, preconceitos, abusos e violações de direitos, sofridas principalmente por aqueles que se encontravam em situação de grande vulnerabilidade, pobreza e/ou vivendo nas ruas. Como consequência, nessa caminhada de interesse pelo tema, senti um empuxo para um engajamento político em defesa dos direitos e qualidade de vida das pessoas que fazem uso de drogas¹⁷.

Ao mesmo tempo, notava-se que o interesse pelo tema do consumo de drogas vinha ganhando intensidade no contexto brasileiro, principalmente a partir do ano de 2009, tornando-se este um assunto do cotidiano de várias cidades brasileiras. O uso de drogas, especialmente do crack, por aglomerados de pessoas em espaços públicos tais como praças, ruas, calçadas e largos em uma maior proporção, principalmente dos grandes centros urbanos, gerou uma alteração na paisagem urbana fazendo-se ser notado pela população em geral e divulgado pela mídia.

O sentimento de insegurança e preocupação à ordem social foi crescendo à medida que assistíamos as notícias diárias sobre o suposto alastramento do consumo de drogas e sua relação com a violência, criminalidade e degradação das pessoas e da cidade. Com a maior visibilidade acerca do tema, testemunhava-se assim um forte apelo social por ações públicas emergenciais para coibir a proliferação desta prática, principalmente em lugares públicos e por grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social e emocional (muitas dessas ações violavam direitos humanos fundamentais dessas pessoas).

Apesar da particularidade que este fenômeno reservava, principalmente pelo destaque dado ao uso do crack, certas características na formação desses grupos,

que na sua versão atual é o DSM V, e o manual de Classificação Internacional de Doenças (CID), em sua décima versão. No CID10 encontramos o termo *uso nocivo*, como aquele que causa danos físicos e mentais (OMS, 1993), e no DSM V temos o *uso abusivo* que além de reportar aos danos físicos e mentais, acrescenta-se os danos de cunho social, segundo AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (2002). Já o termo *dependência* de drogas, para ambos manuais de classificação, estaria relacionado, além dos danos, às características de forte desejo ao consumo, tolerância aos efeitos, uso intensificado progressivamente, estados de abstinência, uso persistente mesmo após ter consciência dos danos enfrentados.

¹⁷ Participando de movimentos sociais como a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), Associação brasileira de Redutores de Danos (ABORDA/2014) e Frente Paraibana sobre Drogas e Direitos Humanos (FPDDH).

modo de consumo e a problemática social que este apontava e engendrava se apresentavam não só historicamente¹⁸ comuns nas grandes metrópoles, mas também em cidades de diferentes escalas.

Atenta a estas questões, a partir da atuação profissional na cidade de Cabedelo/PB pude observar que ali também havia a formação de grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade que se aglutinavam em espaços públicos da cidade, como praças e calçadas, para, entre outras práticas, fazer o consumo de bebidas alcóolicas e/ou outras drogas: o que eles chamavam de “CTI”. É claro que o contexto e proporções de cada espaço se distinguiam, mas surgiu aí um interesse de melhor compreender o espaço do “CTI” e perceber as diferenças e aproximações possíveis em relação a outras realidades.

Ao mesmo tempo, durante essa mesma atuação profissional, observava também, através das várias histórias de vida, que, apesar de situações adversas como a condição de vulnerabilidade em que se encontram muitas dessas pessoas, principalmente aquelas em situação de rua, estas simultaneamente estabeleciam uma rede de sentidos e suporte à sua existência que extrapolava a noção de degradação do corpo e dos laços sociais, tão enfatizada nos espaços de discussão sobre o tema, principalmente no campo da saúde, assistência e segurança pública. Mariana Pantoja (2008), ao abordar a história da constituição dos seringais, os contrastes sociais e o modo de vida dos seringueiros, nos alerta exatamente para isso: mesmo em condições econômicas, sociais e de violência desfavoráveis em que se encontram as pessoas, elas se organizam socialmente, estabelecem regras de convivência e controle, e constituem redes de sociabilidade plurais.

Contudo, as ditas consequências negativas do consumo intensivo de substâncias como o álcool e o crack são bastante enfatizadas para justificar ações de intervenção e controle, deixando em segundo plano outros aspectos dessa relação com as substâncias, sobrepondo-se a temas como as relações cotidianas de afeto, proteção, solidariedade, etc. Para além das abordagens teóricas e panópticas acerca da prática do uso dessas substâncias psicoativas, observa-se na vida de

¹⁸ O mercado interfere no uso de determinadas substâncias de acordo com a disponibilidade da droga (produção, distribuição, repressão, local, etc). O uso de heroína pela população em situação de rua possuiu mais expressividade nos países Europeus e EUA. No Brasil, apesar de sua incidência e relevância, outras drogas, como a cola de sapateiro e o álcool, foram mais visíveis aos olhos da população em geral. Sobre os impactos do consumo de heroína em espaços públicos nos países europeus, ver Burgiermarn (2011). Sobre consumo de cola de sapateiro e álcool pela população de rua, ver Nuñez (2013).

qualquer pessoa, um mundo de sentidos, desejos, anseios e diferentes formas de se relacionar com as pessoas, espaços e outras práticas sociais que escapam aos limites reducionistas e generalizantes de algumas abordagens.

Michel de Certeau (1998, p.172) nos chama a atenção para importância de escapar “às totalizações imaginárias do olhar”, pois “existe uma estranheza no cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado que se destaca sobre o visível”. Isso que o autor denomina de “estranheza” e que está submerso pode ser entendido como singularidade, e que, portanto, escapa ou é renegado por esse olhar genérico visto de cima. É através do cotidiano que se tem acesso não só a pluralidade das práticas, interações e papéis sociais, mas também seus sentidos e particularidades.

Assim, seguindo as indicações de Machado Pais (2003, p.29), o cotidiano poderia ser então encarado como uma “rota de conhecimento dos múltiplos meandros da vida social” que escapam “aos itinerários abstratos” e dogmáticos que várias teorias projetam sobre o social. Nesse sentido, o cotidiano se tornaria então meio de investigação daquilo que emerge dos sujeitos em suas relações próximas regulares, desvelando práticas e representações através das quais esses sujeitos criam e reivindicam cotidianamente seu lugar na sociedade.

A pesquisa de cunho etnográfico acerca do cotidiano dos frequentadores do “CTI” possibilitaria, portanto, perceber, além da relação dos sujeitos com o objeto droga, os sentidos e possibilidades de viver em seus contextos, as redes de apoio, sociabilidades, conflitos, os modos de vida distintos dos grupos e de apropriação do espaço urbano, engendrados ou não através do consumo dessas substâncias. Dessa maneira, veio então o interesse por estudar o cotidiano e sociabilidades de grupos de pessoas que se aglomeravam no “CTI” da região central da cidade de Cabedelo/PB, vindo a culminar na elaboração do projeto de pesquisa e inserção no programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA/UFPB).

1.2. Delimitando o campo etnográfico

Os conhecimentos *a priori* me levaram ao centro da cidade de Cabedelo, pois sabia que o “CTI” estava localizado nessa região, mais precisamente nos arredores do Mercado Público municipal. Contudo, o centro vinha passado por reformas urbanísticas, desde a construção do novo mercado, o que veio a alterar a paisagem

local, modificando também a configuração espacial, circulação das pessoas e suas práticas pelo espaço. Então, era preciso revisitar e conhecer o centro para assim identificar o espaço do “CTI”.

Magnani (1996), ao descrever as técnicas empregadas na construção do Projeto Os pedaços da Cidade, destaca a caminhada pelo espaço de intenção de investigação como ponto de partida e um dos principais elementos para se fazer a identificação e delimitação do cenário, seus atores e as regras existente no cotidiano local. Sendo assim, iniciei a caminhada e uma observação direta do cenário e da dinâmica local.

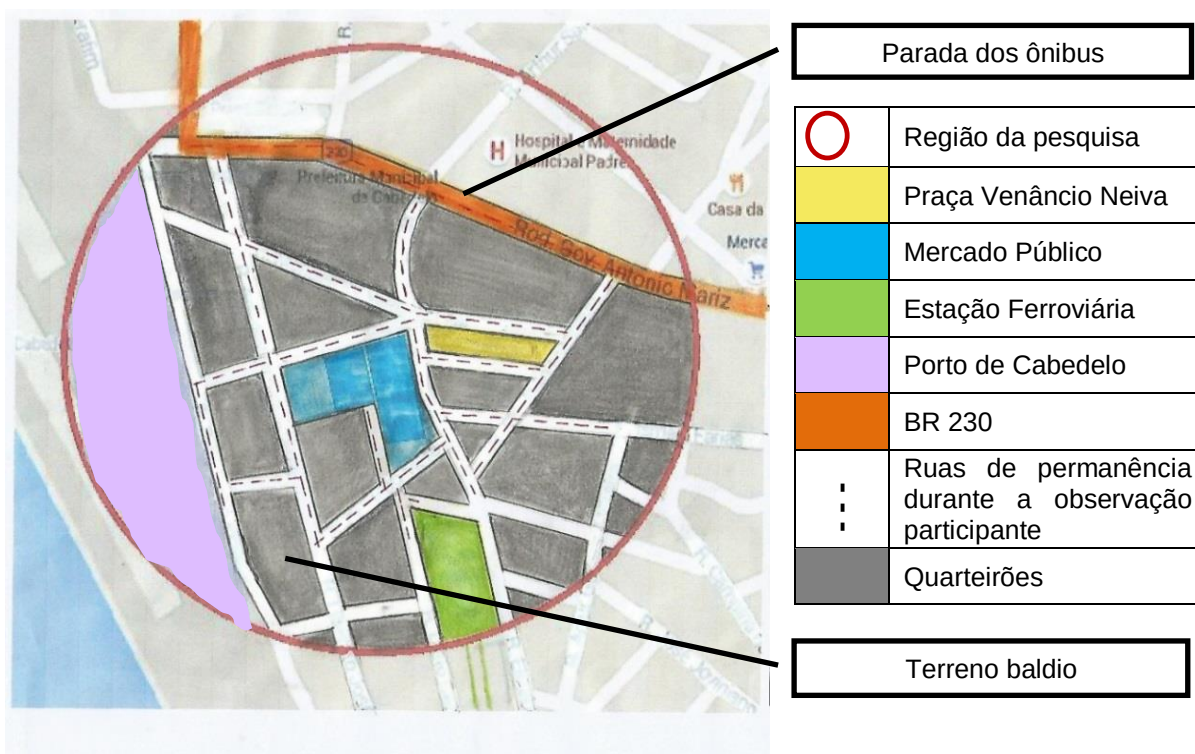
Destaco algumas características que esboçam de modo geral o espaço do centro que pode ser percebido pelo relato descrito no início deste capítulo: a presença de vários prédios públicos, equipamentos comerciais, de prestação de serviço e de lazer, edificações degradadas, praça, ruas e terrenos, que traçam espacialmente o cenário local; a heterogeneidade das pessoas, seus estilos de vida e intenções nesses espaços, como os comerciantes, trabalhadores dos órgãos públicos, transeuntes e a população em situação de rua, que dão vida e sentidos a esse lugar; a diversidade de práticas identificadas, como o movimento no mercado e comércio local, as pessoas em seus momentos de entretenimento, como o jogo de tabuleiro, o consumo da bebida alcóolica e outras substâncias, entre outros aspectos que apontam para as sociabilidades existentes no centro e os diferentes modos de apropriação desse espaço¹⁹.

Portanto, já na primeira incursão em campo foi possível fazer um reconhecimento do lugar, identificando alguns equipamentos significativos para a compreensão e circulação das pessoas, interações e práticas lá existentes. Essa caminhada permitiu identificar possíveis locais onde o “CTI” se localizaria espacialmente e desenvolver um mapeamento desse espaço.

Assim, o terreno baldio, bares, ruas e calçadas aos arredores do mercado público municipal, circunscritos entre o porto, a estação ferroviária e a Praça Venâncio Neiva (Praça da Caixa D’água) compuseram a região delimitada como campo etnográfico. A imagem abaixo ilustra esse mapeamento e território da pesquisa.

¹⁹ Esse tema será melhor abordado no capítulo 02.

Imagem 01: Croqui da região da pesquisa com os principais pontos públicos de referência



Croqui: Ana Carolina Paz

Entretanto, a pesquisa veio a se concentrar na praça da caixa d'água, bares e calçadas do mercado público, pois estes compõem o principal cenário espacial do "CTI". A escolha por essa delimitação obedece tanto ao que se apresenta no cenário atual como pela história de constituição desses grupos de pessoas consumidoras de bebidas alcólicas e outras substâncias psicoativas na região, como veremos no capítulo 03.

Além disso, a pesquisa também percorreu instituições, residências e trajetos por outros espaços da cidade, de acordo com a dinâmica dos interlocutores da pesquisa e o circuito de suas práticas, extrapolando assim os limites definidos como local de pesquisa.

1.3. O encontro com os frequentadores do "CTI" e a identificação dos interlocutores da pesquisa

Como atuei como psicóloga no município de Cabedelo/PB, entre os anos de 2010 e 2013, conheci alguns moradores da cidade e frequentadores do centro. Ao caminhar pelo centro, pretendia também reconhecer e ser reconhecida por algumas

dessas pessoas com as quais tive contato anteriormente ao desenvolvimento da pesquisa, para a partir disso, identificar aquelas que poderiam atuar como facilitadoras na minha inserção em campo. Havia ainda a intenção de me tornar familiar e reconhecível para as pessoas da região, pois, segundo observações de Alves (2013) em seu trabalho acerca da pesquisa etnográfica entre usuários de crack na cidade de São Paulo, se tornar reconhecível no local de investigação marcado por práticas e pensamentos moralmente condenáveis é de fundamental importância. Para este autor, quanto mais vezes o pesquisador for visto, menos estranhamento e preocupação tende a causar às pessoas envolvidas.

O encontro com Maria no primeiro dia de incursão em campo, relatado acima, foi um desses reencontros. Entretanto, o trecho do relato do segundo dia no campo, demonstra melhor como esses encontros aconteceram:

Dirijo-me à praça e encontro Danilo conversando com um senhor [...], ambos sentados num canteiro de plantas. Paro e cumprimento Danilo e seu colega. Logo ele me reconhece e começamos a conversar sobre a época do CAPS [...]. Ele me convida para sentar [...], me sento entre ele e um banco da praça, onde estavam 3 jovens [aproximadamente 18 à 22 anos] ainda fardados [provavelmente trabalham no porto devido a farda que estavam trajando] bebendo vinho Carreteiro. Danilo me apresenta o homem que está ao seu lado, Artur, e pergunta se ainda trabalho lá [no CAPS], respondo que não [...]. Artur pergunta: “o que a senhora está fazendo aqui?” [...]. Chega Silva [ex usuário do CAPS ad] para conversar com os 3 jovens. Ele me vê e me cumprimenta, ficamos conversando nós 4 mais os 3 jovens. [...]. Chega um homem, se apresenta como Walter, e começa a conversar perguntando quem eu era para os demais. Silva tenta explicar [...]. Em resumo, diz que sou psicóloga e “que entendia tudo sobre drogas” [...]. Digo que não entendo tudo sobre drogas, pelo contrário, que estou ali fazendo uma pesquisa para melhor compreender a relação das pessoas com o consumo de drogas no local. [...]. Inicia-se uma conversa sobre o assunto. [...] Afonso [ex usuário do CAPS ad] que tinha chegado para conversar com os 3 rapazes, me reconheceu e nos cumprimentamos, agregando-se ao grupo [...]. Enquanto isso, chega Donato [ex usuário do CAPS ad], que fica em pé olhando para mim, parado e calado. Ao perceber que me olhava fixamente, pergunto se ele lembra de mim. Ele vem em minha direção, aperta a minha mão, me chama de “minha menina”. Ele ri e demonstra felicidade no reencontro, sentando-se na minha frente para conversar. [...] Depois chega um senhor que até então não o conhecia, que se sentou ao lado de Donato, juntando-se ao grupo, dizendo: “posso me juntar, quero conversar aqui com vocês” [...]. Chega Mário, que me abraça, disse que ficou muito feliz em me ver e pergunta: “por que você não aparece mais no CAPS?”. Explico dizendo que não trabalho mais lá [...]. O senhor me pede roupas: “a senhora me arruma uma blusa dessas daí?”. [...] Saímos da praça em direção ao mercado conversando, Mário e eu. Ele me apresenta um senhor que estava sentado na calçada, dizendo para ele: “essa aqui é Carol, a moça que dá a cesta básica”. Corrijo que quem fornece a cesta básica é a secretaria de Ação Social, a depender dos programas de assistência e que eu não tenho nada a ver com isso. Rimos bastante. [...] Continuamos a caminhar e Mário me apresentando as pessoas que passavam em nossa frente. [...]. (DIÁRIO DE CAMPO, 10/05/2014).

Observa-se que no início, na chegada ao campo, geralmente as pessoas conhecidas vinham me cumprimentar e faziam questão de me apresentar a outros frequentadores da região. Abaixo consta um pouco sobre cada uma dessas pessoas já conhecidas e frequentadoras do chamado “CTI”:

- Maria, sexo feminino, com idade aproximada de 25 anos, possui uma história de idas e vindas vivendo em situação de rua. No momento da pesquisa, estava “morando na rua”, segundo seus relatos, devido a uma briga conjugal que resultou na prisão do “companheiro” e sua expulsão do bairro onde morava. Ela relatou ter passado por várias instituições públicas, como orfanato, albergues assistenciais e os Centros de Atenção Psicossocial para pessoas que fazem usos de álcool e outras drogas. Durante a pesquisa, Maria, juntamente com seu companheiro, após o mesmo ter saído do presídio em condicional, passaram a alugar uma residência, deixando de frequentar regularmente a região da pesquisa.
- Danilo, do sexo masculino e idade de 42 anos, é natural de Cabedelo e possui residência com familiares no centro da cidade. Contudo, desde um desentendimento com um familiar (há cerca de dois anos), segundo ele, por causa do consumo cachaça, decidiu não retornar para casa e assim evitar brigas. Contou como motivação da intensificação do consumo da cachaça uma traição amorosa que sofrera há muitos anos atrás. Desde então, manteve-se solteiro e não tem filhos. Antes de ficar em situação de rua, Danilo já passava o dia nas ruas da região “bebendo”, motivo pelo qual foi encaminhado ao CAPS AD em anos anteriores.
- Donato, 53 anos, é natural de Santa Rita/PB e frequenta a região desde os 12 anos de idade. Ele possui familiares na cidade, com os quais já morou. Durante a pesquisa vivia em situação de rua no centro de Cabedelo/PB, há aproximadamente 30 anos. Alega ser de sua opção morar nesse local, pois entende que tal rotina se adapta melhor ao seu estilo de vida e escolhas, onde estabeleceu seus vínculos de apoio, proteção e renda. Faz “bicos” no mercado, como forma de trabalho e renda. Ele frequentou esporadicamente o CAPS AD como forma de ampliar sua rede de apoio e assistência. Durante a pesquisa, Donato adoeceu e foi morar com uma tia.

- Josenildo, homem com idade entre 40 e 50 anos, vive em situação de rua há muitos anos na região, mais de 10 anos, trabalhando com “bicos” de carga e descarga de produtos na feira. Ele conta que é “ex presidiário”, já tendo cumprido sua pena. Josenildo faz uso diário da cachaça e chegou a frequentar o CAPS AD por um curto período.
- Mário, de corpo franzino e aproximadamente 40 anos, diz conhecer quase todo mundo que frequenta regularmente a região do mercado, pois é natural da cidade, trabalhou em uma barbearia da região e também é um frequentador assíduo dos bares do local. Devido ao consumo intensivo da bebida, complicações de saúde e necessidades financeiras, passou a frequentar o CAPS AD há aproximadamente quatro anos, segundo seus relatos.
- Renato, homem de 47 anos, mora com familiares (mãe e irmã) em bairro vizinho. Nunca casou e nem teve filhos, relatando como motivo não encontrar “a mulher certa” para casar e o não interesse de sair da casa da mãe. Renato vai ao centro da cidade todos os dias pela manhã, a partir das 4 horas, para “conversar com os amigos”, “paquerar com as meninas” e “tomar o burrinho”. É conhecido por um apelido, o qual faz questão de ser chamado. Frequentou o CAPS AD, local onde o conheci.
- Heitor, sexo masculino, com idade por volta dos 40 anos. É cadeirante, vivia em situação de rua e chegou a frequentar o CAPS AD, quando o mesmo estava localizado no centro. Durante a pesquisa, foi preso por tráfico de drogas, segundo outros interlocutores.
- Ítalo é um rapaz com idade aproximada de 30 anos. Possui um apelido em referência a sua aparência étnica, mas desconhece parentesco e descendência. Ele já vivera em situação de rua na região em anos anteriores, contudo, manteve-se afastado temporariamente do local após ameaça de morte, segundo seu relato, retornando em meados de 2014. Também chegou a frequentar o CAPS AD, interrompendo sua participação quando teve que se ausentar.
- Rafaela, sexo feminino e com idade aproximada de 30 anos, possui dois filhos e reside com familiares em um bairro mais afastado do centro da cidade. Diz frequentar o centro pela “curtição” que esse oferece. Ela passou

pelos cuidados do CAPS AD devido ao consumo intenso do crack. Durante a pesquisa, queixava-se do uso intenso da “pedra” (crack) e de estar ameaçada de morte, devido à disputa pelo ponto de comercialização desta substância. Por este motivo Rafaela teve que se afastar do centro da cidade durante a pesquisa.

- Felipe, homem com idade aproximada de 35 anos, frequentou por pouco tempo o CAPS AD, quando ele vivia em situação de rua no centro da cidade. Durante a pesquisa o mesmo retornou ao centro, alegando ter se afastado por alguns anos devido à “ameaças”. Felipe, possuía uma certa liderança em seu grupo de amigos e era temido por algumas pessoas da localidade. Durante a pesquisa, passou a se relacionar com Lívia, e segundo relatos desta, o mesmo foi preso após tentativa de assassinato no mercado público.

Observa-se que o vínculo institucional possibilitou conhecer algumas pessoas frequentadoras do referido espaço. Algumas dessas pessoas além de atuarem compartilhando suas experiências no campo, também se tornaram facilitadores da minha inserção, me apresentaram a outras pessoas, que por sua vez, vieram também a contribuir com o desenvolvimento da pesquisa. Abaixo constam algumas dessas pessoas apresentadas durante a permanência em campo etnográfico e que se tornaram importantes interlocutores na construção da pesquisa:

- Arthur, um senhor de aproximadamente 50 anos, nasceu em Cabedelo e disse não ter familiares. Os pais e seus 06 irmãos são falecidos e estava em situação de rua na região há muitos anos. Conta que faz uso diário de cachaça, juntamente com outros companheiros, nas proximidades da feira.
- Walter, tem entre 30 e 40 anos, é natural de Cabedelo, divorciado e tem dois filhos, que moravam com a ex-esposa em outro município. Trabalha em um estabelecimento comercial próximo ao mercado e também faz “bicos” (pequenos serviços), principalmente para outros comerciantes da região. Possui um quarto como moradia, próximo ao trabalho, mas relata passar dias na rua (sem retornar para a residência) quando está fazendo uso “direto” da “pedra” ou “pó”.
- Gabriel, aproximadamente 45 anos, é natural de Cabedelo/PB e está em situação de rua há mais de 10 anos. Trabalha fazendo carga e descarga de produtos na feira. Faz usos diário e intensivo da cachaça, motivo pelo qual alega ter saído da casa da mãe. Durante a pesquisa, ele descobriu possível

infecção pelo HIV (doença sexualmente transmissível), através de seu companheiro, diagnosticado com o vírus.

- Eduardo, na época companheiro de Gabriel, possuía 20 anos. Relatou residir com a mãe em bairro próximo do centro. Contudo, ele permanecia dias na região sem voltar para casa, dormindo nas ruas do centro junto com seus amigos. Sua mãe constantemente se fazia presente na região, às vezes levando almoço para seu filho ou apenas para saber como ele estava. Eduardo descobriu, durante a pesquisa que estava com o vírus HIV.
- Benjamim, homem de 43 anos, relata morar na cidade desde que era recém-nascido. Residia com sua esposa Larissa, no centro da cidade, em um terreno onde estava localizada a casa de sua mãe e outra da sua irmã. Na época, Benjamim recebia um benefício auxílio doença (HIV), não tendo ocupação profissional. Ele se autodenomina “papudinho” e relata fazer consumo diário de cachaça.
- Larissa tem idade aproximada de 40 anos, e relata ter diagnóstico de transtorno mental, fazendo uso de medicações controladas. Durante a pesquisa, Larissa adoeceu por complicações do HIV, ficando por um tempo internada em um hospital em João Pessoa/PB, permanecendo, em seguida, em casa sem fazer o consumo da bebida nos bares do centro da cidade.
- Elias, homem, evangélico, com idade entre 40 e 50 anos. Morava com o irmão em João Pessoa, mas fazia três meses que se encontrava em situação de rua na região do mercado. Quando está no uso intenso da cachaça, diz preferir ficar nas ruas com seus companheiros do que voltar para casa do irmão, que é pastor. Relatou vergonha pela aparência de seu corpo após consumo intensivo. Durante a pesquisa, retornou para a casa do irmão, segundo relatos de outros interlocutores.
- Cristiano, homem com idade aproximada de 35 anos. Trabalhava lavando carros na região, possui residência próxima ao centro e relata ser trabalhador e “honrar” com suas contas. É divorciado e possui três filhos. Diz ser usuário da “pedra” de crack, sendo o centro o lugar onde adquire sua droga.
- Lívia, sexo feminino com idade por volta de 20 anos, possui um filho que reside com parentes. Durante a pesquisa, ela foi internada na ala de dependentes químicos do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, segundo seus

relatos, devido às ameaças de morte que estava sofrendo por causa de dívidas no comércio do crack. Na época era companheira de Ítalo, um dos interlocutores da pesquisa. Após desaparecimento do mesmo da região central, passou a se relacionar com outro rapaz, Felipe, que vivia em situação de rua.

- Everaldo, homem de aproximadamente 50 anos, possuía residência na vizinha (um quarto alugado) e morava em Cabedelo há 47 anos. Relatou ser aposentado, morar sozinho e devido à solidão ia ao centro diariamente para “passar o tempo” e consumir cachaça. Durante a pesquisa, segundo relatos de outros interlocutores, seu Everaldo faleceu devido a complicações de saúde (diabetes) em decorrência do consumo regular e intenso da bebida alcóolica.

Tal reconhecimento como profissional e os vínculos positivos desenvolvidos com algumas das pessoas frequentadoras do espaço foi de fundamental importância para inserção em campo e encontro com aqueles que viriam a ser os interlocutores da pesquisa. Vale ressaltar que a atuação como psicóloga em anos anteriores a pesquisa, teve a escuta, o sigilo e a confiança como ferramentas para o estabelecimento desses vínculos positivos de confiança entre profissional e usuários²⁰.

Foi assim que se abriram os caminhos para o acesso ao local, dispensando a estratégia de mediadores de aproximação através de organizações, entidades e serviços (como equipes de Redução de Danos, Consultório na rua, entre outras) utilizada por vários pesquisadores sobre o tema das drogas e práticas moralmente condenáveis. Esse recurso de aproximação pode ser visto nos trabalhos de Frúgoli Jr. (2008), Gomes e Adorno (2011), Luana Malheiro (2013) e Taniele Rui (2014). Nesses trabalhos é possível observar que a aproximação através de grupos de assistência e cuidado fornecem importantes e eficientes canais de aproximação com grupos de pessoas que adotam práticas desviantes e de consumo de drogas, apesar de possuir suas limitações pela relação institucional e de controle que esta pode suscitar.

²⁰ Aqui o termo usuário refere-se à designação empregada às pessoas que usufruem dos serviços oferecidos pelo SUS, ou seja, aos usuários do SUS. Nesse caso, as pessoas procuram estes profissionais não só para compartilhar seus assuntos íntimos, mas também como referência para o cuidado e suporte mais amplos, como auxiliar resoluções no âmbito da assistência, defesa dos direitos, mediação com outras instituições, etc.

Entretanto, o relato acima também aponta a surpresa, estranhamento e curiosidade sobre a minha presença no local. Um estranhamento que viera tanto daqueles que já me conheciam, como de outras pessoas, pois não é habitual a presença de uma mulher profissional naquele espaço, ou, como diria Antônio no meu primeiro dia de visita ao campo, a presença de “uma doutora” ali. Assim, observa-se que ao parar para conversar com algumas pessoas, logo se agregavam outras, demonstrando curiosidade para saber quem eu era e o que eu estava fazendo ali. Foi assim que também conheci outras pessoas da região:

- Seu Honório, sexo masculino, por volta dos 45 anos. Conta que é divorciado e possui três filhos. Atribui à separação conjugal a insatisfação da esposa diante de seu consumo da bebida alcóolica. Ele é dono de um dos principais pontos de comercialização de bebidas alcóolicas da região, situado na Praça da caixa d’água.
- Isadora, sexo feminino com idade por volta dos 20 anos. Vivia em situação de rua na região do mercado e dizia fazer uso de múltiplas “drogas”. Frequentava os bares do mercado e da praça, onde geralmente ficava em companhias de homens mais velhos, consumindo bebidas alcóolicas. Apresenta-se comumente bem humorada, extrovertida e com roupas curtas e ajustadas.
- Beto, homem com 65 anos, estava aposentado, casado e mora na vizinhança. Frequentava a praça diariamente, principalmente pela manhã, para encontrar os colegas, beber, “bater um papo” e “passar o tempo”.
- José, homem com 65 anos, é natural da cidade de Serraria e aos 17 anos foi morar em João Pessoa/PB. Quando casou passou a morar em Cabedelo/PB, juntamente com esposa e filhos. Relata que desde os 14 anos consumia bebidas alcóolicas, mas que foi após separação conjugal e perda do contato com os filhos que intensificou o consumo da bebida. Ele se encontrava morando com a irmã em um bairro vizinho ao centro. Diz trabalhar como técnico em eletrônica, sendo o centro da cidade o principal local de contatos profissionais.

Em algumas situações, eu era apresentada ou identificada a outras pessoas do local como psicóloga ou ex-funcionária do CAPS AD. Dessa forma, alguns dos frequentadores do centro logo comentavam sobre suas histórias de vida e/ou solicitavam algum tipo de assistência, mesmo quando explicitado os motivos de uma pesquisa a ser realizada e o não vínculo profissional com serviços públicos

assistenciais. Além disso, os boatos sobre minha presença se espalhavam pela região, geralmente relacionando-a as funções de uma profissional, “doutora”.

Esses boatos apareciam num constante “falaram que”, demonstrando assim que as notícias circulavam de forma rápida, intensa e, às vezes, de forma deturpada, de acordo com as interpretações singulares das pessoas. Isso fez com que várias delas viessem ao meu encontro para acessar tais benefícios ou serviços. Foi comum pessoas, até então desconhecidas, me procurarem afirmando saber quem eu era, mesmo que equivocadamente.

Enquanto conversava com um dos interlocutores da pesquisa, um homem até então desconhecido me aborda solicitando atenção. Vejamos trecho do diário de campo:

[...] Ele me pergunta: “Você trabalha no CAPS?”. Explico que não, que estou fazendo uma pesquisa no local, mas que já tinha trabalhado lá anos atrás. Ele, munido de alguns papéis, diz: “preciso muito conversar com uma psicóloga”, mostrando-se angustiado e continua: “não me sinto bem, acho que estou com depressão” [...]. Apresentamo-nos, ele diz que seu nome é Luiz. Ele senta ao meu lado e conta: “eu bebo todos os dias, eu não durmo se não estiver embriagado” [...]. Mostra-me os papéis e conta de um acidente de moto que sofrera há 4 meses e da dificuldade de trabalhar devido às sequelas [...]. Ele chora e continua comentando acerca da sua história de vida [...]. Fala que atualmente mora num quartinho próximo a praça e trabalha como *, no seu próprio negócio. Enquanto conversávamos, um cliente dele passa pelo local, chamando-o. Ele diz: “preciso ir atender um cliente” [...]. Logo em seguida, ele retorna com uma mulher dizendo que ela era sua “companheira”. Apresenta-me a ela e pede para eu conversar com a mesma [...]. Ela comenta: “ele não está bem”, “ele precisa de ajuda” e pede informações sobre o CAPS. A informo de como ela pode acessar o serviço [...]. (DIÁRIO DE CAMPO, 02/07/2014).

Se por um lado, minha chegada ao campo reativara os contatos, laços de carinho e solidariedade que havia durante o período que atuei nos serviços da cidade, por outro lado, para alguns ela representara a possibilidade de acessar direitos (por exemplo, viabilizar documentação, adquirir vestimenta, acesso a serviços de saúde, etc), e/ou a possibilidade de conversar sobre seus sofrimentos com uma psicóloga, ali no banco da praça, na mesa do bar ou nas calçadas. Abaixo, está destacado algumas dessas pessoas as quais o primeiro contato se deu através das solicitações de benefícios, apoio ou mediação com as instituições:

- Luiz, 45 anos, trabalhador autônomo, possui um pequeno comércio perto do mercado, local este onde mora atualmente. Como apontado no relato acima, ele alega “beber” todos os dias e querer voltar a morar com a mãe, mas que

esta não admitiria seu consumo intenso de bebidas alcóolicas. Durante a pesquisa, ele passou por uma perícia médica e passou a receber uma aposentadoria por incapacidade para trabalhar após acidente.

- Inácio tem 30 anos e desde os 14 anos vivia em situação de rua. Natural de Pernambuco, já passou por várias cidades e estados brasileiros, permanecendo em Cabedelo há três anos. Conta que começou a trabalhar ainda criança e que aos 8 anos começou a “beber”, sendo o motivo para intensificação do consumo a vivência nas ruas após o falecimento dos pais. Ele diz que ao longo dos anos perdera o contato com os irmãos. No início da pesquisa, Inácio se encontrava sem documentos e estava tentando recursos financeiros ou carona para mudar-se para Salvador/BA.
- Gustavo, um rapaz de 23 anos, conta que após falecimento do pai passou a intensificar o uso do álcool. Diante dos conflitos familiares, passou a viver em situação de rua no centro da cidade, mas que esporadicamente ia para casa, onde vivia a irmã, apenas para tomar banho e se alimentar.
- Thiago, sexo masculino com idade de 30 anos, estava em situação de rua quando o conheci. Thiago relatou, com bastante dificuldade na fala, que era “viciado em bebida, fumava cigarro, maconha, mesclado e cheirava cocaína” e que precisava de “ajuda” assistencial. Ele teve parte do corpo queimado enquanto dormia no banco da praça, por um casal “de fora”, que derramou gasolina e depois ateou fogo em seu corpo. Como sequela, desde então tem dificuldade motora para rotacionar o tronco, mexer os braços e o pescoço. Durante a pesquisa, Thiago conseguiu uma renda/benefício assistencial por incapacidade para o trabalho, segundo seus relatos, passando a alugar uma residência em um bairro vizinho. Entretanto, ele passava o dia com seus amigos no centro da cidade.

Algumas das pessoas frequentadoras do espaço do centro com as quais mantive contato não participavam diretamente da sociabilidade do “CTI”, como:

- Pedro, comerciante local há mais de 30 anos, é dono de um dos bares ao lado do mercado público. Diz ser um dos primeiros a comercializar bebidas alcóolicas na região.
- Adeildo, morador da cidade e líder comunitário, frequentador das atividades de lazer do mercado público e conhecedor da dinâmica e história local.

- César, comerciante local há mais de 40 anos, acompanhou às transformações do centro da cidade e a formação do “CTI”.

Entre os frequentadores do CTI, mantive contato com um pouco mais de 50 pessoas. Contudo, entre elas, houve aquelas com as quais desenvolvi uma relação mais regular de convívio, e conseqüentemente, se tornaram informantes fundamentais para a compreensão do espaço e das relações sociais existentes. Essas pessoas compartilharam comigo suas histórias de vida e várias experiências junto ao campo. Algumas delas se colocaram como profundas conhecedoras do espaço, explicando-me detalhadamente a história do lugar, rotina, práticas, regras e conflitos locais, a partir das inúmeras conversas.

Essas pessoas, listadas acima, são aquelas com as quais mantive um contato mais regular e que possuíam uma representatividade quanto à heterogeneidade dos frequentadores, os quais denominei de sujeitos interlocutores. A escolha pelo termo interlocutor para designar os sujeitos/participantes da pesquisa advém do papel fundamental das conversas realizadas em campo para o desenvolvimento da etnografia. Segundo Houaiss (2001, p.1935), interlocutor corresponde a “cada uma das pessoas que participa da conversa, de um diálogo”.

Veremos ao longo do texto que foi através dessas conversas consecutivas, seja individualmente ou em grupo, nos mais diferentes espaços (nas calçadas, praça, bares e outros) e situações, que muitas das informações sobre o local, práticas e interações sociais foram sendo expostas e apreendidas. Vale salientar que essas conversas surgem dentro de um contexto em que as informações circulam em um jogo de confiança/desconfiança, onde certas informações prestadas facilmente colocariam as pessoas em situações de delação e/ou de risco. Nesse sentido, os dados coletados em campo emergem como fragmentos que compõem as diversas narrativas dos interlocutores²¹ que surgiram a partir de conversas cotidianas sobre diversos temas durante a convivência e que fazem parte de suas memórias e histórias de vida e do espaço. A pesquisa forjou-se então a cada diálogo que surgira na vivência junto ao campo, sendo as entrevistas semi estruturadas apenas técnica complementar na obtenção das informações.

²¹ Os *interlocutores* são, portanto, sujeitos ativos, agentes e produtores de um conhecimento sobre o contexto da pesquisa através de interpretações sobre suas experiências em campo. Através de suas narrativas é que se teve acesso a um saber local. Sendo assim, no diálogo com o outro foi possível observar as experiências e contrastes entre concepções dos sujeitos investigados e do pesquisador.

Totalizaram-se então 31 interlocutores, com faixa etária entre 20 e 65 anos. Como pode ser observado, a maioria é do sexo masculino, sendo apenas 05 mulheres. A média de idade entre os homens corresponde 42 anos e entre as mulheres 30 anos. Todos eles fazem consumo regular de bebidas alcóolicas no local, com exceção dos três últimos (César, Adeildo e Pedro). Dezoito alegaram como principal substância de consumo no local o “burrinho” (cachaça), apesar de relatos de outros tipos de bebidas, medicamentos psicotrópicos misturados ao álcool e a maconha; 10 alegaram o uso de múltiplas “drogas”, entre elas a “pedra” (crack); 03 relataram manipulação e/ou revenda do crack.

Desses 31 interlocutores frequentadores do CTI, 10 passaram por serviços voltados ao consumo de álcool e outras drogas no município: 11 são moradores da vizinhança (residência própria, alugada ou com familiares); 14 estavam em situação de rua durante a pesquisa, 04 alegaram residir com familiares, mas permaneciam no local os três turnos e/ou períodos em situação de rua (vários dias, semanas e meses na região); 06 mudaram sua condição de moradia durante a pesquisa (02 que estavam em situação de rua alugaram uma residência, 02 passaram a morar com familiares após complicação de saúde e 02 foram presos). Um dos interlocutores faleceu durante a pesquisa.

A maior parte dessas pessoas tem vínculo de trabalho frágil, atuam na informalidade ou possuem baixa renda: 04 alegam estar desempregados; 09 relatam não trabalhar; 06 fazem “bicos” no mercado (descarga de frutas e verduras, carregador de feira, guarda/lava carro); 01 funcionário em um estabelecimento comercial local; 02 se consideram autônomos e profissionais liberais; 03 são comerciantes locais (02 são donos de bares); 07 são aposentados por tempo de serviço, por incapacidade ou recebem benefício do governo (auxílio doença).

1.4. A confusão de papéis na inserção em campo: da negação do óbvio a um lugar possível.

A partir dos trechos retirados do diário de campo, expostos anteriormente, pode-se observar alguns dos aspectos desse processo de inserção em campo etnográfico. Contudo, eles também revelam o modo como minha presença foi sendo percebida e as interferências que esta teve na dinâmica local. Sabe-se que na etnografia, estar em campo fazendo observação participante traz em si o elemento

da presença do pesquisador, um corpo estranho à dinâmica local que chama para si a atenção dos sujeitos pesquisados (nativos/frequentadores do “CTI”), como pode ser visto em Clifford (1998) ao comentar a foto de Malinowski, que registrou o olhar de um dos trombiandeses voltado para a câmara.

Primeiramente, destaco a minha presença como aquela estranha ao cotidiano local e, portanto, não pertencente ao espaço e às relações lá existentes. Em segundo lugar, trata-se de uma pesquisadora do sexo feminino, aparência marcada por vestimenta e higiene bem cuidadas, atitudes, comportamentos e códigos diferenciados, em meio, em sua maioria, de homens, alguns destes em situação de rua, os quais geralmente estavam embriagados e em espaço marcado por práticas consideradas de sociabilidade masculina, moralmente condenáveis ou até mesmo ilícitas. As características visíveis da minha presença no contexto da pesquisa me colocaram, portanto, num lugar de distinção frente a grande parte das pessoas com as quais mantive contato.

Todas essas informações provavelmente levavam as pessoas frequentadoras da região a crer que minha presença se devia a fato de eu ser uma profissional da prefeitura, por esta ser uma das poucas categorias reconhecíveis e possíveis daquele tipo de presença ali junto àquelas pessoas. Some-se a isso, o fato de ter sido psicóloga do CAPS ad e esta informação ter circulado pela região. Abaixo consta relato de um desses momentos:

Durante uma conversa [com Donato e outras pessoas em situação de rua] uma mulher se aproxima e pergunta se eu trabalho na prefeitura. Respondo que não. Percebo que a mulher ficou desapontada e, desconfiada, se afastou rapidamente. Depois de um tempo, ela volta, se aproxima novamente e diz que perguntou se eu era “funcionária da prefeitura”, pois “falaram que tinha uma pessoa aqui que era”, complementando: “pensei que fosse você!”. Continuou a conversa dizendo que queria que eu levasse uma pessoa doente ao hospital. Fico calada, esperando o desenrolar de seu argumento, mas logo em seguida ela diz: “o menino ali vai levar ele, já tem outra pessoa para levar ele ao hospital”. (DIÁRIO DE CAMPO, 23/07/2014).

Nota-se pelo relato, que a senhora tivera acesso à informação de que havia a presença de uma suposta profissional da prefeitura no local e, sem saber quem era, julgou, dentre as pessoas presentes, que se tratava de mim. O fato de não pertencer ao espaço nem fazer parte das relações locais se tornam elementos de estranheza, porém, há certamente outros aspectos que influenciaram tal suposição. Percebe-se que há uma imagem construída do que seria uma funcionária da prefeitura, ou

melhor, uma “doutora”, sinônimo no local de ter escolaridade, uma profissão e condições econômicas favoráveis, além das características visíveis citadas anteriormente, que se diferenciam das condições e estilo de vida dos interlocutores da pesquisa.

Assim, foi comum ser interpretada como “doutora”, o que agregava pessoas em minha volta pela possibilidade de ter acesso a algum benefício (uma conversa com uma psicóloga, mediação junto às instituições, financeiramente, etc). Não se pode negar, portanto, as interferências desta presença na dinâmica local e grupos lá presentes. Por mais que tenha sido divulgado e explicado constantemente sobre os propósitos da minha presença no campo de pesquisa, o lugar de pesquisadora confundia-se com o papel de “doutora”, psicóloga e profissional da prefeitura, para acesso a serviços e benefícios.

Esse aspecto apontado sobre a minha presença em campo reporta a uma discussão bem conhecida acerca da identidade e identificação do pesquisador em campo e suas implicações éticas no desenvolvimento da pesquisa. Sem querer adentrar no mérito da discussão, cito apenas Cardoso de Oliveira (2004) acerca das múltiplas identidades que muitas das vezes o pesquisador precisa assumir em campo, acompanhada da problematização ética acerca da necessidade (ou não) de identificação enquanto pesquisador e os riscos que esta pode suscitar em determinados contextos. Vale ressaltar que a identificação como pesquisadora foi de antemão proposta ética de esclarecimento acerca da minha presença nesta pesquisa, e principalmente condição essencial na tentativa de separação das antigas atribuições e demarcar meu novo papel em campo, para com isso viabilizar o desenvolvimento da pesquisa.

Contudo, a atuação como psicóloga em serviços municipais no passado não se descolou da percepção dos sujeitos da pesquisa sobre a identidade e papel presente da pesquisadora em campo, permitindo assim uma identidade confusa, cujos contornos não se apresentavam bem definidos para grande parte das pessoas do local. Essa identidade borrada ou múltipla, representou inicialmente preocupação, devido aos limites que poderia suscitar.

Em primeiro lugar, as conversas iniciais com algumas pessoas se restringiram a conteúdos quase sempre endereçados à “doutora”: questões relacionadas a informações e acesso a saúde, documentação, benefícios assistenciais e outras políticas públicas. Vejamos mais um trecho do diário de campo.

Inácio e Elias me perguntam bastante sobre questões de saúde. Elias me mostra sua pele e algumas feridas, perguntando: “isso é o quê?” [...]. Digo que não conheço muito de doenças, manchas e feridas na pele, que dependendo do caso era bom procurar um médico para ver a situação [...]. Inácio, bastante envergonhando comenta que sente coceira, apontando para o seus órgãos sexuais e pergunta: “como faz para se consultar com um médico? É lá no hospital?” [...]. Eles comentam bastante sobre várias situações, dúvidas e perguntas sobre questões de doenças, etc. Na conversa acabo esclarecendo alguns mitos e dando orientações [...]. Inácio comenta que quer tirar o cartão do SUS e outros documentos, perguntando. “como faz para tirar?”, “É aonde que tira?”. Repasso algumas informações [...]. Ele diz que precisa de comprovante de residência, por isso não o fez ainda. Informo que existe uma portaria do Ministério da Saúde que obriga os serviços do SUS a atenderem de forma diferenciada as pessoas que estão em situação de rua e me coloco à disposição para acompanhá-lo caso precise [...]. (DIÁRIO DE CAMPO, 16/07/2014).

Inácio foi um dos interlocutores que constantemente solicitava apoio e mediação no diálogo com as instituições de assistência e saúde, principalmente no início de nosso contato. Por mais que houvesse a tentativa de explorar e conhecer sobre sua percepção acerca do cotidiano e sua história de vida, assim como ele, algumas pessoas insistiam em manter diálogo através dessas solicitações. Inicialmente, tal situação gerou um desconforto, pois acreditava, naquele momento, que se tratava de um elemento impedidor da pesquisa.

Com o tempo, pude perceber que as dúvidas e solicitações faziam parte do cotidiano. Que as demandas eram necessidades e que minha presença ali só fazia sentido porque havia uma expectativa de que eu pudesse, de alguma forma, deixar algo em troca. Mais ainda. Elas traziam consigo crenças e valores, diziam da sua relação com as políticas públicas e o Estado, entre tanto outros aspectos que compunham material riquíssimo sobre suas histórias de vida e, portanto, também dados de pesquisa.

No entanto, ser interpretada como profissional da prefeitura me colocaria num lugar onde as solicitações de benefícios e assistência são constantes e o não atendimento às demandas poderia ser encarado como falta comprometimento com as pessoas do local. Como pode ser visto no trecho do diário de campo, abaixo sobre uma conversa na mesa do bar com Ítalo, que, bastante embriagado, começou a reclamar em sussurros:

“Você não faz nada, fica só de papinho”. Percebo a queixa e pergunto o que foi e ele responde dizendo: “você não é humana!”. Tento entender o que está se passando. Com o tom de sarcasmo e um pouco agressivo, diz:

“você não faz nada pelo pessoal daqui, fica só de demagogia”. Pergunto novamente o que aconteceu. Ele aponta para Danilo, que nesse momento estava caído ao chão e algumas pessoas jogavam água nele com um balde. Pergunto se tem a ver com Danilo e Ítalo conta que ele precisa ser internado e me acusa novamente: “você tem que levar ele para ser internado, mas não, você não leva!”. Digo que não posso chegar lá, pegar a pessoa contra sua própria vontade e interná-la [...]. Digo que o que eu poderia fazer eu já tinha feito, conversamos várias vezes sobre sua condição [...]. Ítalo continua dizendo que não faço nada e irritado sai. Nesse momento, um outro rapaz que estava no bar pega a minha mão e começa a chorar. [...] Ao sair do local, ao dobrar a esquina do bar, Ítalo me chama e pergunta se eu gosto do pessoal ou se eu estou “só pousando ali”. [...]. Continuo dizendo que se alguém quiser falar comigo ou solicitar algum tipo de auxílio, irei escutar e ver junto com ela o que poderá ser feito, mais do que isso não poderia fazer. Ele continua afirmando que não sou humana porque eu não levei Danilo para ser internado. Pergunto então por que ele mesmo não o levou. Ele abaixa a cabeça, gesticulando uma negativa. Fica calado, depois diz: “eu gosto de você, você é legal, mas não é humana” e dá um sorriso. Despeço-me dele e digo que volto na semana seguinte. (DIÁRIO DE CAMPO, 09/10/2014)

Ítalo, assim como outros, já circulou por vários serviços voltados ao atendimento de pessoas em vulnerabilidade e/ou para quem faz consumo de álcool e outras drogas, conhecendo bem os discursos dos profissionais, tipo de atuação e procedimentos desses espaços. Daí sua insistência; no seu entender, a pesquisadora deveria agir não como as demais pessoas do local e sim como uma profissional dessas instituições, como uma “doutora”.

Os contornos confusos do papel da pesquisadora em campo propiciou esta identificação múltipla, havendo assim uma sobreposição acerca do que seria minhas intenções em campo para alguns e desconfiança para outros. Havia, assim, o receio de que essas múltiplas identidades fossem entendidas pelos interlocutores da pesquisa como sendo fruto de manipulações e inverdades, que havia intenção de enganá-las para conseguir estar ali e obter informações privilegiadas. Vejamos mais um trecho do diário de campo que demonstra as origens de tais preocupações. Trata-se de um momento de tensão durante conversava com Rafaela, quando um homem, de aproximadamente 40 anos, me aborda de forma agressiva, perguntando:

“Você discrimina as pessoas, é? Você escolhe quem vai ajudar? [...] eu preciso de ajuda também. Porque a senhora não foi aonde eu estava?”. Explico que não tinha como saber que ele precisava de ajuda, muito menos o tipo de ajuda, que não trabalho na prefeitura, não era funcionária de nenhuma instituição de assistência e, portanto não saberia como ajudá-lo. Ele questionou dizendo: “porque então que as pessoas disseram que você é do CAPS?”. Respondo que já trabalhei lá, mas não trabalhava mais. Desconfiado, ele então pergunta se sou da Igreja, se sou “irmã” [...]. Digo que estou ali realizando uma pesquisa pela UFPB no centro da cidade e há algumas pessoas que eu conheço do CAPS, da época que trabalhei lá. Seu

semblante muda, parece ficar mais tranquilo, mas ainda desconfiado, pergunta: “mas você pode me ajudar?”. Eu digo que depende do que ele esperava, mas que poderia conversar com ele depois, porque no momento estava conversando com outra pessoa. Ele pareceu concordar, mas em tom ameaçador, diz: “então depois eu converso com você, né?”. Enquanto conversava com ele, Rafaela que estava por trás dele e tinha relatado anteriormente estar “noiada”, demonstrou bastante irritação, gesticulando com dois dedos batendo em seu próprio ombro. Não entendia o gesto. Depois que tal homem saiu, ela irritada disse: “não converse com ele! Ele é P2 [policial disfarçado]”. (DIÁRIO DE CAMPO, 16/07/2014)

No trecho acima, podemos observar a constante relação de confiança/desconfiança que recai sobre todos que frequentam o local. Para Rafaela, o homem pode ser “p2” e a pesquisadora não deve trair a sua confiança conversando com ele, pois há aí uma potencial delação. Já para o rapaz, a pesquisadora e aqueles que disseram sobre sua identidade podem estar mentindo, velando suas verdadeiras intenções em campo. As relações confiança/desconfiança, tensão e desconfortos em campo serão mais bem discutidas em subitem posterior.

Além disso, ser percebida como profissional representante do Estado também poderia ser relacionada a uma atuação de controle, seja sanitária, assistencial ou de repressão, o que poderia ser interpretado como invasão do espaço e consequentemente rechaço por parte das pessoas²². Não obstante, o fato de ser percebida como profissional ligada às instituições de saúde ou assistência, por exemplo, poderia, mesmo estabelecendo vínculos, fazer com que os sujeitos entrevistados reproduzissem um discurso institucionalizado, ou seja, a reprodução de um discurso sabido, produzido e endereçado às instituições quando necessitam acessar políticas públicas.

Muitas das pessoas do local já passaram por instituições (CAPS ad, Hospital Psiquiátrico, Comunidades terapêuticas, Instituições religiosas, Alcolólicos Anônimos, presídios, etc), tendo acesso a um discurso comum acerca das “drogas” e seu consumo como algo prejudicial que deve ser banido, e acabam por assimilar e reproduzir em outros lugares tais discursos empregados nessas instituições. Geralmente, as pessoas aprendem que, em muitas das situações, para conseguir assistência necessitam reproduzir tais discursos, priorizando relatos dos aspectos

²² Houve intervenções em 2010 e tentativas de intervenções em 2014 por parte da prefeitura municipal de cunho repressivo, tanto em ações de relocação da população em situação de rua, como nas ações da polícia no combate ao consumo e tráfico de drogas.

negativos do seu consumo, sua situação de vulnerabilidade social e econômica²³ e interesse de não fazer mais o consumo das drogas.

Goffman (1985) aponta em seu livro *As representações do eu na vida cotidiana*, que as pessoas comumente fazem uma leitura do outro e das situações recorrendo às experiências anteriores, do que dizem sobre eles e/ou de suposições com base em estereótipos para conhecer antecipadamente a respeito e, com isso, saber como se portar diante do outro. Segundo esse autor, munidos dessas informações as pessoas “saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada” (GOFFMAN, 1985, p.11)²⁴.

No caso das pessoas estigmatizadas pela sua situação de vulnerabilidade e/ou consumo de drogas que procuram as instituições, percebe-se que essas táticas de manipulação do discurso são criadas para lidar com as concepções morais, julgamentos e sanções dos trabalhadores das instituições que lidam com as políticas públicas voltadas para essa temática. Esse aspecto de manipulação dos discursos pode ser observado no emprego de alguns termos, como “uso de drogas” ou “usuário de álcool”, e também ao se fazer uma comparação entre a observação e conversas informais com as entrevistas realizadas gravadas em áudio. Essas últimas quase sempre se apresentaram com discursos superficiais e conteúdo similar aos que são apresentados às instituições, diferentemente daqueles apresentados e colhidos no convívio durante mais de um ano de pesquisa em campo.

Então, diante de tais problematizações, a identificação com o papel de profissional da prefeitura, ou seja, de “doutora”, poderia colocar limitações na pesquisa. A desconfiança e o não atendimento das demandas seria capaz de causar o afastamento das pessoas, o não estabelecimento de vínculos ou acesso a discursos apenas superficiais, distantes de suas realidades de vida. Sem intenção de assumir tais papéis que me eram exigidos e também pela impossibilidade de

²³ A partir da atuação em instituições públicas que lidam com a questão do consumo de drogas é possível perceber que muitos dos profissionais atuam de acordo com suas crenças, valores e concepções morais acerca daquele que consome as drogas, atuando muitas vezes de forma repressora, impondo conceitos de normalidade, padrões de conduta e julgamentos baseados em meritocracia. Além disso, a experiência fora da instituição e a sensibilidade para perceber as singularidades das histórias de vida, propicia a percepção dos diferentes discursos empregados, não só como um jogo de manipulação para se conseguir algo desejado, mas como estratégia para positivar os estigmas que estas pessoas carregam, em favor de si próprias.

²⁴ O autor adota nesse livro uma linguagem teatral como referencial conceitual, fazendo analogias da vida social com o teatro e seus componentes, como cenário, personagens, ator, etc. Contudo, o autor aponta os limites dessa analogia, as diferenças existentes entre ambas, chamando atenção para as técnicas empregadas (consciente e/ou inconsciente) na vida social diária.

ocupá-los concretamente, houve, da minha parte, uma tentativa de separação destas identidades.

Inicialmente, nos primeiros contatos, havia a demanda relacionada à vida ordinária como dinheiro e roupas - esses pedidos foram comuns, vindo das pessoas que se encontravam em situação de rua, e geralmente é dirigido a todos aqueles que esbocem aproximação cordial e expressem interesse ou compreensão pelas suas histórias de vida. Quando passaram a me identificar como profissional da prefeitura, logo vieram solicitações por serviços ou benefícios, como documentação, cesta básica, informações sobre saúde, levar pessoas ao hospital e para “internar” em hospitais psiquiátricos. Diante da impossibilidade de atender tais pedidos e do estabelecimento de vínculos mais próximos, os tipos de solicitações foram mudando com o tempo. Posteriormente, as demandas foram sendo deslocadas do campo da assistência para o do apoio, muitas vezes através da escuta, mas principalmente o de mediação junto às instituições e familiares.

Se o lugar de “doutora” psicóloga é o da escuta, ou seja, de acolher as demandas e queixas, o de mediadora se fazia pelo avesso: é falar pelos outros, é reivindicar em nomes deles. Esse foi mais um incômodo no encontro com o outro, sair da condição confortável da escuta e tentativa de compreensão, a qual estava familiarizada (seja via profissão anterior ou como pesquisadora) para ocupar um lugar de porta voz do outro. Porém, em tal contexto da pesquisa, marcado pela vulnerabilidade social, econômica e emocional, por carregarem consigo estigmas sociais e dificuldades de acesso a serviços e políticas públicas pelas quais passava a maioria dos interlocutores, havia situações em que não poderia me esquivar de assumir tais funções em favor deles.

O trecho do diário de campo abaixo aborda um desses momentos vividos em campo, onde fui requisitada para mediar situações, ocupando assim esses múltiplos papéis, espaços e temporalidades. Em seguida, um desenho que tenta retratar imagetivamente a referida experiência em campo etnográfico. Nesse dia, logo que chego à região da pesquisa, sou abordada por dois interlocutores:

Benjamim diz: “você precisa ir lá em casa, você tem que ver Larissa [...] quando você chegar lá você vai ver!”. Vou à sua casa acompanhada dele e Renato[...]. A residência de Benjamim é composta de um cômodo de aproximadamente 4m x 2m e um banheiro. Vejo uma cama de casal, uma geladeira quebrada que serve como armário, uma cadeira e várias roupas misturadas aos materiais recicláveis e sucatas. Observei também objetos e

comida estragada espalhada por cima de vários móveis que, no quarto bastante abafado por não ter janelas, exalava um odor incômodo. Em cima da cama está Larissa enrolada numa colcha e um gato sob um cortinado bastante velho e empoeirado. Vejo-a pálida e bem debilitada, bem diferente da aparência habitual. Benjamim tira os objetos de uma cadeira e pede para eu sentar. Ele a avisa que estou lá. Cumprimento Larissa e pergunto o que houve. Ela, aparentemente envergonhada, me cumprimenta e comenta: “estou doente, não consigo me levantar, sinto uma fraqueza” e mostra seu braço direito e virilha, que estão bastante inchados e com manchas escuras. Pergunto o que ela acha que causou e ela responde: “acho que foi um bicho que me picou”. [...]. Enquanto ela falava, o marido gesticulava uma negativa com a cabeça e então olhou para mim, dizendo: “será que é aquilo, Carol?”. Conversamos sobre seu estado, tento entender o que aconteceu e suspeito de complicações do HIV pela sua história de vida e sintomas. Pergunto se ela quer se consultar com um médico e se consegue andar para ir ao hospital. Ela responde: “quero sim, mas não consigo me levantar” [...]. Vamos ao posto de saúde, Benjamim, Renato e eu, para vermos a possibilidade de atendimento domiciliar. Ao chegar, Renato já faz o gesto com a cabeça para eu tomar a frente e falar com a recepcionista. Pergunto a Benjamim se não era melhor ele falar, porque se trata de sua esposa e ele sabe o endereço, etc. A recepção acontece de maneira rude e nos orientam a aguardar, pois a enfermeira estava em reunião. Enquanto esperávamos para sermos atendidos uma mulher passa e diz: “você são de Dona Nazinha [um abrigo para pessoas que não possuem moradia]?”. Irritado, Renato diz: “tenho casa e família, não sou morador de rua não!”. Benjamim, resignado, comenta: “é porque estamos aqui sujos e cheio de cana” [...]. Conversamos com a enfermeira sobre o caso de Larissa. Ela conta que deveríamos levá-la ao hospital e que não havia registro dele nem de sua esposa no posto. Benjamim consente calado. Decido intervir perguntando se não era o caso da enfermeira ir fazer a visita, pois é obrigação do PSF notificar e acompanhar casos de HIV, e que ao chegar ao hospital vão dizer que o PSF não está notificando os casos [...]. A enfermeira diante dos argumentos decide fazer a visita. Juntamente com a auxiliar de enfermagem, ela vai à residência para ver o estado de Larissa. Vamos nós três de carona no carro da enfermeira. Lá é realizada uma primeira avaliação e encaminhamento para o hospital da cidade. Argumento mais uma vez sobre seu estado de debilidade e condições financeiras. A enfermeira decide levá-los ao hospital geral. De lá ela foi encaminhada de ambulância para o hospital de referência o tratamento para doenças infectocontagiosas em João Pessoa (DIÁRIO DE CAMPO, 23/12/2014).

Imagem 02: Esboço do interior da residência de uma das interlocutoras da pesquisa.



Desenho: Ana Carolina Paz

Pelo relato acima, percebe-se que era exigido constantemente pelos interlocutores da pesquisa que eu assumisse a função de mediação, de várias maneiras e em várias situações em campo. Tal função foi atribuída a mim mesmo as pessoas sabendo que estava ali como pesquisadora e que não mantinha vínculo profissional com nenhum serviço público. Entretanto observa-se também que a partir de um compromisso ético e esforço em estar junto das pessoas quando requisitada, sem perceber fui ocupando simbolicamente o lugar esperado e oferecido pelas pessoas do local: a mediação.

Nota-se que, além do papel de ex psicóloga (funcionária da prefeitura), a identidade de pesquisadora reforçou o lugar de “doutora” em campo. Ser pesquisadora comporta os mesmos sentidos e signos trazidos pelos interlocutores: ser uma profissional, ter escolaridade e ser alguém que possui um tipo de inserção social que poderia mediar situações em favor deles. Como argumentara Inácio, ao responder o porquê de querer que eu mediasse uma demanda que trouxera sobre documentação, ele justificou dizendo: “você tem conhecimento e sabe falar melhor com as pessoas”.

A fala de Inácio aponta para a percepção que os interlocutores tinham sobre si e sobre a pesquisadora. Essa percepção, por sua vez, pode indicar aspectos relacionados o modo como os interlocutores são atendidos em instituições, quando em busca de acessar algum direito decorrente dos estigmas a que são submetidos.

Tal concepção sobre esse lugar de mediação e endereçado a pesquisadora se aproxima com o destacado por Chatterjoe (2004) ao abordar questões acerca das reivindicações de grupos vulneráveis. O autor enfatiza a função da mediação como elemento indispensável para que estes grupos acessem seus direitos junto às entidades governamentais. O mediador é então aquele que possui familiaridade com a linguagem e o estilo de vida de grupos vulneráveis e que, ao mesmo tempo, conhece a estrutura e linguagem do governo - é versado “em procedimentos legais e administrativos”, sendo também “parte orgânica da comunidade” (CHARTTERJAE, 2004, p. 145). Tem a função de interceder na burocracia a partir do que seria a demanda desses grupos, e por outro lado, o papel de explicar as decisões e procedimentos do governo às populações, mediando entre “domínios que são diferenciados por desigualdades de poder profundas e historicamente entrenchadas.” (CHARTTERJAE, 2004, p.146).

Esse parece ser o caso do contexto da pesquisa. Sabendo do antigo vínculo institucional, os interlocutores viram na minha presença a possibilidade de acessar direitos através de alguém que transitava por esses dois espaços (o campo e as instituições). É claro que o papel de mediação não se concretiza de fato por essa função, ela acontece como um dever, uma possibilidade a ser, mesmo que em determinadas situações pontuais o lugar de pesquisadora em campo tenha feito função simbólica e concreta de mediação, intercedendo frente às instituições.

Por outro lado, tal papel poderia recair na armadilha da representação do Estado, contudo, relativizada pelo fato de ser sabido que não possuía mais vínculos com essas instituições públicas e principalmente pela postura crítica endereçada a estas diante das situações ocorridas. Meus vínculos eram com os interlocutores.

Assim, esses papéis de psicóloga e pesquisadora, ou melhor, de “doutora”, foram sendo reinventados pelos próprios interlocutores da pesquisa no decorrer da convivência, deslizando-se para o papel de mediação. Um lugar inventado por eles no campo e endereçado a mim, como um lugar possível para ser ocupado em seus cotidianos. Mas como é possível uma posição de mediação junto aos *outros*, sendo também esse outro, diferentemente do mediador trazido por Chatterjae (2004), que faz parte da comunidade?

Como afirma Renato, durante uma conversa na mesa do bar sobre meu lugar no campo, ele diz: “Você é doutora, mas você é diferente”, referindo-se ao fato de estar convivendo com eles em seus espaços de sociabilidade. A “doutora” em questão é um *outro* que difere dos *outros*, cujo conceito e função foi reelaborado no campo, aproximando-me como se tornasse parte da vida orgânica local. Sendo assim, o papel de mediação ocupa um lugar ambíguo que foi permitindo estar *dentro*, sendo de *fora*, condição elementar do pesquisador no trabalho de campo etnográfico²⁵.

A partir de então, deixei de negar e lutar contra essa possível função e, dentro das possibilidades, de alguma forma passei a corresponder à função de mediação que os próprios interlocutores atribuíram. À medida que ia assumindo certos papéis em campo, ia estabelecendo vínculos; conforme eram exigidas certas ações, como as relatados acima, participava de seus cotidianos e testemunhava relatos de

²⁵ Discussão trazida por diversos autores acerca do pesquisador em campo, do encontro com o outro e o fazer etnografia, como: Peirano (1996;2206); Caldeira (1988); Geertz (2002); Magnani (2002); Merleau-Ponty (1984).

histórias de vida; e como consequência disso, trocávamos afeto, informações e respeito.

A pesquisa foi então se fazendo possível, tecida através das conversas e trocas estabelecidas em campo, atestando assim, como já nos indicava Marcel Mauss (1974) em seu texto *O ensaio sobre a dádiva*, como sendo as relações de troca o aspecto fundamental que opera na tessitura das relações sociais. Segundo esse autor, é através desses mecanismos de troca - dar, receber e retribuir - que se alicerça a aliança e comunhão. Todo esse mecanismo engendra uma série de direitos e deveres que possibilita o estabelecimento de vínculos. Trocávamos assim, interesses distintos através do conhecimento que cada um tinha, seja pelos trâmites da assistência e reivindicação de cidadania ou pela sabedoria das vivências nas ruas e do local investigado.

Essas múltiplas identidades, papéis e trocas foram o que permitiu minha inserção em campo. Segundo Rosaldo (1991) a inserção no campo não se dá na chegada, e sim de forma gradativa e processual, a partir dos lugares oferecidos pelos sujeitos da pesquisa e pelas experiências e sentimentos vividos juntos aos interlocutores. Ou seja, fui sendo inserida e me inserindo na dinâmica local a partir desse lugar oferecido.

Estar lá com diferentes papéis foi, portanto, uma potencialidade para acessar as pessoas e circular pelo campo e, mais do que isso, foi um lugar, uma função, uma forma possível de fazer parte do cenário, o que não poderia ser negado. Através das inúmeras solicitações de documentação ou acompanhando as pessoas ao hospital, posto de saúde da família (PSF), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outras instituições e espaços, pude conversar sobre suas histórias de vida e conflitos locais, dividir tensões, angústias, sofrimentos e indignações em diferentes contextos. Pude também perceber melhor a relação destas pessoas com as instituições e vice versa e, à medida em que se solidificavam os vínculos, era levada para conhecer suas residências, família e local de trabalho (ou antigo local de trabalho).

Nesse sentido, a rua, o mercado, a praça, os bares, barracos, terrenos baldios, residências de familiares, as instituições como hospitais e outros serviços de saúde e assistência, fizeram parte do cenário da pesquisa, pois esses espaços integravam as redes de sociabilidade, de recurso e formas de circulação das pessoas.

Outro aspecto importante do modo como ocorreu minha inserção em campo é a noção de tempo, espaço e papéis no fazer pesquisa etnográfica, pois estes tornam-se elementos de destaque no desenvolvimento da pesquisa que precisam ser discutidos. Têm-se um tempo anterior à pesquisa, que se dá no espaço/relação da instituição, portanto, uma relação passada entre psicóloga/usuários, e um tempo presente da pesquisa, que se dá pela relação entre pesquisador/interlocutores. As relações presentes durante o desenvolvimento da pesquisa foram sendo construídas a partir das relações que se deram no tempo passado. Ao mesmo tempo, a condição passada foi ganhando novos contornos que ressignificaram as relações já existentes. Sendo assim, a partir dessa (con)fusão temporal, espacial e relacional, os papéis assim desempenhados assumiram novos sentidos que reelaboraram as percepções e relações entre usuários/interlocutores e a “doutora”.

O tempo então se mostra não apenas um elemento externo onde acontecem as relações sociais entre pesquisadora/pesquisados, ou seja, um intervalo mensurável, mas um elemento de relação que permite reelaborar a percepção e as relações estabelecidas a partir do afetar e ser afetado pelas complexas situações do campo. Desse modo, os papéis e as relações vividas no tempo passado da instituição foram atualizados e reelaborados no presente da pesquisa, onde foram sendo realizadas novas negociações em campo e tecidas relações de troca. Foram exatamente isso, esses arranjos, que permitiram minha inserção, permanência no campo e desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa se fez então a partir das múltiplas temporalidades, espaços e papéis, através de “conexões que extrapolam os limites do tempo e do espaço do campo” (BIONDI, 2010, p.45). Foi através dessa caminhada, não só espacial, mas temporal e relacional que se forjou a pesquisa. Contudo, esse fazer etnográfico revela outros aspectos que nos fazem refletir sobre a capacidade e os limites do pesquisador diante desse encontro com o outro e inserção em campo, tema do próximo subitem.

1.5. Um lugar de desamparo: a rua, a relação de confiança/desconfiança e algumas considerações metodológicas.

Nesse mergulho no cotidiano, fazendo parte de suas vivências, fui sendo afetada pelas situações e relações estabelecidas com as pessoas do referido local.

Dessa experiência junto aos sujeitos da pesquisa, percepções e sentimentos afloraram, levando-me a ocupar certos lugares simbólicos oferecidos pelo campo. Por sua vez, desse lugar pude experienciar uma relação própria com o contexto da pesquisa. Fui então afetada, atravessada por sensações singulares, só possíveis diante da vivência local.

Ser afetado, segundo Favret-Saada (2005) constitui uma dimensão central do trabalho de campo, pois ultrapassa a dimensão do observável para uma dimensão da experiência. Trata-se de uma condição que não se define como empatia pelo tema e sujeitos da pesquisa, já que esta supõe se colocar no lugar do outro, partindo, portanto, de um lugar distante do outro. Muito menos, tornar-se *nativa*, segundo essa autora.

A empatia provavelmente tenha sido a condição primeira para chegada ao campo: motivação para o interesse e a aproximação com a temática e local de pesquisa. Contudo, no caso do relatado aqui, trata-se de uma condição outra, distinta da forma que se apresenta na empatia, pois ser afetada parte da experiência pessoal e não de uma condescendência da experiência do outro/nativo. Ao me permitir passar por certas experiências no campo, através do lugar oferecido pelos *nativos*, pude ser afetada por sentimentos que produziram singularmente sentidos e pensamentos sobre a realidade local. Foi a partir dessa experiência pessoal em campo, de uma certa afetação mobilizadora que coloca o pesquisador em campo (ROSALDO, 1991), que se tornou possível a compreensão de certos problemas investigados. Não a partir da chegada, mas da vivência cotidiana junto aos interlocutores.

Algumas dessas vivências em campo foram atravessadas por momentos de desconforto e tensões que se colocaram como desafios para o desenvolvimento da pesquisa. Constantemente me deparei com situações de intensa sujeira, doenças²⁶ e sofrimentos, episódios de injustiça, violência e humilhação, entre outros momentos em que despertavam em mim sentimentos de compaixão, revolta, impaciência, impotência, angústia e medo em campo. A seguir, tentarei expor como as percepções e sentimentos provocados no contexto da pesquisa se tornaram elementos de compreensão da realidade local.

²⁶ A partir da experiência profissional junto ao SUS, pude aprender a identificar sinais e sintomas de várias patologias, principalmente referente às doenças mais comuns que atingem esse determinado público.

Para iniciar, retorno ao episódio citado acima, onde acompanhei dois interlocutores em um PSF. Fomos recebidos com um péssimo acolhimento. Me senti vista com olhares de reprovação, provavelmente por fazer parte (naquele momento) de um grupo de pessoas cuja aparência e/ou comportamentos destoavam dos demais que procuram o serviço. Senti subjugada a minha capacidade de interpelar por direito à assistência, e por um instante me senti menosprezada. Assim como eles, ao acompanhá-los às instituições, serviços e empreendimentos comerciais, presenciei e fui alvo também de preconceito e discriminação. Em algumas dessas situações me indignei e em outras vezes só me restava o sentimento de resignação.

Tais sentimentos afloraram por estar ocupando um lugar próximo ao dos interlocutores, por assumir suas demandas diante do lugar de mediadora e principalmente por ser afetada por percepção e situações do campo.

Em outros momentos, a surpresa, tristeza e desânimo passaram a ser repertório da rotina em campo, principalmente ao receber notícias de prisões, morte ou desaparecimento de conhecidos e interlocutores da pesquisa. Como exemplo, as notícias recebidas sobre: o falecimento de Everaldo por complicações de saúde; o desaparecimento de Donato, sem saber ao certo as causas; a prisão de Hélio em uma das constantes batidas policiais, fazendo-me indagar se deveria visitá-lo ou não na cadeia. Consequentemente, essas sensações faziam emergir mais uma vez meus receios e limites enquanto pesquisadora.

Houve também ocasiões em que fui tomada por um sentimento de compaixão e impotência, ao testemunhar casos de diagnósticos de doenças, relatos de dores, de infelicidades, como no caso onde Gabriel encontrava-se bastante doente, deitado no chão da praça e sem assistência. Assim como ele e outros presentes, me senti angustiada e desamparada por não saber a quem e como recorrer. Houve também momentos em que me senti ofendida, como no dia em que fui acusada por Ítalo de “não ser humana”. Ora, diante de tantas experiências e afetações, nunca havia me sentido tão humana, tão dividida, tão frágil e potente, quanto durante a pesquisa, durante o encontro com o outro.

Essas experiências, sensações e impressões vividas por mim em campo revelam essa aproximação com o cotidiano local e as experiências dos próprios sujeitos da pesquisa, no entanto, vividas de formas distintas. Segundo Peirano (2014), a etnografia se materializa no diálogo teórico sobre determinados temas,

mas principalmente, nesse encontro entre pesquisadora e pesquisados, nos contrastes e dimensões que tal contato revela.

Se a princípio questionava os outros, passei então a questionar as minhas próprias concepções. Aprendi a relativizar certas formas de agir dos outros e as minhas noções de higiene e saúde, violência e sobre licitude/ilicitude, por exemplo - concepções estas socialmente construídas. Como nos ensina Peirano, (2014, p. 385), “a etnografia abala nossos estilos de vida e nossas ideias de existência [e humanidade]; abala nossa crença moderna na referencialidade dos sentidos e impõe uma reflexão sobre a multiplicidade de modos de vida”. Ao procurar melhor entender acerca de um outro próximo, inevitavelmente fui levada a pensar sobre a relação existente com ele e, principalmente, o lugar dele em nossa sociedade.

Desse encontro, certezas sobre o modo de encarar determinados fenômenos foram abaladas, fazendo-me questionar teorias iniciais, duvidar de concepções já naturalizadas e indagar sobre outras formas de perceber as questões que se colocavam em campo. Dessa maneira, os incômodos, tensões e receios diante do encontro com o outro tornaram-se também elementos de pesquisa. Isso só foi possível através do desenvolvimento de uma pesquisa de cunho etnográfico, pois esta propicia uma rica coleta de dados, onde eventos, palavras, sensações e afetações tornam-se também material de análise o que, por sua vez, possibilita a abertura de novos caminhos de compreensão acerca dos fenômenos investigados.

Vale destacar mais uma vez que a pesquisa se deu em espaço público onde algumas das práticas existentes são consideradas desviantes das normas sociais, como o consumo intensivo de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, vivência nas ruas e práticas ilícitas. Além disso, tem-se um campo marcadamente masculino, onde parte dos frequentadores possuía algum tipo de envolvimento com práticas ilegais (roubo, comércio de drogas ilícitas, entre outros) e/ou estavam com pendências na justiça (foragido), constituindo-se, portanto, como um tema envolto em questões morais, éticas e política, que envolve risco na coleta, análise e exposição das informações da pesquisa, revelando assim, seus limites.

Por outro lado, é preciso destacar que o lugar de “doutora”, a partir da atuação profissional anterior e durante a pesquisa, me colocou em um lugar distinto ao dos interlocutores, interferindo na forma de interação com o contexto da pesquisa e nas experiências vividas. Esse tipo de interação coloca em questão uma possível relação de poder entre profissional/usuário e pesquisadora/pesquisados que

produziriam implicações de poder/saber que acarretariam num certo distanciamento e diferenciação entre as partes, e que pode ser percebido em vários momentos da inserção em campo já relatados. Caldeira (1988) destaca a importância de abordar a relação de poder e distanciamento entre o pesquisador e sujeitos pesquisados como elemento que deve ser considerado e problematizado no estudo antropológico.

Sendo assim, observa-se que o fato de ter sido interpretada como uma “doutora”, engendrou um distanciamento simbólico (e de certo modo também físico), que os interlocutores denominam de “respeito”. Esse respeito foi cotidianamente exigido pelos próprios interlocutores da pesquisa. Vejamos abaixo um trecho retirado do diário de campo que evidencia o papel do “respeito” com a pesquisadora:

Enquanto conversávamos, Walter, Beto, eu e Agripino, este último, que se encontrava ao meu lado bastante embriagado, me aponta uma mulher que passava na rua naquele momento, dizendo: “essa é minha esposa”. Quando virei o rosto para olhar, Agripino aproximou-se mais uma vez de mim e repentinamente tentou beijar meu pescoço. Foi um susto, pois não esperava tal gesto. Walter rapidamente empurra Agripino com força e Beto chateado, mas calmo, comenta: “olha o respeito com a doutora”. Walter fica reclamando com ele, dizendo que parecia uma “cobra dando um bote”, que ele não poderia ter tal comportamento e ameaça dizendo: “se não vou dar um jeito em você”. Ele continua, em tom de brincadeira, dizendo que tem “muito ciúme” de mim. Beto reforça dizendo que tem que ter “respeito”, por que sou “casada” e sou “doutora”, [...]. Reforço dizendo que levei um susto, que estou ali para conversar e que caso ele insista em ficar se aproximando daquela maneira, teria que me afastar dele por um tempo para evitar outro “bote” [...]. Agripino fica visivelmente constrangido, senta no banco, distante de mim, não comenta nada e fica só observando. Walter comenta, que ele “ficou sem graça” após ser repreendido. (DIÁRIO DE CAMPO, 17/12/2014)

Observa-se que o fato de ser uma pesquisadora do sexo feminino em um campo marcadamente masculino e com pessoas sob efeito de substâncias psicoativas (que alteram a percepção e/ou a consciência), me colocou em um terreno onde os elogios, demonstração de carinho, questionamento acerca do meu estado civil e pedidos de casamento foram comuns. Mas, ao menor sinal daquilo que era entendido como falta de “respeito” com a “doutora”, os demais prontamente incumbiam-se de exercer repressão e marcar a necessidade de distanciamento e “respeito”. Muitas das vezes isso ocorria por meio de pequenas discussões e ameaças, outras, apenas explicando minha função em campo e, em algumas situações, pelo contato físico para separação.

Com o tempo, os elogios passaram a ser acompanhados da expressão “com todo respeito”, como por exemplo, no dia que Beto, comenta: “sabia que você é linda

toda, mas digo isso com todo respeito”, agradecendo a atenção e perguntando depois se podia me chamar de “filha”. Houve também aqueles elogios e cantadas endereçados e recebidos como “brincadeiras”. Durante conversa com um grupo na mesa do bar, diante de sua esposa, Benjamim fala: “vou trocar minha esposa por você”, alegando ser “bonita, legal e paciente” com ele. Comento então dizendo: “vai perguntar ao meu marido se sou paciente com ele!”. Todos os presentes riram bastante e ele afirmou que “nenhuma mulher é paciente com o marido”. A partir disso, inicia-se um diálogo sobre relacionamentos amorosos e suas percepções sobre as relações conjugais, ali na mesa do bar.

Por sua vez, a repressão também se voltava a mim, como por exemplo, ser proibida de forma explícita, por alguns interlocutores da pesquisa, de consumir bebida alcóolica na região, além de ter que desenvolver a autocensura para não chamar a atenção pela via sexual. Isso ocorreu quando Danilo foi desafiado a beber um copo cheio de cachaça de uma única vez, olhando para mim, pergunta:

“Você bebe?”, levantando o copo em minha direção. Respondo que tudo de uma vez não. Ele então diz: “mas aqui você não bebe!”. Digo que não entendi e pergunto por que não posso beber. Ele responde de forma assertiva: “porque não! você não pode beber aqui, você é Carol, não bebe e pronto!”. Todos que estavam próximos riram. Pergunto se não é injusto ele poder beber e eu não. Benjamim pergunta se eu bebo cachaça. Respondo perguntando o que eles achavam. Donato fica rindo e diz que tenho “cara de quem bebe”. Benjamim diz que “só cerveja e refrigerante”. Danilo insiste dizendo: “não, você pode beber, mas aqui você não bebe”. [...]. Pergunto o que eles achariam se eu bebesse lá com eles, pois eu sempre ficava só conversando enquanto eles bebiam. Continuam rindo. Donato comenta: “já pensou? Ai meu Deus! Ia dá certo não!”. Logo em seguida, Renato pergunta se quero um refrigerante. (DIÁRIO DE CAMPO, 17/10/2014)

Posteriormente, foi comentado que se eu bebesse iria ser “confundida” com as “meninas” ou “noiadas”, e assim os homens não mais me respeitariam, tendo que arcar com as consequências. Observa-se, portanto, que foi exigida a necessidade de assumir comportamento que me diferenciasse das demais mulheres que circulavam pelo local. Mais uma vez me era exigido assumir o papel oferecido de “doutora”, dessa vez não podendo consumir bebida alcóolica no local. Chama a atenção, a frequência e o lugar da mulher nesses espaços de consumo da bebida alcóolica. Como destaca Neves (2003), em seu texto sobre as prescrições sociais do consumo de bebidas alcóolicas, o consumo desta bebida, os bares e outros lugares

de “diversão”, são considerados historicamente como sendo ambientes de socialização masculina, os quais prescrevem regras e as maneiras de beber²⁷.

Além disso, fui considerada pela maioria como uma pessoa sem a “malícia” da vivência nas ruas, ou seja: não tinha o conhecimento acerca dos códigos e não possuía as táticas para lidar com situações de violência e assédio que são comuns nesse contexto, diferentemente de outras mulheres que frequentavam o local. Por não ter essa experiência da vivência nas ruas, fui vista como uma pessoa que necessitava ser apresentada ao contexto e ao mesmo tempo orientada e protegida.

Constantemente, era ensinada sobre a “malícia” da vivência nas ruas, a ficar “de olho”, atenta aos acontecimentos e intenções. Desse modo, percebe-se no cotidiano local a necessidade da adoção da atenção para perceber situações de tensão, desconfiança e conflitos, como as brigas, rivalidades, intimidações, ameaças e a presença da polícia, e ao mesmo tempo, desenvolver meios de lidar com tais situações. Percebe-se que o distanciamento decorrente entre a relação de poder/saber associado ao papel de “doutora” não só balizou as relações lá estabelecidas, mas foi vista como uma possibilidade viável da minha permanência em campo. Não posso negar que esse distanciamento proporcionava um sentimento de segurança diante de momentos de violência e tensões presenciadas em campo.

Estar no lugar de aprendiz e ser uma pessoa sem a “malícia” das ruas pode ter sido apreendido por alguns interlocutores como uma oportunidade de demonstrar seu conhecimento, demarcar status e poder. Estabeleceu-se, assim, uma possível equivalência na suposta relação de poder existente entre pesquisadora (a categoria profissional e de pesquisadora estão relacionadas ao ter acesso ao estudo, meios socioculturais e econômicos estáveis, etc.) e sujeitos da pesquisa. Foi também através da orientação e proteção, frente à pesquisadora, que muitos exerciam o saber/poder sobre o local e também entre os pares. Constantemente, entre eles esboçava-se uma disputa por quem detinha mais saber ou poder sobre a dinâmica local. No campo, os sujeitos interlocutores eram os que possuíam saber/fazer sobre o tema de pesquisa.

Portanto, o fato de ser tratada como “doutora”, se configurou como um ingrediente que permitiu minha permanência no local e desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de um aspecto que poderia ser entendido apenas como um

²⁷ Isso será melhor discutido no capítulo 03.

distanciamento sociocultural e econômico que produziria limites, mas tal barreira mostrou-se principalmente como necessária para a aproximação com os sujeitos envolvidos, me colocando em um lugar privilegiado para compartilhar histórias de vida, crenças, valores éticos e morais acerca dos seus cotidianos.

Contudo, do mesmo modo que a minha presença parecia querida por alguns, certamente por outros ela foi apenas tolerada. O fato de estar ali como uma pessoa reconhecida e de ter criado vínculos de confiança com grande parte dos frequentadores locais, não me isentou de olhares de desconfiança. Ao mesmo tempo em que observava as práticas, as pessoas e o local, fui também observada, questionada e testada em campo.

Como exemplo, cito momento em que durante conversava com Walter, Felipe, um dos rapazes que vivia em situação de rua na localidade, ficou olhando fixamente em nossa direção. Walter me chama a atenção: “o cara está só olhando para gente”, “deve estar só imaginando o que eu estou falando contigo”, referindo-se à desconfiança demonstrada pelo rapaz acerca do suposto conteúdo de nossa conversa e ao seu olhar de intimidação. Walter prossegue seu comentário, alegando que o rapaz nos observava por temer as informações prestadas acerca dos “moídos da praça”, o cotidiano de consumo e comercialização da “pedra” de crack e outras práticas ilícitas que aconteciam no contexto da pesquisa.

Havia, portanto, o receio que certas práticas ilícitas fossem expostas e, conseqüentemente a identificação dos sujeitos envolvidos. Além disso, como dito anteriormente, parte das pessoas tinham algum tipo de pendência com a justiça o que levava a evitar aproximação com pessoas desconhecidas, instituições do Estado e qualquer outra forma que levasse a sua localização. O receio de ser delatado e ter a identidade exposta representa para muitos a necessidade de certificação das pessoas que circulam pelo local e atenção nas informações prestadas.

As dúvidas sobre os possíveis interesses da pesquisadora em campo foram colocadas em prova constantemente, como no observar a declaração da instituição de ensino, o conteúdo das perguntas norteadoras da entrevista, etc. A desconfiança recaía no receio da pesquisadora ser delatora e por outro lado, havia também meu receio de ser confundida como tal e sofrer as referentes sanções (ameaças, agressões, ser expulsa do local, entre outras possibilidades). Esses momentos de desconfiança/confiança se tornavam explícitos quando, por exemplo, sentia falta de

alguém e perguntava por ela. Quando essa pergunta emergia em conversas em grupo, geralmente como resposta recebia um silêncio desconcertante, mudança de assunto, uma negativa do tipo “não sei” ou até mesmo “não sei quem é”, mesmo quando tinham certa aproximação com a pessoa. Às vezes recebia uma indagação de volta, “por que você quer saber?”. Em outras situações, eles deixavam para me responder quando estávamos a sós. Logo entendi que o silêncio e o não dito diz muita coisa: que não se pode comentar certos assuntos em grupo; que saber ou falar demais pode representar algum grau de risco; e que qualquer um pode representar ameaça ou ser confundido como tal.

Mesmo assim, vários interlocutores, em certas ocasiões, se sentiam tão à vontade em contar sobre o cotidiano no local que muitas das vezes relatavam fatos, apontavam pessoas e até mesmo exerciam práticas ilícitas na minha presença.

O fato de saber sobre as práticas ilícitas me colocava em situação semelhante das demais pessoas do local. Sendo assim, foi comum e necessário conversar sobre o assunto, alertando sobre as normas do local e que não se pode expor o que acontece em tal contexto. Desse modo, as minhas ações enquanto pesquisadora eram observadas e avaliadas constantemente, sendo meu comportamento construído paulatinamente, a depender das situações que apareceriam e através de negociações constantes, com avanços e recuos em campo.

Nesse contexto, apesar de uma boa relação com as pessoas, algumas medidas foram sendo estabelecidas, como: portar prancheta com folhas em branco, roteiro de entrevista e declaração do mestrado como forma de identificação para aqueles que não conheciam minha atuação no local, caso necessário (inclusive a polícia); não observar de forma explícita os atos ilícitos, procurando sempre a discrição; ir a determinados locais só quando convidada ou acompanhada de pessoas conhecidas; ser discreta com as perguntas; não repassar informações prestadas de uns para outros; apresentar higiene e aparência mais adequada ao local para não chamar muita atenção (ir com vestimenta que não acentuasse as formas do corpo e que são associados à feminilidade e sexualidade no campo, adoção da calça jeans, camiseta folgada e cabelo preso, muitas vezes com higiene descuidada e roupas desgastadas); entre outras estratégias adotadas tanto para não chamar a atenção como para não servir de elemento de distinção entre a pesquisadora e os pesquisados.

Assim, após algum tempo realizando a observação participante, a minha presença passou a fazer parte do cotidiano de várias pessoas da localidade, integrando-se a dinâmica e práticas dos grupos existentes no local. Integrar-se não corresponde a se tornar despercebida, muito menos uma *nativa*, e sim assumir uma função dentro do grupo ou na dinâmica local, passando a ser incorporada e reconhecida como elemento que faz parte circunstancialmente das relações.

Trata-se do movimento que vai do estranhamento inicial à aceitação da presença, mesmo mantendo-se a relação confiança/desconfiança que se faz presente como ocorre com qualquer outro que faça parte das relações locais. Uma caminhada que percorre das impressões iniciais à criação de vínculo e o estabelecimento de uma função no grupo. Para além do estar “dentro” sendo “de fora”, é um “fazer parte” possível e circunstancial da dinâmica local.

Portanto, neste capítulo foram relatados alguns aspectos significativos acerca dos caminhos percorridos para o desenvolvimento da referida pesquisa etnográfica. Tais aspectos citados ao longo do texto são elementos que interferem nas formas de apreensão das experiências do campo. Em especial, a confiança/desconfiança se tornaram pontos primordiais no desenvolvimento da pesquisa, ora facilitando, ora pondo limites.

Nesse sentido, várias estratégias precisaram ser lançadas e adotadas, segundo o fluxo e contexto da pesquisa. No que tange os meios de registro das informações prestadas e observadas, estes não foram diferentes: a desconfiança e confiança se colocaram como elementos presentes, pondo em discussão os usos, meios e possibilidades metodológicas do fazer etnografia.

Expor o modo como surgiu o interesse pela temática, as motivações e relevância para a pesquisa, o processo de inserção e algumas experiências vividas em campo auxiliam na compreensão do contexto e nas estratégias metodológicas adotadas para seu desenvolvimento. Observa-se que ao abordar o modo como se deu o desenvolvimento do trabalho de campo, este nos revela percepções, afetações e elaborações diante do encontro com o outro, fazendo-se necessário seu relato para um melhor entendimento acerca dos limites e potencialidades das observações e elaborações que virão a seguir. Tal relato acerca da inserção em campo segue indicações de Miguel Olivar (2013). Em seu livro *Devir puta* ele exemplifica muito bem a importância de se relatar a trajetória e experiências do pesquisador com o tema de investigação, desde sua atuação profissional anterior e

sua inserção em campo etnográfico, pois estes podem revelar uma sutil mudança de perspectiva sobre o modo de encarar a referida problemática a partir do contato com seus interlocutores.

Como uma caminhada, todo fazer etnográfico possui um ponto de partida. Dela só se sabe o começo, o ponto inicial, mas não se sabe ao certo o caminho a ser percorrido. Ela é movimento, sempre incompleto, inacabado, está aberta aos encontros com o inesperado, aos desvios e descobertas. O caminhante pode até possuir um mapa, saber a direção que vai tomar e ter aprendido técnicas para superar obstáculos, mas é no caminho que se faz a sua própria trajetória. Assim como a caminhada, o fazer etnográfico se constitui em um processo que se faz gradativamente durante o exercício do caminhar. É a partir da largada que se constrói o passo seguinte, como mola propulsora para aquilo que vem a seguir. Como aponta Certeau (1986, p. 183), “caminhar é ter falta de lugar, é o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio”. É a procura por este lugar que leva ao próximo passo, assim como os caminhos percorridos numa investigação etnográfica.

No próximo subitem conheceremos melhor a cidade de Cabedelo, através de uma breve caracterização, para em seguida, determo-nos no espaço onde se localiza o “CTI”: o centro da cidade.

CAPÍTULO 02. O centro da cidade: contextualizando o espaço de relações do “CTI”

No capítulo anterior foi abordado o modo como surgiu o interesse pelo tema de investigação, o local e sujeitos da pesquisa, os principais aspectos do processo de inserção em campo etnográfico e a identificação dos interlocutores. Pretendia-se com isso, contextualizar de modo geral o campo de pesquisa, das impressões iniciais às primeiras observações de análise, apontando os limites e potencialidades do modo como esta foi sendo desenvolvida. Agora, neste segundo capítulo, dedicar-me-ei à caracterização do centro da cidade e da sua dinâmica local, abordando melhor os sentidos, práticas e usos do espaço, como forma de contextualizar o modo particular de apropriação de determinados espaços públicos da região central que vieram a produzir o espaço denominado de “CTI”.

Para tanto, partirei de uma descrição das características gerais da cidade, suas condições geográficas, culturais e econômicas, para assim, oferecer melhor compreensão dos sentidos atribuídos ao centro e sua importância social na configuração da cidade. Em seguida, serão abordados os aspectos gerais do centro, procurando compreender as diferentes práticas lá existentes, os tipos de frequentadores do espaço e os diversos sentidos atribuídos ao local, destacando o papel de certos equipamentos públicos.

Acredito que ao descrever as experiências e os modos de significação do espaço do centro, observados e analisados neste trabalho, possa oferecer ao leitor não só uma certa noção geral do local enquanto contexto das práticas sociais que caracteriza e delimita o “CTI”, mas também uma melhor compreensão acerca da relação existente entre os sujeitos, suas práticas e o espaço. Estes tanto influenciam na formação de identidades dos grupos como nas formas de sociabilidade e nos modos particulares de apropriação do espaço. Para tanto, busquei estabelecer uma aproximação com as cinco categorias desenvolvidas por Magnani (2002) ao identificar distintas formas de apropriação do espaço urbano: mancha, trajeto, pórtico, pedaço e circuito, que serão exploradas ao longo do texto.

Esse autor defende que, enquanto modelos, essas categorias poderiam ser aplicadas em outros contextos para pensar as múltiplas formas de apropriação do espaço a partir de seus arranjos concretos, efetivos e reconhecidos pelos grupos (MAGNANI, 2002). Essas categorias serviriam, portanto, para pensar as

modalidades de encontros, trocas e sociabilidades no centro da cidade de Cabedelo por diversos grupos ou *atores* sociais, em especial aqueles que compõem o “CTI”. Em outras palavras, o que interessa nessa abordagem é perceber o centro da cidade como espaço cujas características estão estreitamente relacionadas a formação do “CTI”, através das vivências que nele acontecem, e que por sua vez, o preenche de significados e o remodela de acordo com as práticas sociais nele desenvolvidas (PAIS, 2003).

2.1. Contextualizando o campo de pesquisa: o município de Cabedelo/PB e o centro da cidade

O nome Cabedelo significa faixa ou cabeça de areia que se forma na foz de um rio. Assim se caracteriza geograficamente o município de Cabedelo: um território estreito localizado entre o Rio Paraíba e o Oceano Atlântico, que através de suas águas marca sua geografia, sua história e a dos seus habitantes. Uma cidade ocupada pela importância de suas águas, desde seu surgimento com a construção do Forte de Santa Catarina e do porto localizados na ponta entre o rio e o mar, aos dias atuais, pela sua importância socioeconômica e cultural.

Imagem 03: Foto aérea da cidade de Cabedelo e cidades vizinhas



Fonte: <http://docascabedelopb.blogspot.com.br/p/imagens.html>

Na imagem acima, podemos observar a cidade de Cabedelo, destacada por contornos na cor branca, onde é possível observar seu formato estreito e suas margens cercadas pelas águas, assim como os municípios vizinhos os quais faz divisa. Assim como o movimento das marés, a história de sua emancipação se deu num constante vai e vem cíclico do movimento das águas. Fundada em 1585, a cidade conquistou e perdeu sua autonomia diversas vezes ao longo de sua existência. Permaneceu distrito de João Pessoa, capital paraibana, até 1956, data da última promulgação que lhe concedeu título de município (DUTRA, 2006). Atualmente, é uma das cidades constituintes da Região metropolitana de João Pessoa, estabelecendo com ela estreito laço econômico e social.

Cabedelo é conhecida pelos seus pontos turísticos e por ser a zona portuária do Estado, atividades estas que vem atraindo pessoas e empreendimentos para a cidade. O turismo se desenvolveu a partir da ocupação das praias por veranistas a partir da década de 50 (DUTRA, 2006) e atualmente tem o pôr do sol às margens do rio como um dos símbolos da cidade. Como característica econômica, Cabedelo possui uma das principais arrecadações tributárias do Estado, concentrando um polo industrial contendo diversas instalações de pequeno, médio e grande porte em função das atividades do porto.

O município possui população estimada em pouco mais de 64 mil habitantes, segundo informações fornecidas pelo IBGE²⁸, distribuídos em 24 bairros, conforme demarcação administrativa municipal²⁹. Contudo, a cidade tem uma outra forma de delimitação espacial e simbólica atribuída pela população local, que compreende 03 macro divisões: centro, orla da Praia, e a área entre BR 230 e o mangue.

A delimitação intermunicipal entre Cabedelo e João Pessoa se dá através dos rios Mandacaru e Jaguaribe, locais onde se encontram algumas comunidades populares a partir de ocupações irregulares à beira desses rios. Essa divisão inicia-se nos bairros Mandacaru/Salinas, concluindo-se nas praias do Bessa/Intermares, respectivamente João Pessoa/Cabedelo.

Parte da orla marítima da cidade de Cabedelo, constituída pelas praias de Intermares, Ponta de Campina, Poço, Camboinha, Areia Dourada e Formosa, foi

²⁸ O último censo do IBGE, realizado em 2015, registrou população de 65.634 pessoas, habitantes. As informações foram acessadas em maio de 2015 e estão disponíveis em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015_20150915.pdf

²⁹ As informações administrativas citadas no texto sobre a cidade de Cabedelo/PB constam em site oficial da prefeitura municipal, disponível em seu portal: <http://www.cabedelo.pb.gov.br>. Acessado em julho de 2015.

historicamente ocupada por edificações de veraneio. Com o crescimento populacional, a melhoria de acesso e infraestrutura, assim como pela proximidade com o município de João Pessoa, essas praias foram gradativamente sendo ocupadas como local de residência, principalmente dos pessoenses. Tratam-se de pessoas que permanecem com seus vínculos com a cidade vizinha, como família, trabalho, serviços privados de saúde, educação e lazer. Apesar de haver modestas casas de veraneio, a paisagem local é marcada por mansões, edifícios de luxo e condomínios fechados - verticais e horizontais, com equipamentos de lazer, ruas particulares, forte sistema de segurança e circulação restrita de pessoas - tornando-se a área residencial da cidade mais valorizada economicamente e com status social.

As demais praias, localizadas próximas ao centro da cidade - Monte Castelo, Ponta de Mato e Santa Catarina (mais conhecida como Miramar) - possui um tipo de ocupação e modos de vida semelhantes àqueles dos bairros próximos ao centro, diferenciando-se da ocupação descrita acima. Apesar desses bairros terem várias casas de veraneio, algumas de luxo inclusive, as habitações são mais heterogêneas, sendo a maioria das habitações residenciais de pessoas de classe média que vivem e mantêm suas relações com a cidade de Cabedelo. Além disso, há uma forte presença de comércio e instituições públicas, como escolas, serviços de saúde, entre outros.

Observa-se que o fluxo de pessoas entre as duas cidades, João Pessoa e Cabedelo, é intenso, sendo os principais meios de acesso a BR 230 e a linha ferroviária. Essa rodovia não só liga as cidades, mas se constitui como uma linha simbólica e espacial que delimita uma configuração social, cultural e econômica da cidade. Percebe-se que há uma gradação do tipo de população e habitação que vai da orla marítima ao mangue, sendo a BR o marco dessa divisão. Se por um lado há a Orla da praia, “do outro lado da BR”, expressão empregada pela população para designar o lado oposto à praia, é onde se concentram os bairros mais populares. Ao longo da BR 230 estão localizadas diversas indústrias, instituições de ensino superior, hipermercados e variado comércio, principalmente no setor moveleiro e construção civil (vidraçarias, marmorarias, madeireiras, casas de material de construção) que atendem ambas as cidades. Também é às margens da BR 230, que

se encontra a maior concentração de condomínios residenciais horizontais de luxo e 03 reservas ambientais permanentes³⁰.

É por trás dessas edificações e reservas ambientais que estão situados vários conjuntos habitacionais populares e de classe média baixa. Alguns possuem o mesmo nome dos bairros da orla (Camboinha e Poço), contudo apresentando-se popularmente a expressão adjetiva “do outro lado da BR”, para designar uma diferenciação não só espacial, mas socioeconômica³¹. Em seguida, mais próximo da linha férrea, se concentram os conjuntos habitacionais municipais com planejamento urbanístico precário e ocupações irregulares, como as comunidades pesqueiras ribeirinhas, todos com pouca infraestrutura de saneamento e calçamento. Entre a linha do trem e o Rio Paraíba, há uma estreita faixa de terra com a biosfera de mangue, na qual foram sendo erguidas habitações, algumas delas em palafitas e “barracos”, constituindo assim, os bairros e comunidades que não são vistos por aqueles que conhecem a cidade através da BR 230.

A região conhecida como o centro fica localizada ao norte da cidade. Trata-se da região que compreende a “cabeça de areia” de sua formação geográfica. Segundo demarcação administrativa municipal, o centro se constitui um bairro, contudo, na categoria nativa o termo é empregado tanto para referenciar uma maior faixa territorial como também o núcleo do bairro, ou melhor, “o centro” das interações comerciais e sociais da cidade.

Para a população que reside nos bairros distribuídos ao longo da BR 230, na orla marítima ou fluvial, próximos ao município de João Pessoa/PB, todo o conjunto espacial que compõe a parte mais antiga da cidade é entendida, de forma ampla, como sendo o centro. Trata-se da região núcleo do surgimento da cidade, ponto de partida do desenvolvimento e expansão da mesma, onde foram sendo construídos os principais empreendimentos para atender a população e local estratégico para a administração municipal.

É nessa região central que estão localizados grande parte dos equipamentos comunitários de convivência como praças, quadras esportivas, bares, lanchonetes, o Clube de Cabedelo, o teatro municipal e instituições religiosas; órgãos de

³⁰ Dois trechos da Floresta Nacional da Restinga em Cabedelo (um deles conhecido como a Mata do Amém) e a Área de preservação Ecológica Estadual.

³¹ Os nomes oficiais dos bairros são: Poço e Recanto do poço; Camboinha e Jardim Camboinha, respectivamente orla e do outro lado da BR 230. Entretanto, comumente designado pelos moradores como “Camboinha do outro lado da BR”, para diferenciar da Camboinha que se localiza na orla, por exemplo.

assistência, educação, saúde, cidadania e administração pública municipal; estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, como o mercado público, pontos de meios de transporte e o porto. Constitui-se, portanto, um local assistido de acesso e infraestrutura, onde estão localizados os principais monumentos, equipamentos comunitários, mercado e sedes do poder (religioso, Estatal e econômico), que tanto atrai as pessoas, como onde se fixam os valores da cidade e onde há maior controle da vida social. Como descreve DaMatta (1985, p.38), “tudo aquilo que representa a possibilidade de emoldurar a vida social num sistema fixo de valores e de poder”.

Imagem 04: O centro de Cabedelo/PB



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Cabedelo,+PB/@-6.9385255,-34.8376091,3900a,20y,180h,40.93t/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x7acde3e4b4747a9:0xbcdd1cad79eabb22>

Sendo assim, devido à sua localização geográfica, infraestrutura e facilidade de acesso, essa região atrai pessoas e vários estabelecimentos em seu perímetro, tanto pela oferta e procura de serviços, como pelo status que este pode representar. Dessa forma, o centro comporta características de ponto de divergência, pois de lá parte a expansão da cidade, mas também de convergência, atraindo pessoas e empreendimentos. Um lugar como polo atrativo econômico e social de grande fluxo

de pessoas, onde as relações de troca se intensificam e onde se apresenta maior variedade dos modos de vida.

Um desses empreendimentos do centro da cidade que possui grande influência nos modos de vidas da população de Cabedelo é o porto. Construído no ano de 1935 (data de inauguração)³², com seu desenvolvimento observou-se a chegada de pessoas de várias procedências para trabalhar e residir na cidade, além de todo um conjunto de infraestrutura de transporte, lazer e habitação, assim como o surgimento de indústrias, refinarias, depósitos, ampliação do comércio, dos meios de comunicação, entre outros elementos de suporte às atividades do porto.

Assim, a partir do porto, o fluxo de entrada e saída da cidade se tornou mais intenso, tanto de mercadorias que chegam e saem através do porto e suas indústrias, mas também de pessoas que apostam na atividade da zona portuária como forma de emprego, renda e ascensão social. Além da possibilidade de emprego qualificado que esta oferece, ao seu redor se instalaram estruturas de apoio à zona portuária que também oferecem trabalho temporário, informal e/ou de pouca qualificação profissional.

É interessante notar que o significativo porto na cidade de Cabedelo parece transbordar a sua função econômica. Observa-se que ele desliza para a noção de fluxo e ancoragem que marcam a história do lugar. Um lugar de movimento contínuo, de entrada e saída, fluxo intenso, constante circulação de pessoas e produtos, principalmente no centro da cidade, onde está localizado. Ao mesmo tempo, um lugar de se fixar, estabelecer raízes, de ancoragem para uma significativa quantidade de pessoas advindas de outros bairros e cidades, que decidem se estabelecer na região, atraídas pelas suas atividades econômicas e condições socioculturais.

Sendo assim, a cidade de Cabedelo como um todo, através desses elementos urbanos como o porto, as indústrias e sua infraestrutura, vivenciou não só um crescimento demográfico e espacial, mas também uma alteração nos modos de vidas de forma geral, atestando aquilo que Wirth (1938) destaca acerca da influência

³² Devido as suas características geográficas e atividades socioeconômicas com base na pesca marinha e fluvial de longa data, o desenvolvimento das atividades de cais em Cabedelo parecem ser bem antigas. Há registro das atividades de porto datado em 1803, de acordo com documento cartográfico, intitulado Plano da Barra Rio e Porto da Parahyba do Norte, disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital>. Segundo o site da Companhia Docas da Paraíba, disponível em: <http://www.portodecabedelo.com.br/historia>, a intenção de construção do porto para fins de escoamento da produção do Estado se dá em 1893, com início das obras em 1902 e inauguração apenas 1935, após pacto firmado entre o governo do Estado e Federação.

da cidade na vida social daquelas que a compõe, como o “centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural” que atrai diversos povos e interesses. Como o porto está localizado na região central da cidade, este empreendimento intensificou as interações e práticas já existentes no local, evidenciando as relações de trabalho, comércio e convivência que o caracterizavam.

Entretanto, é ao redor do mercado público, próximo ao porto, que tais características são mais evidentes, pois o local concentra contiguamente no espaço os principais equipamentos urbanos de entretenimento, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, órgãos públicos de assistência e da administração municipal. Trata-se da região circunscrita pelo perímetro formado através da zona portuária, BR 230, estação ferroviária e a praça Venâncio Neiva, popularmente conhecida como Praça da Caixa D’água.

Imagem 05: Área do núcleo do centro da cidade de Cabedelo/PB



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Cabedelo+-+PB/@-6.9724888,-34.8355658,17z/data=!4m2!3m1!1s0x7acde3e4b4747a9:0xbccd1cad79eabb22>

É nessa área do centro da cidade que encontramos vários grupos de pessoas que fazem consumo diário e intensivo da bebida alcóolica, em especial nos bares, calçadas e praça nos arredores do mercado. Parte desses frequentadores consumidores de bebidas alcóolicas formaram, ao longo do tempo, um espaço

conhecido como “CTI”, termo empregado para referenciar espacialmente esses grupos de pessoas que se encontram regularmente em torno do uso intensivo e diário da cachaça.

Para entender como se deu a sua constituição e configuração atual se faz necessário primeiramente conhecer aspectos gerais do centro da cidade que se relacionam com os usos e sentidos que originaram o “CTI”, a partir da observação direta da sua dinâmica geral e usos identificados do espaço.

2.2. “O centro” do centro: a disposição espacial e os múltiplos usos do espaço.

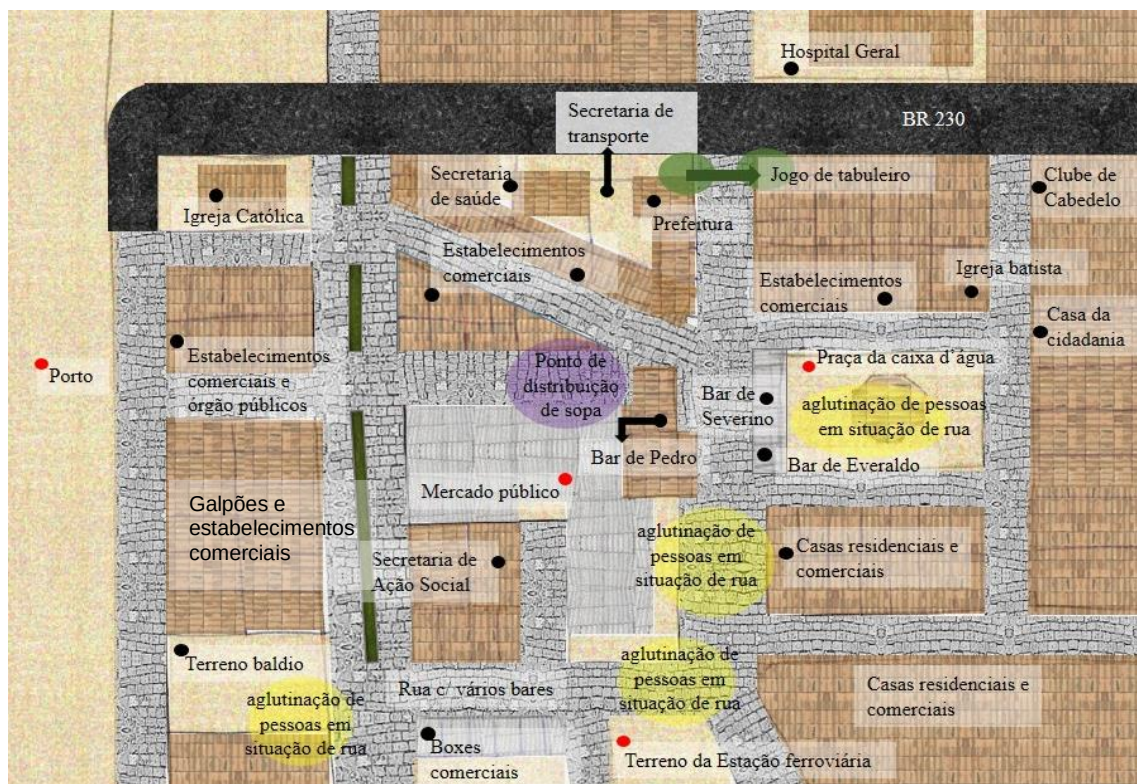
O centro da cidade oferece uma série de serviços públicos de cuidado, assistência e cidadania, como citado anteriormente. Contudo, na região em torno do mercado público, encontram-se os principais órgãos públicos, como: a sede da Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde, Secretaria de Transporte, Secretaria de Ação social, Trabalho e da Mulher, Casa da cidadania, Fórum, Hospital e maternidade municipal, Empresa de fornecimento de energia (posto da Energisa) e outros órgãos da gestão municipal, estadual e autarquias.

Trata-se, portanto, de um ponto de referência para a administração da cidade e acesso a serviços de cidadania, assistência e saúde. Assim, observa-se grande movimento de pessoas à procura dos serviços ofertados por estas instituições e constante trânsito de funcionários circulando pela região.

Ao caminhar pelo centro, também nos deparamos facilmente com pessoas passeando pelas ruas, sentadas nas calçadas, bares ou na praça da região contemplando o movimento no local, conversando entre seus pares e/ou jogando partidas de jogos de tabuleiro. Desse modo, observam-se nessa mesma região diversos pontos de encontro, convivência comunitária, lazer, entretenimento e ocupação do tempo livre, como: a praça da caixa d’água, os bares, instituições religiosas, o clube, entre outros.

A imagem abaixo ilustra alguns desses estabelecimentos situados contiguamente no espaço e identificados a partir da observação em campo.

Imagem 06: Região central de Cabedelo/PB



Croqui: Ana Carolina Paz

Nessa imagem, além desses equipamentos urbanos já citados, encontramos diversos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços nos arredores do mercado público. São empreendimentos de: moda (vestuário e calçados), salão de beleza e barbearias; papelaria e miudezas; prótese dentária; conserto e revenda de eletrodomésticos; utensílios domésticos e material de construção; revenda de motocicletas; galpões de suporte às atividades do porto; produtos alimentícios, como supermercados, açougues, lanchonetes, quitandas de frutas e depósito de bebidas.

A frequência das pessoas no local para usufruto desses estabelecimentos e respectivos serviços aponta para as diferentes maneiras de uso do espaço, circulação das pessoas e práticas sociais lá existentes. Entre elas, destacam-se aquelas práticas relacionadas às atividades de trabalho, transações comerciais e usufruto de serviços, gestão municipal e atividades de entretenimento e lazer. Nessa região também se encontram algumas residências, sendo assim, espaço de moradia, inclusive para a população de rua que se aglutina em torno das atividades comerciais, como veremos mais adiante.

Nesse cenário, observa-se que o mercado público aparece geograficamente como elemento central das mais variadas formas de interação social do centro.

Segundo César, um comerciante local com mais de 40 anos de atividade na região, o mercado e seu entorno é considerado “o centro” de tudo, “onde todo mundo negocia”, “onde todo mundo vai ao comércio”. Entretanto, como pudemos observar até agora, o mercado e a região circunvizinha, constitui não só o núcleo das relações comerciais, mas ponto central e de referência para as mais variadas atividades e formas de sociabilidades da cidade. Assim, não só o mercado público, mas também os outros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço circunscritos em seu entorno deram ao lugar as características de mercado: um lugar onde as pessoas se encontram e onde acontecem diversas modalidades de trocas. Esta região seria, portanto, “o centro” das interações sociais do centro da cidade.

Como grande parte desses equipamentos e serviços dessa região estão estabelecidos há várias décadas - como o próprio mercado, o porto, a estação ferroviária, a praça e alguns bares – podemos inferir que há uma relação estável entre o espaço e essas práticas lá desenvolvidas. Pedro, por exemplo, dono de um bar na região, conta que ele e outros comerciantes estão há mais de 30 anos com suas atividades na localidade, atestando assim uma certa estabilidade das atividades no local.

Além disso, a disposição desses equipamentos e serviços de forma contígua no espaço delimitam espacialmente e simbolicamente as práticas e interações sociais do centro. Assim, essa delimitação espacial e relativa estabilidade das práticas possibilitou ao espaço contornos visíveis, tornando-se de fácil identificação pela população em geral.

Essa região concentra e oferece uma diversidade de serviços, contendo os principais empreendimentos da cidade e estando localizada estrategicamente entre os vários meios de transporte, sendo então de amplo acesso às pessoas de várias procedências. Tal região é frequentada não apenas pelos moradores da vizinhança, trabalhadores, prestadores de serviços, comerciantes e clientes locais, mas também por pessoas de outras regiões (advindas principalmente através do trem) que a utilizam com regularidade, esporadicamente ou como trajeto para chegar a outros locais.

Tais aspectos concederam ao lugar um caráter público, não por ser um lugar aberto de usos coletivos, mas por ser um espaço que serve a todos, acolhendo diferentes grupos e práticas sociais e assumindo apropriações plurais (LEITE, 2002).

Partindo disso tudo já mencionado até agora sobre “o centro” da cidade, temos que ele não se constitui um espaço restrito entre iguais, dando lugar aos encontros inesperados e uma multiplicidade de relações, assim como descreve Magnani (1996), acerca da *mancha*. De acordo com esse autor, a *mancha* se caracteriza por ser um espaço que: apresenta contiguamente diferentes equipamentos e serviços relativamente estáveis na paisagem; possibilitando assim uma delimitação espacial e simbólica de fácil identificação e acesso; abarcando múltiplos usos e, conseqüentemente, o encontro do heterogêneo.

Desse modo, pensada de forma mais ampla, a região descrita acima poderia assim ser caracterizada como uma *mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer* da cidade. Portanto, a região central da cidade de Cabedelo foi se constituindo ao longo do tempo como um ponto de encontro que atrai pessoas e serviços. Um lugar de mercado, fluxo intenso de pessoas e produtos, de ancoragem e moradia, de fonte de renda e lazer. Tais significantes tecem as características do lugar, marcam a história das pessoas, incidem nas formas de apropriação do espaço e nos modos de sociabilidade entre os frequentadores da região.

2.3. A dinâmica local, os sentidos atribuídos ao espaço e suas formas de apropriação.

A partir de um olhar mais geral para a disposição dos diversos estabelecimentos circunscritos na região central da cidade pode-se identificar diferentes práticas, interações e usos do espaço que o caracteriza como uma *mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer* da cidade. Entretanto, o modo de circulação das pessoas por esse espaço, ao longo do dia, da semana, do mês e do ano, pode revelar temporalidades na dinâmica local e sentidos que interferem nos modos de usos e apropriações do espaço.

Como se trata de um espaço núcleo das relações de consumo, trabalho, prestação de serviços assistenciais, de saúde e cidadania, além de entretenimento e lazer, durante o dia observa-se uma grande circulação de pessoas na região para o exercício de tais práticas. Parte dessas pessoas é atraída pela possibilidade de geração de renda, não só os trabalhadores qualificados e/ou formais, mas também para aqueles que atuam na informalidade (serviços particulares de pintura, solda, elétrico, encanamento, etc) e com “bicos” (serviços de biscates). Esse espaço

acabou se tornando estratégico para uma população advinda de outras regiões, que se encontra em situação de rua e que enxergou no centro um lugar de ancoragem.

Essa região disponibiliza não só recursos para fonte de renda, mas também estrutura urbana pública, como pontos de água e banheiros públicos, maior acesso à alimentação e serviços assistenciais, entre outros aspectos que atuam como rede de apoio a esta população. Assim, em toda a área em volta do mercado público e ruas adjacentes, é possível encontrar grupos de pessoas que estão em situação de rua, cuja maioria permanece o dia realizando “bicos” no mercado e proximidades. Na imagem 06, ilustrada acima, podemos observar espaços onde parte dessa população se concentra.

Parte das pessoas em situação de rua da região desenvolve uma série de serviços, como carga e descarga para os feirantes e comerciantes locais; carregam os produtos para os clientes do mercado em seus carros de mão; fazem faxina e/ou atuam como vigilantes nos boxes e estabelecimentos comerciais da região; vigiam, lavam e auxiliam a manobrar os carros; entre outras funções e serviços. Em conversa com Donato, Arthur e Josenildo, que se encontravam em situação de rua no momento da pesquisa, foi relatado que alguns comerciantes os deixam dormirem ao abrigo de suas barracas, quitandas e lojas, e em troca, eles “tomam conta” do local, pois a presença deles nos estabelecimentos já era motivo de afastamento dos possíveis ladrões.

Nota-se que há relações de trocas que permeiam as mais variadas interações entre a população em situação de rua e os donos dos estabelecimentos. Essas trocas acontecem como “favores” entre si, serviços a serem executados em contrapartida recebem alimentação, dinheiro e/ou “consideração”. Ou seja, são estabelecidas relações de reciprocidade (MAUSS, 2003) e trocas simbólicas como reconhecimento da honestidade, condição de trabalhador, respeito, predileção, e outros vínculos entre as partes.

Por sua vez, certos serviços prestados por essa população atraem clientes, como a higienização de carros, por exemplo. Assim, percebe-se que não só a disposição dos estabelecimentos pelo local incide nas práticas lá existentes, mas também que o espaço vai se moldando fluidamente a partir dos usos e interesse de seus frequentadores. Rogério Proença Leite (2002, p. 123) destaca que um lugar é constituído por “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço”, mas que são as intenções de usos que o qualificam e que lhe atribuem sentidos

diferenciados, “orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente”. Sendo assim, os interesses e ações dos frequentadores dão sentido ao lugar e, por sua vez, o próprio espaço, como agente, incide na construção de novos sentidos para as ações.

Esse fluxo de trabalho, não só praticado por algumas pessoas em situação de rua, mas também pelos demais trabalhadores, funcionários e comerciantes, ocorre em período diurno, seguindo horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais (8h às 18h), órgãos públicos (8h às 17h) e o mercado público (6h às 17h). Contudo, observa-se que esse fluxo apresenta-se mais intenso na região no turno da manhã, apesar da maioria desses estabelecimentos estarem em funcionamento até final da tarde.

Isso se dá, principalmente, pela movimentação em torno das atividades do mercado público, pois é no período matutino que há uma maior procura pelos produtos de melhor qualidade comercializados na feira, como verduras, frutas e outros alimentos. É também nesse momento em que há uma maior oferta de trabalho para serviços de biscates, “bicos”, no mercado. Além disso, grande parte dos seus boxes fecham suas portas ao meio dia. Do mesmo modo, alguns bares da região funcionam apenas no turno da manhã. Assim, durante o turno vespertino o ritmo do local diminui bastante, comparando-o com o turno da manhã.

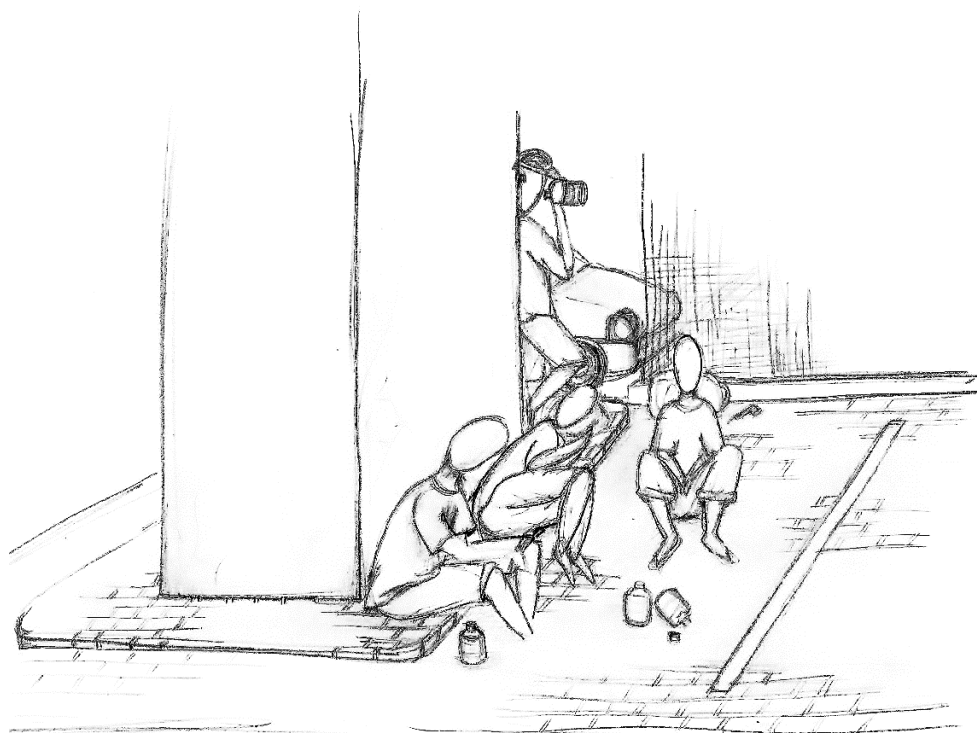
Dessa maneira, à tarde, devido à diminuição do fluxo de pessoas pela região do centro, e conseqüentemente da oferta de serviços, pode-se observar que parte da população em situação de rua e outros trabalhadores da região permanecem nas calçadas sentadas conversando e consumindo a bebida alcóolica enquanto aguardam a oferta de serviços.

No final da tarde, nota-se que o fluxo de pessoas intensifica-se novamente. É nesse momento que há um retorno da aglutinação de pessoas no local, tanto por aqueles que estão saindo do trabalho e aproveitam para realizar compras, como principalmente, por aqueles que atravessam o espaço para retornar a seus bairros e cidades de residência após expediente de trabalho.

O desenho abaixo ilustra uma dessas cenas cotidianas na calçada do mercado público, no período da tarde.

Imagem 07: Pessoas em situação de rua na calçada do mercado

Desenho: Ana Carolina Paz



Os meios de transporte e a circulação de pessoas

Como a estação ferroviária se localiza na região, muitas pessoas necessitam passar pelo local para chegar aos seus destinos, sejam aqueles situados nessa região do centro ou fora, em outros locais do centro e bairros próximos. Dessa maneira, no início da manhã e final da tarde tem-se a maior concentração de pessoas circulando pelo espaço, respectivamente no horário que seria da chegada e saída, obedecendo assim o horário dos serviços oferecidos próximos à região.

Vale destacar, que o transporte de trem na cidade de Cabedelo tem um papel importante para o cenário investigado, tanto por ser meio de transporte que possibilita o trânsito das pessoas pela região, como também por ligar os espaços públicos do centro a outros bairros da cidade e outros municípios. Esse é o principal meio de transporte para as pessoas que possuem renda mais baixa e/ou residem no lado oposto à orla marítima, distante da BR 230 e próximos ao rio. Além do valor da tarifa ser de menor custo que o transporte rodoviário coletivo e automotivo, o trem

atravessa a cidade de Cabedelo, ligando-o aos municípios de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux³³.

Imagem 08: Itinerário da linha férrea que liga o centro de Cabedelo a outros municípios



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_de_Trens_Urbanos_de_Jo%C3%A3o_Pessoa#/media/File:Joao_Pessoa_metro_geografic_map.png

O transporte de trem, apesar de todas as suas restrições de horários e trajetos, acaba por oferecer um serviço acessível, rápido e barato, quando comparado aos demais meios de transportes disponíveis. Tornando-se então, um importante dispositivo de expansão e circulação pela cidade, proporcionando o encontro com o heterogêneo, uma dispersão da população cabedelense e *fuga* do privado para o público, como bem frisado por Janice Caiafa (2002) ao abordar o papel dos transportes coletivos no tecido urbano.

Além disso, a estação ferroviária no centro da cidade é vista pelos frequentadores do local como elemento organizador do espaço. Ele possibilita não só o acesso aos serviços existentes, já descritos, como também atua modificando o cenário a partir da circulação das pessoas pelo local. César relata que “o pessoal do trem, que vinha para a praia, passava e ficava por aqui”, referindo-se à origem da

³³ Em 2015, a tarifa das duas únicas linhas transporte público rodoviário Cabedelo - João Pessoa, custava de R\$ 2,75, enquanto que o trajeto de trem, Cabedelo - João Pessoa – Bayeux - Santa Rita, custava R\$ 0,50.

aglutinação de pessoas em torno do consumo de bebidas alcóolicas e outras formas de entretenimento no centro que vieram a produzir o “CTI”. De acordo com o relato desse comerciante e de outros, o centro ganhou visibilidade e consistência como ponto de referência para estas práticas a partir da circulação de pessoas de várias procedências (de outros bairros e cidade) que desciam dos trens em direção a outros destinos e intenções, passando pelo mercado e acabavam permanecendo pelo “centro”, antes de retornarem aos seus lares.

Entretanto, encontra-se no centro da cidade não só a estação ferroviária, mas também o ponto final dos transportes coletivos rodoviários, vários pontos de moto táxi, táxi automotivo e transporte “alternativo”³⁴, além da proximidade de pontos de transporte fluvial que ligam a municípios vizinhos (Lucena e Santa Rita), dando ao lugar à ideia de fluxo constante, ponto de concentração e dispersão. Observa-se com isso o movimento contínuo de chegada e saída na região, não só por aqueles que usufruem do espaço de comércio, prestação de serviços e lazer, mas também por aqueles que atravessam o local para os mais variados destinos (praias, bairros vizinhos, outros municípios, etc).

Assim, a região é também lugar de passagem, e nesse sentido, ela é desenhada por caminhos decorrentes dos deslocamentos e interesses das pessoas. Esses caminhos desenhados a partir de intencionalidades daqueles que atravessam o local, é denominado por Magnani (1996) de *trajetos*. Eles apontam para um uso do espaço comum, mas de forma particular, pois esses caminhos seguem a uma lógica de sentidos próprios, costurando diferentes pontos no espaço que são complementares ou alternativos às práticas das pessoas.

Observa-se então que a circulação de pessoas pela região é composta por uma variedade de itinerários, os quais obedecem aos diferentes interesses daqueles que apenas atravessam o local para chegar a seus destinos e/ou dos seus frequentadores e suas formas de usos do espaço. Nesse sentido, o centro se constitui um ponto de encontro e de passagem quase obrigatório para muitas das pessoas da cidade.

Os frequentadores do centro

³⁴ “Alternativo” é termo empregado localmente para designar o meio de transporte realizado em carro de passeio particular, que faz o trajeto Cabedelo/ João Pessoa ou João Pessoa – Cabedelo, e não são autorizados pelos órgãos reguladores de ambas prefeituras municipais para esse tipo de atividade.

A partir das maneiras de usufruir do local, ou melhor, as intenções de usos das pessoas, podemos identificar os principais tipos de frequentadores como sendo os transeuntes, trabalhadores, população em situação de rua e moradores da vizinhança. Essa classificação dos frequentadores quanto ao tipo de interesses e usos dos espaços do centro não constituem categorias bem definidas, e sim com contornos difusos pelas sobreposições de suas intencionalidades e práticas lá desenvolvidas. Trata-se apenas de um modo didático de apresentar as pessoas a partir dos diferentes modos de se relacionarem com o centro da cidade.

O transeunte comum compreende assim os clientes e usuários dos serviços disponíveis na região, provenientes de várias localidades e que geralmente frequentam o local pontualmente, a partir dos seus objetivos e interesses específicos. Inclui-se aqui, os usuários dos meios de transporte, principalmente do trem, que atravessam a região para chegarem a seus destinos, regularmente ou esporadicamente. Diferentemente, os trabalhadores destacados aqui, referem-se aos feirantes, comerciantes, funcionários das empresas, lojas e dos serviços públicos, cuja frequência na região é regular, estabelecendo uma rotina no local e relações mais próxima de convívio com seus pares e o espaço. Como interlocutores da pesquisa temos, como relatado no primeiro capítulo, 4 comerciantes locais, sendo 02 também morador da vizinhança, 01 trabalha em um estabelecimento comercial e mora nas proximidades, e 06 fazem “bicos” na região.

Os moradores da vizinhança, são aqueles que possuem residência na região ou áreas circunvizinhas, seja própria e/ou de/com familiares, constituindo 11 interlocutores da pesquisa. Já a categoria, população em situação de rua, apresenta-se na região de forma ampla e confusa, entretanto, possuem em comum o espaço como local de fonte de renda, moradia e onde se tecem as demais relações sociais de apoio e proteção. Como interlocutores foram 14 pessoas em situação de rua e 4 que alegaram a vivência nas ruas, mas que indicaram residência com familiares.

Muitas delas moram em barracos improvisados, como Maria e Antonio. O outros vivem abrigados embaixo de marquises, como Ítalo, Inácio, Elias e Gabriel. Há aqueles que de vez em quando conseguem, na “camaradagem”, um “canto” nos estabelecimentos comerciais, segundo Donato, Josenildo e Artur.

Observa-se que a maioria dos interlocutores que vivem em situação de rua são do sexo masculino, com idade entre 20 e 53 anos e baixa escolaridade. Tais características locais se aproximam daquelas identificadas no último censo realizado sobre a população em situação de rua no Brasil, que consta na Pesquisa Nacional sobre população em situação de rua (BRASIL, 2008), onde 82% é masculina, 53% com idade entre 25 e 45 anos, 39% pardos e 71,2% com baixa escolaridade (até o 1º grau incompleto).

Parte das pessoas em situação de rua possui residência nas proximidades (com familiares), mas relata ter a rua como local de pertencimento, convívio e onde se localiza suas redes de interação, passando regularmente o dia com outras pessoas em situação de rua e, em vários dos casos, retornando para casa com o intuito de dormir, alimentar-se e fazer a higienização do corpo, como Thiago e Eduardo. Algumas relatam possuir residência com familiares, mas passam dias (semanas e meses) nas ruas com seus pares, retornando para a casa quando sentem necessidade de “dar um tempo”, afastando-se do local, principalmente por questão de saúde e/ou consumo intenso do álcool e/ou crack, como Elias.

Algumas dessas pessoas se autodenominam “moradoras de rua”, pois tecerem essas relações com a rua ao longo dos anos (20, 30 anos), forjando assim também suas identidades, como no caso de Donato. Outras se encontram situacionalmente vivendo nas ruas, estando na região há pouco tempo enquanto buscam o restabelecimento de laços familiares, trabalho e moradia (algumas vieram de outras cidades em busca de trabalho, outros se envolveram em conflitos familiares, sofreram ameaça de morte, são foragidos da justiça, etc) e esperam o reestabelecimento desses vínculos na cidade de origem ou em Cabedelo/PB.

A maioria desenvolve algum tipo de trabalho remunerado ou recebem em troca alimentação ou “favores”, como exposto anteriormente. Esses dados também apontam aproximação com os dados encontrados na pesquisa nacional, onde 70,9% das pessoas em situação de rua são de trabalhadores, sendo aqueles que pedem dinheiro para sobreviver uma minoria, 15,7%(BRASIL, 2008). No campo de pesquisa, não encontrei pessoas “pedintes”, as solicitações por roupas, alimentos e dinheiro aconteciam a partir das relações de proximidades desenvolvidas, principalmente destinadas àqueles que tinham alguma relação com órgãos estatais.

Há, portanto, uma multiplicidade de motivações, soluções e desventuras que perpassam suas histórias de vida, que os levaram àquele local e à vivência nas

ruas. Como temas elencados estão o estilo de vida, que inclui o consumo intensivo de álcool, crack e outras drogas, o desemprego e melhores condições de renda e conflitos familiares ou com a justiça. Segundo dados de tal pesquisa sobre a população em situação de rua destacada acima, “os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%)” (BRASIL, 2008, p. 7). No campo de pesquisa tais motivações aparecem muitas das vezes correlacionadas entre si ou concomitantes, não podendo inferir relação de causa e efeito.

No entanto, descrevem a sua permanência no referido espaço como sendo da ordem de uma escolha, de uma identificação. Uma “ilha maravilhosa”, como descreve Donato ao afirmar que se identifica com o local, práticas e pessoas. Um lugar “tranquilo” e “seguro”, onde se tem acesso a “tudo aquilo de que se necessita para viver”, em comparação com outros espaços e experiências na vida, segundo atesta Maria. Para Arthur, o local é visto como aquele onde consegue adquirir alguma renda e “viver sem grandes conflitos”. Já Thiago, alega que é nessa região onde estão seus amigos e redes de apoio, motivo pelo qual adota tal estilo de vida. Um lugar onde se pode exercitar com “liberdade” e “intensidade” a “vida louca”, sem ter que “dar satisfação” aos outros, como expressa Livia, ao contrapor a vivência nas ruas no local com aquela entre seus familiares.

Portanto, um lugar, para alguns, onde estruturam suas vidas, se reconhecem e são reconhecidos como pertencentes ao local e ao estilo de vida. Para outros apenas um lugar de passagem, se tratando de apropriação temporária do espaço e dos recursos. Porém, que encontraram nessa região os recursos necessários como abrigo, segurança, fonte de renda e parcerias para se estabelecerem em um lugar, como um *point de capiton*³⁵ que os ligam a um território, servindo de ancoragem em seus fluxos, mesmo que temporariamente.

Nota-se que para muitos o espaço do centro, ou melhor, as ruas do centro, são retratadas como seguras, acolhedoras, fonte de recursos e de apoio. Tais aspectos se distanciam daqueles apontados por DaMatta (1985), como sendo a rua um lugar hostil, de perigo, anonimato e indiferença. As ruas do centro, para essas

³⁵ Expressão francesa referente a uma técnica de artesanato, empregada como metáfora para discorrer sobre ponto de ligação, amarração e de ancoragem dos sujeitos.

peças, pode representar outras possibilidades, saídas e invenções diante de suas histórias de vida e interesses, podem assumir então outros sentidos.

Contudo, ao mesmo tempo, alguns, quando reportam-se à vivência nas ruas, inicialmente a colocam como algo difícil de lidar, que precisa ser aprendido gradativamente, como as regras de convívio e progressiva esperteza: não “vacilar” e ficar “esperto”, de “olho”. Essas características não são colocadas em oposição, e sim como complementares, como forma demonstrar o aprendizado e a superação dos problemas encontrados acerca das experiências na rua. Mais ainda, como status diante da valorização da “malícia” e sabedoria diante dos outros.

“Dia de feira” e as relações de troca

Observa-se no início do mês um aumento do fluxo de frequentadores usufruindo dos serviços e/ou realizando compras. Isso se deve principalmente porque é nesse período do mês que a maioria dos empreendimentos privados, comerciais e serviços da prefeitura municipal fazem o pagamento salarial de seus funcionários, o que possibilita o aumento do poder de compra dos frequentadores na região.

Já aos sábados é o chamado “dia de feira”, quando junto ao mercado público se somam inúmeras barracas de frutas e verduras, utilidades domésticas e vestuário que se espalham pelas ruas adjacentes, atraindo um fluxo maior de clientes e trabalhadores para o local. Como alega Donato, Inácio, Gabriel e outras pessoas em situação de rua, neste dia há a possibilidade de conseguir mais trabalho e renda. As características de mercado, trocas e fluxo se tornam ainda mais intensas que o habitual, principalmente no horário da manhã e se estendendo até o final da tarde.

Se por um lado, as atividades do mercado remetem a noção de compra e venda, trabalho e fonte de renda, por outro lado, reporta também a outras modalidades de troca que acontecem nas atividades de sociabilidades e convivência entre pares. Adeildo, morador da cidade, conta que assim como ele, várias pessoas de diferentes bairros e de outras cidades vêm para o centro, principalmente aos sábados, com intuito de encontrar as pessoas e se divertir.

[...] continua para o pessoal da minha geração, ainda, como um ponto de encontro como era no passado, né? A gente se encontrava aqui, o ponto de

encontro era esse. Ou era a igreja ou o mercado, e o mercado continua sendo. (ADEILDO).

Ambos, a Igreja Matriz Católica e o mercado, estão localizados no centro da cidade. Se no passado eles compunham espaços de encontro e entretenimento, na atualidade, somam-se a eles outras instituições religiosas, a praça, lanchonetes, diversos bares da região, entre outros. É principalmente nos “dias de feira”, segundo César e Adeildo, que as pessoas procuram o mercado, tanto para comercializarem e comprarem seus produtos de interesse, como também para encontrar as pessoas, conversar, se informar das notícias e outras modalidades de troca. Trata-se de um espaço, como destaca Gonçalves e Abdala (2013), de afirmação e reafirmação dos laços sociais dos frequentadores do local e moradores da cidade.

Além disso, é nos “dias de feira” que o mercado público assume características mais evidentes como ponto de encontro e lazer das pessoas da cidade, principalmente pelas atrações musicais que este oferece e consequente aumento do fluxo de pessoas no espaço.

No sábado não, a gente vem com mais tranquilidade porque tá exposta aqui muita verdura, legumes, frutas, né? E é um ponto de encontro, aqui a gente encontra os amigos, né? A gente conversa, tem a tapiocaria, bastante frequentada, tem cafezinho e tudo mais. E estava havendo até certo momento, aos sábados, um momento de música, a partir das 10:30h até 15:00h [...]. (ADEILDO).

O mercado público possui em seu andar superior, além dos estabelecimentos comerciais de moda, eletrônicos e prestação de serviço, uma praça de alimentação onde se concentra parte das lanchonetes, restaurantes e bares do centro da cidade. Sendo assim, o mercado configura-se como importante equipamento público de lazer e ponto de encontro das pessoas, compondo o cenário das práticas e atividades de entretenimento, descanso, ocupação do tempo livre e lazer do centro.

No relato destacado acima, observa-se que o movimento de pessoas no local aos dias de sábado, “dias de feira”, propicia a alguns moradores da cidade, frequentadores do espaço, uma maior sensação de segurança. Este sentimento está assim associado diretamente ao movimento das pessoas circulando pelo espaço. Diferentemente do que ocorre durante o dia, no período da tarde e à noite, esse movimento do mercado diminui, principalmente nos dias de semana, propiciando a alguns dos frequentadores do espaço a sensação de insegurança.

O período noturno e a sensação de perigo

À noite, quando todos os estabelecimentos comerciais, de prestação de serviço, o mercado, a estação ferroviária e a prefeitura terminam o expediente e fecham suas portas, a região muda consideravelmente de configuração. A partir das 18h o fluxo de pessoas se restringe aos poucos comerciantes e trabalhadores que ainda permanecem no local, os moradores das proximidades retornando às suas casas e as pessoas em situação de rua que se mantém na região. A “hora da janta”, assim descrita por alguns interlocutores da pesquisa, é também um marco que sugere aos moradores o recolhimento em suas residências, esvaziando do espaço os cheiros, texturas, cores e sons típicos da aglomeração e movimentação diurna.

[...] as pessoas evitam de passar aqui já tarde, quando o mercado já está mais deserto, já corre esse risco [...] há uma certa violência nessa área [...]. A noite já não há movimento, o pessoal evita até passar por aqui porque pode sofrer algum tipo de violência [...] (ADEILDO).

Nota-se, mais uma vez, que o mercado ocupa um lugar central e ordenador das interações e circulação das pessoas no centro da cidade. Com seu fechamento no início do período noturno, a região passa a ser facilmente descrita como “deserta”, “esquisita” e “perigosa”. Se para algumas pessoas o espaço da rua por si só já poderia ser considerado um lugar de perigo por ser espaço do desconhecido, anonimato e da indiferença, como nos alerta DaMatta (1985), à noite, com os estabelecimentos fechados e sua dinâmica restrita à circulação de poucas pessoas, ela se torna ainda mais ameaçadora, passível de “sofrer algum tipo de violência”, geralmente atribuídos ao risco de ser alvo de assaltos.

O lugar mais “deserto”, quase vazio, possui uma presença particular: permanecem nessa região as pessoas em situação de rua e aquelas que continuam fazendo uso de álcool, crack e outras drogas durante a noite e madrugada. Essas pessoas poderiam ser facilmente consideradas figuras *liminares*, aquelas que representariam perigo no local, se partíssemos da noção trazida por DaMatta (1985). Para este autor, essas figuras liminares correspondem àquelas pessoas que se encontram em “estados sociais liminares” como a “boemia” e a “pré-criminalidade” (p.50), e desse modo, tais frequentadores noturnos do centro, por fazerem uso de

álcool e de drogas ilícitas - cujas práticas estão associadas no imaginário social à questões ilegais e atos de violência³⁶ - seriam assim caracterizadas. Já para Magnani (2002, p.23) esses espaços que representam lugar de perigo por serem frequentados pelas “figuras liminares” e/ou entendidos como “terra de ninguém”, ou quase ninguém, é identificado como sendo *pórtico*: um espaço que representa vazios na paisagem urbana e que serve apenas como passagem ou lugares fronteiros entre as *manchas*.

Contudo, a região parece não corresponder às categorias trazidas por estes autores. Em primeiro lugar, nota-se que há aqui uma questão de temporalidade que demarca esses vazios, já que durante o dia tais espaços pertencem a uma *mancha comercial, assistencial e de lazer da cidade* de grande movimento e ponto de encontro das pessoas. Não se trata, portanto, de brechas vazias ou fissuras fronteiriças entre as manchas, e sim local central das relações descritas anteriormente. É apenas durante a noite que tal região é descrita como um lugar “deserto”, como disse Adeildo, ou quase vazio, “terra de [quase] ninguém”, pertencente à restrita parcela de frequentadores.

Em segundo lugar, as pessoas que frequentam o espaço à noite são, em sua maioria, as mesmas pessoas que o frequenta em período diurno. São as pessoas que integram a paisagem do lugar e as diversas formas de interação social do centro, como trabalhadores, moradores da vizinhança e as pessoas em situação de rua. Elas são conhecidas e reconhecidas como pertencentes ao local, pois desenvolvem papéis sociais nas relações locais, estabelecem relações de trocas com os demais frequentadores e, portanto, fazem parte do cotidiano da região. Assim, elas não podem ser pensadas como “figuras liminares” trazida pela concepção de Magnani (2002), como aqueles que representariam perigo por não pertencer à mancha.

Entende-se que o receio e sensação de perigo não vem pela presença dessas pessoas que pertencem as relações diurnas e permanecem no local durante a noite, e sim da pouca movimentação, acompanhadas da presença de pessoas de fora do local, desconhecidas, que não pertence às relações cotidianas.

³⁶ Me refiro aqui ao fato de determinadas substâncias psicoativas (ou drogas) serem consideradas proibidas, tendo sua manipulação considerada tráfico, segundo artigo 33 da Lei de Drogas 11.343. Como sabemos, grosso modo, o tráfico de drogas envolve uma cadeia de atos de violência devido, entre outros fatores, à não regulação do Estado.

A gente sempre percebe que são as pessoas que vem do trem, não se sabe de onde, mas vem de trem. São jovens, adolescentes na maioria das vezes, o que deixa todo mundo preocupado e evita de passar por aqui [...].
(ADEILDO)

Segundo Adeildo, são esses jovens de fora do centro que fazem “pequenos furtos” na região, o que é motivo de preocupação e receio. Apesar do trem não funcionar no período noturno, ele aparece como meio que propicia a vinda de pessoas de fora das relações habituais do centro. É preciso destacar que Adeildo, morador da cidade, não faz consumo intensivo nem diário de bebidas no local nem tão pouco, frequenta o centro da cidade no período noturno, salvo eventos esporádicos. Entretanto, ele e outros frequentadores diurnos do centro, por conhecerem e serem conhecidos por vários dos frequentadores noturnos - parte das pessoas em situação de rua e pessoas da vizinhança que fazem usos de bebidas alcóolicas nesse turno - apontam o não receio das práticas exercidas por estas pessoas conhecidas.

O receio com aqueles de fora também aparece quando, por exemplo, Luiz, morador de rua, relata a presença de jovens que consomem e comercializam o crack no local e ocupam a praça, atraindo brigas e policiais; e também, quando Walter cita o receio da aproximação do jovem, supostamente funcionário da prefeitura, para fumar o crack, junto dos seus amigos, ambas situações citadas capítulo 01. Esses relatos evidenciam que, para aqueles que não frequentam o espaço no período noturno, o receio reside na restrita circulação de pessoas pelos espaços, a presença de pessoas e práticas desconhecidas; já para aqueles que participam das relações noturnas está principalmente nas intenções das pessoas desconhecidas pelo espaço.

Por hora, é interessante ressaltar que a população em geral possui ressalvas ou evita andar pela localidade quando a circulação de pessoas diminui, principalmente à noite. Permanecem lá basicamente as pessoas em situação de rua, aquelas que chegam ou se mantém no consumo de álcool (e outras drogas) e alguns mototaxistas situados na praça, que continuam suas atividades até aproximadamente 20h.

A presença da população em situação de rua no local, por sua vez, atraiu a atenção de um grupo de caridade, que executa serviço de distribuição de alimentação no período noturno. Dessa maneira, outro aspecto relevante sobre a

dinâmica noturna no local é a presença, nas segundas e quartas feiras, das 19h às 20h, aproximadamente, de um grupo de jovens que exercem a distribuição de alimentação de boa qualidade, composta por sopa, café e pão. Essa distribuição aglutina a população noturna do espaço, principalmente os “moradores de rua”, que aguardam nos arredores do mercado a distribuição da refeição antes de retornarem para suas residências ou pontos de abrigo. Tal atividade consiste em uma ação evangelizadora antes da distribuição das refeições, com a presença de oração e conversas sobre Deus e seus ensinamentos, apesar dos integrantes do grupo alegarem não se tratar de uma ação vinculada à igreja que frequentam.

Em conversa com dois dos integrantes do grupo, de aproximadamente 20 anos, eles relatam fazer apenas o que seria a sua “parte”, cumprindo um “dever” moral com a sociedade, pois tem “consciência” da situação de vida e pobreza das pessoas que estão vivendo nas ruas. Para tanto, o grupo faz uso de recursos próprios, tanto financeiros como a disponibilidade e habilidade de familiares no feitiço das comidas. Alegam que se tivessem mais condições financeiras e de mão de obra, ampliariam os serviços prestados para todos os dias da semana.

A ação é vista pelos interlocutores da pesquisa como sendo bem vinda e até necessária para outros. Quanto à mensagem evangelizadora, alguns dizem ser interessante por pregar a paz, o amor e solidariedade, como alega Mário; outros, não a conseguem acompanhar devido ao estado de embriaguez e debilidade, como Danilo; há aqueles que respeitam, mas não possuem interesse, como Walter; e alguns chegam atrasados intencionalmente. Entretanto, é possível observar que neste momento há uma espécie de comunhão e solidariedade entre aqueles que usufruem da alimentação. Eles levam a comida para aqueles que não conseguem andar, alguns dividem sua refeição com outros quando esta acaba ou chega alguém atrasado, o tempo todo há uma exigência de respeito recíproco. Nesses momentos o grupo que presta a caridade apenas observa e conduz com cuidado e de maneira respeitosa a fila e a distribuição, conversa com alguns e permanecem até acabar toda a comida.

O lazer na praça, nos bares e outros pontos de comercialização da bebida alcoólica

Como citado anteriormente, durante o dia há também o fluxo constante de pessoas em torno dos equipamentos de lazer e entretenimento, entre eles, o

mercado público com sua praça de alimentação (lanchonetes e bares), a praça da caixa d'água e os diversos bares. Esses espaços constituem lugares de sociabilidade diária que agregam diferentes pessoas em atividades de convívio, entretenimento, descanso, ocupação do tempo e diversão. Nesse cenário destaco agora as diferentes formas de sociabilidades existentes na praça, nos bares e outros pontos de comercialização de bebidas alcóolicas espalhados pelo centro.

Na Praça da Caixa D'água (praça da Venâncio Neiva), que fica ao lado do mercado, se vê um emaranhado de maneiras de usufruir o espaço, que vão do lazer à fonte de renda. Pode-se observar que além dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço locados em sua extensão, como os pontos de táxi e mototáxi, conserto e revenda de eletrodomésticos e móveis usados, os bares e quitandas, algumas pessoas aproveitam o espaço para informalmente comercializar produtos, de motos usadas a drogas ilícitas. Como alegou Walter, a praça é um lugar de “consumismo desenfreado”, marcada pela variedade e intensidade das práticas de consumo de produtos, serviços e também de substâncias psicoativas, entre elas o “burrinho”, outras bebidas alcóolicas e a “pedra”.

Nesse espaço também se observa pessoas deitadas ou dormindo nos bancos e canteiros das plantas; grupos de pessoas conversando; jogando dama; outras apenas contemplando a paisagem e/ou aparentemente descansando à sombra das árvores. Em 11 de dezembro de 2014, ao passar pela praça, encontro Beto, um morador das proximidades que até então só o conhecia de vista. O cumprimento com um sorriso e ele inicia uma conversa. Beto contara que sempre vai à praça e entre os vários motivos elencados está “ver o movimento” do local como forma de “distração” e “ocupação” do tempo, além da possibilidade, a partir da sua permanência, de interagir com outras pessoas. Donato, que se autodeclara “morador de rua”, é outro interlocutor que passeia pelo local explorando essa forma de ocupação do tempo, mas também como estratégia de esperteza, pois para ele é preciso “ficar atento”, “de olho” e sabendo de tudo que se passa pelo local. Beto, Donato e vários outros frequentadores do espaço relatam esse interesse, necessidade e forma de entretenimento baseado na observação do cotidiano local.

São muitos os autores que abordam essa atividade de contemplação e entretenimento, denominada de flamar. Charles Baudelaire, João do Rio e Walter Benjamin, são alguns desses autores que retratam e/ou analisam o homem em meio à cidade moderna em sua ação de flamar: o *flâneur*. Não pretendo aqui

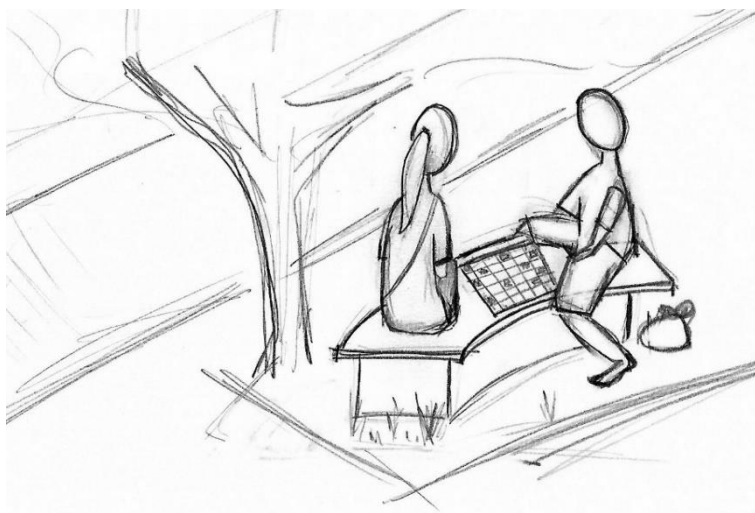
discorrer sobre o assunto, mas destaco algumas aproximações entre os comportamentos e intenções trazidos pelos interlocutores da pesquisa e aqueles retratados por Benjamin (1991), ao analisar as obras de Baudelaire sobre esse personagem. Em primeiro lugar, de acordo com o contexto trazido por esse autor, o *flâneur* seria um burguês do século XIX, que se utiliza do ato de flânar no cotidiano das ruas como ocupação do tempo, cujos interesses se findam na própria experiência do observar. Assim, o autor aponta o olhar a cidade como forma de combater o tédio e a solidão, o que aparece explícito no sentido trazido por Beto como motivação para ir à praça. A praça aparece então como espaço alternativo entre o interior da casa e a rua.

Outro ponto de aproximação seria a observação do cotidiano da rua como modo de adquirir conhecimento sobre a realidade local para assim conseguir lidar com a vida na cidade, como aparece no discurso de Donato. Benjamin (1991) destaca que na sociedade moderna o conhecimento sobre o modo de vida urbano é uma necessidade e tem seu valor de *status* social, atribuindo ao que seria anteriormente considerado uma desocupação, um reconhecimento de atividade de produção de conhecimento, principalmente, sobre as classes mais baixas.

Contudo, o *flâneur* é aquele que apenas observa e, portanto, está em uma posição marginal, não participando das relações do cotidiano local, diferentemente dos interlocutores da pesquisa, que fazem parte das relações lá existentes. Beto não só observa o cotidiano para se entreter, como também para intencionalmente interagir com outras pessoas. Donato procura saber sobre o cotidiano não apenas para produzir um conhecimento sobre o local, mas para usá-lo como suporte em suas estratégias de vivência nas ruas e também como status diante dos outros. Como alertado anteriormente, essas características são apenas aproximações para entender a prática de flânar como modo de entretenimento local, que traçam trajetos no espaço e possibilitam interações no local, mas cujas diferenças são substanciais para não caracterizar os interlocutores como um *flâneur*.

O desenho abaixo ilustra uma outra forma de entretenimento visivelmente comum na região, o jogo de tabuleiro. Ele reporta a partidas ocorridas em 08 de abril de 2015, ao conversar com Danilo sobre o cotidiano na praça e as possíveis atividades de lazer na região do centro.

Imagem 09: Jogo de dama no banco da praça



Desenho: Ana Carolina Paz

Os bancos da praça possuem incrustada uma cerâmica com desenho e cores para esse tipo de prática. Para jogar a partida é necessário levar as peças, contudo, geralmente, tampas de garrafas PET encontradas pelo chão servem como elementos para iniciar a partida. Essas partidas de jogo de tabuleiro acontecem tanto nos bancos da praça como nas mesas dos bares e calçadas da região, porém com algumas diferenças significativas.

Como relatado no primeiro dia de visita ao campo de pesquisa, citado no primeiro capítulo, há dois pontos de encontros regulares para esta prática situados nas esquinas da BR 230 com a rua da sede da prefeitura. Trata-se de dois grupos de pessoas, formado por homens moradores das proximidades, taxistas e motoristas de carros alternativos que, enquanto aguardam seus clientes, realizam partidas diárias em meio a conversas sobre o cotidiano. Percebe-se que estes momentos de jogos no local se constituem como modalidade de lazer e entretenimento diário, de baixo custo, desenvolvidos por pessoas conhecidas entre si e que não se opõem às atividades destinadas ao trabalho. Além disso, trata-se de espaços de sociabilidade considerados tipicamente masculinos.

Já as partidas de jogos de tabuleiro que acontecem nos bancos da praça e nas mesas dos bares desse equipamento urbano, essas estão acompanhadas do consumo de bebidas alcóolicas, cujas características destacadas acima, também

podem ser encontradas³⁷. Porém, as partidas de jogos que acontecem nos bancos e bares da praça, possuem algumas particularidades: aparecem de forma mais irregular, são partidas decididas casualmente e se constituem em espaços um pouco mais heterogêneos. Apesar de serem espaços de sociabilidade marcadamente masculinos, agregam algumas mulheres, geralmente companheiras/esposa de algum dos homens presentes, e que permanecem principalmente como observadoras. Lá encontramos além dos moradores da vizinhança, pessoas de outras procedências da cidade, aquelas que estão em situação de rua e as que possuem algum tipo de renda através de diferentes ocupações.

Os pontos de comercialização da bebida alcóolica se apresentam na região de várias formas. Há diversos depósitos de venda de bebidas, mercadinhos e supermercados onde se tem uma variedade de produtos entre eles as bebidas alcóolicas, mas que não se constituem espaços de encontro das pessoas para o uso da substância. Encontramos também, vários bares que dispõem de estrutura de mesas, cadeiras e som em seu interior e aqueles que se constituem apenas de um balcão para venda e cujo uso da bebida se dá na calçada e proximidades do estabelecimento. Por último, os estabelecimentos comerciais que aproveitam sua estrutura comercial e demanda local para também comercializar a bebida e, assim como os bares, também servem de ponto de encontro das pessoas.

Na rua por detrás do mercado, que faz divisa com a estação ferroviária, há a presença de pequenos bares, cuja frequência é de poucas pessoas. Nessa rua, os bares funcionam como ponto de compra da bebida, onde às vezes se improvisam cadeiras e bancos na calçada para as pessoas se apoiarem enquanto bebem e conversam. Em um desses bares, um vão construído na frente de uma residência, o qual frequentei junto com Danilo, conheci algumas pessoas as quais comentaram que os frequentadores são os próprios comerciantes e moradores da rua e proximidades, com raras exceções. Lá eles permanecem o dia conversando e consumindo a bebida enquanto trabalham, ou melhor, quando não há clientes para atenderem.

Segundo César, que é proprietário de um estabelecimento de conserto de bicicleta localizado nessa rua, precisamente em frente a esse bar, a maioria das construções desta rua são frutos de “invasões” de terreno que pertencia à prefeitura

³⁷ A discussão sobre sociabilidade masculina e consumo de bebidas será melhor abordada no capítulo 03.

(por trás do mercado) e União (ao lado da estação ferroviária). Ainda segundo esse interlocutor, esses boxes foram construídos provisoriamente pela prefeitura em terreno da União (concessionada pela CBTU) após desapropriação e construção no novo mercado e por isso suas estruturas são precárias. Por se tratarem de boxes, sua construção é e constituída de um único vão com aproximadamente 4m², o que possibilita, da calçada, vigiar o comércio enquanto conversam e consomem a bebida.

O mercado público é outro espaço que comporta parte dos estabelecimentos de comercialização de bebidas do local. Em sua praça de alimentação localizada no andar superior, há vários boxes/bares de comercialização de bebidas alcóolicas. Aos sábados, por volta das três da tarde, há bandas se apresentando no local, tornando este um ponto de encontro para as atividades de lazer e diversão, como descrito anteriormente. A música ao vivo, atrai assim um bom número de pessoas de toda a cidade. São homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, famílias inteiras, que vão ao lugar em busca de companhia e diversão, tornando-se este, um espaço de lazer e entretenimento bem heterogêneo.

Entretanto, atualmente são os bares localizados na praça Venâncio Neiva, que se constituem particular cenário de sociabilidade da região de interesse desta pesquisa. A “praça da caixa d’água”, assim conhecida, está localizada ao lado do mercado público e possui em sua lateral vários box de comercialização de produtos e serviços. Nele há uma quitanda de frutas, o bar de Severino, dois pontos de mototáxi e o box de venda de eletrodomésticos usados de Honório (ver imagem 06).

Segundo relatos dos interlocutores da pesquisa, proprietário e seus clientes, diariamente, por volta da 01h da madrugada, iniciam-se as atividades do box de seu Honório. Esse estabelecimento possui provavelmente menos de 7m², contendo em seu interior vários eletrodomésticos como geladeiras, ventiladores, TVs, DVDs, entre outros. Além de ser ponto de revenda de equipamentos usados, este espaço é também um bar, onde se comercializa o “burrinho”.

Honório relatou que após aposentadoria e separação conjugal montou tal estabelecimento para “passar o tempo” e fazer dele uma fonte de renda extra. Contudo, como ele acordava “cedo” e diante da procura pela bebida na região, aproveitou que não havia nenhum outro estabelecimento aberto na madrugada para comercializar o “burrinho”. Trata-se de um bar, pois apesar de seu proprietário não ter interesse de dispor estrutura de mesas e cadeiras, som, petiscos e seu interior

estar ocupado com equipamentos da atividade de revenda de eletrodomésticos, esse estabelecimento é assim identificado, servindo como ponto de encontro das pessoas não só para a aquisição da bebida, mas também para o consumo e sociabilidade entre os clientes. Esse consumo se dá na própria praça.

O estabelecimento de Honório fica em funcionamento até 12 h do dia seguinte. Entretanto, por volta das 6h da manhã, quando o bar de Severino, localizado vizinho ao bar de Honório, abre suas portas, a maioria dos clientes consumidores da bebida desloca-se para este segundo bar.

O bar de Severino possui uma estrutura de mesas e cadeiras que são dispostas em seu interior e espalhadas pela praça. Além da comercialização do “burrinho”, há também a disponibilidade de outras bebidas, como destilados, refrigerantes e cerveja, além de refeições denominadas de “tira gosto” (picado de galinha, ensopado de peixe, frutas cítricas, etc). O lugar ainda dispõe de sistema de som, com música para os fregueses e agrega um número maior de pessoas. Ele também fica em funcionamento até às 12h.

Imagem 10: Esboço de uma cena cotidiana no bar de Severino.



Desenho: Ana Carolina Paz

Segundo o observado e relatado tanto pelos donos dos bares quanto pelos interlocutores da pesquisa, não há uma concorrência direta pelos fregueses, pois o primeiro comercializa a bebida para atender uma demanda enquanto o outro bar

está fechado, seguindo suas atividades de comercialização de eletrodomésticos usados. Há de forma explícita a preferência pelo segundo bar, tanto pela comodidade de sua estrutura e variedade de produtos ofertados, como pelo atendimento do dono do bar.

Juntos, ambos os bares se tornaram um ponto de lazer e entretenimento local bastante conhecido na região. Eles funcionam como um ponto de intersecção dos diversos trajetos desenhados pelo local, principalmente, para parte dos frequentadores do centro que desenvolvem a prática de “beber”, em suas diferentes intenções de circulação pela região. É assim, um ponto comum no diversificado “circuito” de consumo de bebidas alcóolicas, não só local, mas da cidade. Desse modo, a praça, onde está localizado o bar de Honório e o de Severino aglutina em um mesmo espaço grupos distintos de pessoas que fazem uso da bebida no local: moradoras da vizinhança e de outras localidades; as pessoas em situação de rua, aquelas que possuem renda fixa e trabalhadores do centro; aquelas que dizem fazer usos apenas da bebida e aquelas que fazem uso de múltiplas substâncias psicoativas (drogas) na região. Assim, neles acontece uma maior interação entre esses grupos.

Esses diferentes tipos de frequentadores circulam por distintos espaços e equipamentos públicos, dentro e fora da “mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer”, que servem tanto como alternativa, quando necessário, como de complemento às suas práticas particulares. A circulação regular de pessoas para os exercícios de determinadas práticas comuns e com os mesmos propósitos de encontro e trocas de maneira espalhada na cidade - ou seja, locais que não se apresentam contíguos na paisagem urbana - é o que Magnani (2002) denomina de *circuito*. Uma categoria que se caracteriza pelo uso do espaço e equipamentos urbanos que possibilita uma sociabilidade marcada por códigos e comunicação particulares e reconhecíveis pelos seus usuários habituais. Sendo assim, a prática do consumo da bebida por diferentes grupos aponta também para diferentes *circuitos*, seguindo a dinâmica dos grupos, suas diversas práticas e as redes de sociabilidade. Ocorre que para aqueles que fazem uso da bebida alcoólica esses bares aparecem como opção comum e nodal para esta prática nos diversos circuitos de seus frequentadores, ou seja, eles surgem dentro de um circuito de consumo da bebida e também de outros circuitos, ligando assim diferentes tipos de frequentadores.

Por volta de 12h, outro bar inicia suas atividades na região, o bar de seu Pedro. Pedro, durante conversa na mesa de seu bar, contou que foi o primeiro a comercializar bebidas na região, mais de 30 anos atrás. Alegou que o espaço do centro estava bem diferente, desde que houve construção do novo mercado público, muitos comerciantes de bebidas saíram de lá e alguns passaram a vender outros produtos, alterando assim a frequência das pessoas pela região para fazerem o consumo da bebida.

Localizado por trás desses dois primeiros, entre o mercado e a praça, esse terceiro bar atende a um público mais restrito e específico, diferenciando-se dos dois bares anteriores. O bar não dispõe de música, mas tem uma melhor estrutura espacial. Situado em um prédio comercial, é constituído por um amplo vão dividido por um balcão, deixando reservada uma cozinha. As mesas, geralmente 04 à 05 conjuntos, ficam dispostas pela calçada, mas raramente as vi todas ocupadas. Nas vezes que permaneci nesse bar estava acompanhada de Honório e seu irmão, comerciantes locais, e não presenciei a frequência de mulheres circulando pelo espaço.

Os fregueses deste bar, aqueles com os quais mantive contato e conheci nessas idas ao bar, são em sua maioria, homens que possuem algum tipo de renda, principalmente trabalhadores assalariados e comerciantes, moradores ou não da vizinhança. Alguns chegam de carro e é possível notar a diferença econômica e/ou de status social em relação aos frequentadores dos outros dois bares da praça. O principal produto comercializado parece ser a cerveja e muitos permanecem nesse bar conversando e jogando dama ou dominó (jogos de tabuleiro) durante o turno da tarde. O bar funciona até 20h, quando ainda há clientes usufruindo de seus serviços, mas geralmente encerra suas atividades no final da tarde, segundo seu proprietário.

Esses bares e pontos de comercialização da bebida formam então um *circuito* dos vários cenários de aquisição e consumo das bebidas, ponto de encontro e sociabilidade das pessoas. Nessa configuração atual se destacam os dois bares localizados na praça, pois estes, segundo relatado pelos interlocutores e observado em campo, aglutinam aqueles que viriam a compor o espaço delimitado como “CTI”. Para compreender porque esses bares se diferenciam dos demais, é preciso conhecer a história e características do processo de formação do “CTI” do centro e sua atual configuração. O subitem posterior abordará de forma mais dedicada o modo particular de apropriação dos espaços públicos do centro por aqueles que

fazem uso rotineiro de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas na região e os sentidos produzidos que culminaram no surgimento desse espaço denominado de “CTI”.

CAPÍTULO 03: O “CTI”: um espaço de sociabilidade e consumo da cachaça

No capítulo anterior, pôde-se conhecer um pouco mais sobre o espaço e a dinâmica do centro da cidade, os diferentes usos e modos de apropriação dos espaços pelos seus frequentadores que deram ao centro as características de mancha comercial administrativa e de lazer. Entre as práticas encontradas no centro, destacamos a aglomeração de pessoas em torno do consumo bebidas alcóolicas na região.

Agora, nesse terceiro capítulo, conheceremos alguns relatos sobre a origem da formação de grupos de pessoas que fazem consumo regular e intensivo do “burrinho” que vieram a forjar o espaço chamado de “CTI”, desde sua configuração inicial, até as intervenções sofridas e reconfiguração do espaço. Em seguida, veremos como a praça da caixa d’água e seus dois bares acolheram os diferentes tipos de frequentadores do “CTI” e se tornou ponto de encontro e referência para a sociabilidade em torno do consumo de bebidas e outras substâncias. Por fim, apontaremos alguns aspectos do cotidiano desse espaço, destacando as relações de proximidade entre os frequentadores, estabelecimentos de vínculos, apoio e proteção que marcam as sociabilidades existentes, porém não sem conflitos.

3.1. O surgimento do “CTI”: da aglutinação à fragmentação

Como exposto anteriormente, o “CTI”, assim denominado pelos interlocutores da pesquisa, é a aglutinação espacial de pessoas que se encontram para o consumo intensivo, regular e visível de bebidas alcóolicas. De acordo com os relatos de alguns interlocutores da pesquisa, o “CTI” na região central de Cabedelo é datada com mais de 50 anos e confunde-se com o surgimento do mercado público. Localizava-se originalmente entre o mercado e a estação ferroviária, agregando pessoas que se encontravam para o consumo de bebidas alcóolicas como forma de lazer. Vejamos algumas das falas de pessoas que frequentam o local sobre os mitos fundadores que demarcam a apropriação do espaço e a produção do “CTI” no local:

[...] Isso aqui? é desde o tempo que fundaram o mercado que já surgiu esse CTI aqui [...]. (CÉSAR).

[...] Estamos diante aqui dessa árvore bastante antiga [...] foi aqui que se iniciou a história do CTI, né? Aqui tinha um banquinho e começaram a se

reunir as pessoas que utilizavam mais álcool na época, né? E depois isso se espalhou por Cabedelo, hoje conhecido como CTI [...]. (ADEILDO).

A aglutinação de pessoas frequentadoras do centro para consumo da bebida alcóolica como forma de lazer local acontecia inicialmente nos “dias de feira”, aos sábados. Tratava-se de feirantes, clientes do mercado, moradores da vizinhança e transeuntes que passavam pelo centro e se juntavam na calçada, abaixo de uma frondosa figueira da região, para assim confraternizarem-se e consumir a bebida.

No entanto, sua configuração foi se alterando com o passar do tempo. Diante do aumento do número de frequentadores que chegavam de outras localidades, através do trem e da visibilidade que tais práticas assumiram, essa aglutinação não mais se restringiu aos sábados. Além disso, houve uma intensificação da demanda por serviços e produtos que atendesse as atividades de diversão e entretenimento no local, sendo assim construídos diversos bares/barracas para a comercialização de bebida e comidas. Esses empreendimentos por sua vez, foram servindo de referência para as pessoas, atraindo-as e concentrando-as em suas proximidades, consolidando assim o que viria a ser conhecido como o “CTI”.

Então, aqui já teve forró, tinha as barracas que o pessoal bebia, os feirantes vinham fazer a feira e se acumulava aqui, bebia por aqui, e aí foi, isso foi atraindo outro tipo de pessoa, pessoas que vem de fora, que vem de outra cidade, aí chega aqui e como você vê, você passou ali e viu uma porção de pessoas, de rapazes ali, né? De morador de rua ali, num viu uns moradores de rua? Pronto, era o tipo de pessoas que se aglomeravam aqui. Outras pessoas que chegavam montavam e faziam as barracas para vender bebida, para vender comida, aqueles que os mosqueiros, é como o pessoal chama [...]. Mosqueiro é esses barzinhos de final de feira, de pé de feira, entendeu? Quase toda feira você encontra esse tipo de barzinho. Mosqueiro porque é aquele barzinho que a comida fica quase sempre exposta [...] Depois que o tempo foi passando, o pessoal foi evoluindo e veio chegar essa história de drogas e tal, e aqui já foi uma época, aqui foi muito marginalizado, mas hoje tá mais civilizado [...] Então, foi assim que surgiu esse local chamado de CTI [...] aí tinha o pessoal do trem que vinha para a praia aí chegava aqui e ficava bebendo [...]. (CÉSAR).

E passado algum tempo, as mudanças vieram, com a estação do trem que foi modificada, foi fechada, que antes era aberto, toda essa área aqui era bastante frequentada aos sábados, que a gente vinha para feira e a primeira coisa que se deparava era com esse local que hoje já não consta, que esse grupo hoje sumiu se disseminou e os que estavam por aqui já não sei mais por onde estão. (ADEILDO)

Observa-se que houve uma modificação gradativa dos usos do espaço. Segundo relatos, inicialmente feirantes e clientes se juntavam para consumir bebida

alcóolica na calçada embaixo da figueira, principalmente aos sábados, dia de feira no local. Posteriormente, esse espaço foi aglomerando mais pessoas que passavam pela região: moradores da vizinhança, pessoas em situação de rua que se alocavam no centro e pessoas que atravessavam o local ao chegar do trem. Em seguida, esse espaço assume uma conformação estável atraindo mais pessoas (do próprio município e de cidades vizinhas) e se constituindo ponto de encontro para o lazer e entretenimento da cidade.

Para atender aos frequentadores e suas demandas, serviços informais e atrações foram surgindo, como os “mosqueiros” e atrações musicais, que por sua vez atraíam mais frequentadores. Os “mosqueiros” são barracas que funcionam como bares, que possuem uma infraestrutura precária, geralmente ocupações informais do espaço público, como calçadas, ruas e terrenos públicos. Tal termo advém da presença de moscas atraídas pelos alimentos expostos, como salgados, carnes, etc.

Gradativamente, com a consolidação dessas práticas, o espaço veio a se constituir em um lugar da boemia, atraindo pessoas e práticas concernentes a esse tipo de espaço. Mas como um lugar da boemia se tornou conhecido como “CTI”? O que significa esse termo e o que o diferencia de outros espaços de boemia?

O CTI é exatamente aquela conotação de CTI de um hospital né? Centro de tratamento intensivo, mas no caso eram as pessoas que estavam bastante combalidas pelo uso do álcool, e todos se reuniam aqui para consumir o álcool né? [...]. (ADEILDO)

Esse termo é empregado em alusão ao Centro de Tratamento Intensivo hospitalar. É interessante observar a associação realizada pelos interlocutores da pesquisa entre as pessoas pacientes do hospital e aqueles que compõem o cenário de consumo de álcool na região. As Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs, termo atual em substituição ao antigo termo CTI dos hospitais) são caracterizadas por ser um espaço que aglutina pessoas com complicações grave de saúde e em risco de morte, e que, portanto, recebem um serviço de atenção e tratamento intensivo.

Assim como os pacientes dos hospitais, as pessoas que frequentam o “CTI” são identificadas com aquelas que se encontram em estado precário de saúde, no caso, em decorrência ao consumo regular e intensivo do “burrinho” (cachaça). Durante esse consumo contínuo algumas dessas pessoas não se alimentam, a

higiene corporal fica comprometida e a desidratação acaba por ressecar a pele. Alguns chegam a perder a consciência, deitam e dormem na localidade, outros perdem o controle das funções fisiológicas (esfíncteres), urinando-se e defecando-se. Testemunhei, por várias vezes, esses episódios como esses durante conversas com Danilo.

Parte deles, com o uso frequente e intensivo da bebida, adquire doenças crônicas e encontram-se em estados de debilidade física e cognitiva grave (cirrose, anemia, demência, etc), como no caso de Donato, Everaldo, Danilo e tantos outros que apresentavam sinais claros desse comprometimento da saúde. Everaldo chegou a falecer durante a pesquisa por complicações da diabetes relacionado ao consumo diário da cachaça. Donato que, após internação hospitalar, teve que se recolher na casa de uma tia, como forma de se afastar do consumo intensivo da bebida e obter melhores condições de tratamento de saúde. Ele por várias vezes solicitou que o acompanhasse ao hospital para cuidar das feridas do seu corpo e também apresentava confusão mental crônica (desorientação espacial e temporal, delírios, alucinações) devido ao uso prolongado e intensivo da cachaça de alto teor alcóolico.

[...] quem tá no CTI não bebe cerveja, é cachaça mesmo. Teve época que o pessoal até fabricava [...]. Todo mundo sabia a característica: quem começa a beber, daqui a pouco estava bem gordinho, né? com rosto bem redondo e num demorava muito também morriam. Iam para o CTI, do CTI morriam [...] É o chamado papudinho, né? Fulano tá papudinho, já sabia, a turma dizia logo [...] (ADEILDO).

Então, nesse cenário do “CTI”, se vê facilmente corpos abatidos, descuidados, alguns sujos, outros magros e inchados. Daí o termo “papudinho” para designar as pessoas que fazem esse tipo de consumo intensivo e regular da bebida que, por complicações de saúde em decorrência de tal consumo, apresentam o inchaço do “papo”, pescoço e rosto, além dos membros inferiores. Portanto, uma das características do “CTI” é esse consumo contínuo e intensivo da bebida e consequente estado de fragilidade de seus frequentadores, que se encontram assim “combalidos”, segundo Adeildo. Mas o que leva essas pessoas a praticarem esse tipo de uso da bebida no local?

Separação conjugal, traição, amor não correspondido, rejeição dos filhos, desemprego, aposentadoria, processo de luto, adoecimento, ameaça de morte ou de prisão, vivência nas ruas, entre outros, fazem parte do arsenal de situações

alegadas pelos interlocutores como estopim para o consumo rotineiro e prolongado do álcool (e outras substâncias psicoativas). Danilo contara como motivo do consumo diário do “burrinho” o sofrimento diante da “traição” da esposa com um de seus amigos. Tal situação o levou a frequentar regularmente o “CTI”, tanto para consumir a bebida e esquecer a “traição”, como também para obter o apoio de outros amigos. Devido ao uso intensivo da bebida e rechaço por parte da sua família, o que gerou alguns conflitos, optou por morar na rua e assim “evitar confusões”, “brigas” e algum ato violento dirigido a um parente específico.

Assim, o “CTI” é para alguns um local de apoio possível para suportar a dureza das decepções e frustrações diante da vida. Ou seja, a intensificação do consumo (consumo que já existia, mas apenas de forma recreativa) teria relação com um não saber lidar com esses sofrimentos, levando-os ao consumo como forma de evitar se deparar com o sofrimento e ao mesmo tempo, como acesso à diversão e entretenimento. A bebida serviria então como esse dispositivo para suportar tensões cotidianas, como um “amortecedor” dos problemas, como diria Freud em seu texto sobre o *Mal estar da civilização*:

A vida tal qual a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar as medidas paliativas. (FREUD, 1930, p.93)

Devemos a tais veículos [os tóxicos] não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse “amortecedor de preocupações”, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. (FREUD, 1930, p. 97)

Dessa maneira, os “tóxicos”, no caso a bebida alcoólica, auxiliariam aos seus consumidores a suportar o sofrimento decorrente dessas frustrações, seja por uma condição emocional ou econômica e social. O “CTI” seria então um lugar de acolhida e tratamento - ao fazer alusão ao CTI hospitalar - cuja terapêutica se dá através do consumo de bebidas alcoólicas e o estreitamento de vínculos sociais com seus pares.

Podemos até inferir que, de modo semelhante à internação em CTI hospitalar, as pessoas ficam “internadas” ou permanecem no local para tratamento intensivo, como alternativa ao seu lar (ou antigo lar), quando os “remédios” habituais e o

espaço da “casa” não mais dá suporte à sua existência³⁸. Assim como para Danilo, para muitos o “CTI” é aquele espaço que entra em cena quando o espaço “casa” não é mais possível ou suficiente, como substituição ou prolongamento desta, recorrendo ao espaço da “rua” para apoio, proteção, construção de redes de sociabilidade e estratégia para evitar as agruras de suas situações de vida.

Já Donato contara que teve sua história de vida marcada por perdas familiares, início precoce do consumo de bebidas alcóolicas (aos 12 anos), trabalho precário como marchante, decepções amorosas consecutivas e envolvimento com práticas ilícitas em defesa de sua “honra” que o levaram, dentro das possibilidades que vislumbrava, a viver em situação de rua no centro da cidade de Cabedelo. Donato relatou o momento que passou a viver nas ruas como sendo uma forma de proteção possível e que sua permanência no “CTI” era da ordem de uma escolha, pois este acolhia seu estilo de vida, o consumo de álcool e era o local onde encontrava seus pares:

[...] aí aqui eu fiquei! Eles [familiares] chegam aqui e dão um carão em mim, pede para eu ir [voltar para casa], mas eu não quero ir, entendeu? Porque eu gosto de tomar minha caninha, não vou mentir, entendeu? Já eles, se eu chegar lá chapado eles vão dar um carão em mim, aí eu não aguento! Aí eu digo: pois num vou não! deixa ficar junto com os meninos ali na praça, pronto. E assim vou tendo tranquilidade, na minha! (DONATO).

Os “meninos” aos quais ele reporta são outros homens adultos que vivem em situação de rua e com os quais se identifica e compartilha seu cotidiano. Algumas das pessoas em situação de rua no local denominam seu grupo de convívio de “família”, pessoas com as quais estabelecem um vínculo de proximidade que supõem ser típicos de uma família, como convívio, confiança e apoio entre os sujeitos integrantes.

Já Ítalo conta que seu consumo de bebidas alcóolicas iniciou quando passou a morar nas ruas, como forma de manter-se integrado ao seu grupo, como entretenimento, para manter-se em vigília durante a noite e disposição para o

³⁸ O destaque ao termo *remédio* remete intencionalmente aos recursos e elementos usados como terapêutica, seja de ordem subjetiva ou química. Vários interlocutores fazem tratamento para auxiliar no enfrentamento ao uso compulsivo da bebida e drogas ilícitas; os “remédios controlados” aparecem então como medicamentos prescritos como substituição as drogas não prescritas (álcool e outras substâncias psicoativas entendidas como para fins recreativos). Já o termo “casa” e “rua” aqui servem para reportar as categorias trazidas por DaMatta (1985), porém, entendendo a “rua” também como extensão da “casa”, como espaço de sociabilidade e onde se estabelece uma rede de relações de apoio e proteção.

trabalho durante o dia. Com a rotina nas ruas, esse consumo tornou-se também rotineiro, integrando-se às todas as atividades de sua vida. Ao chegar em Cabedelo começou então a integrar-se nas relações existentes no “CTI”.

Observa-se que a frequência ou permanência no “CTI”, o consumo de álcool e estilo de vida aparecem como uma escolha singular de seus frequentadores diante das possibilidades ofertadas, ou até mesmo uma saída possível em suas histórias de vida, muitas vezes marcadas pela grande vulnerabilidade social, econômica e emocional.

São inúmeras as histórias de vida dos interlocutores da pesquisa que apontam para esse tipo de recurso ao consumo da bebida alcóolica (e outras drogas), a vivência nas ruas e o estabelecimento no CTI. Desse modo, perceber-se que o CTI não pode ser pensado apenas como um local de lazer e diversão, como é para muitos. Entretanto, é também lugar de refúgio e abrigo, onde se tece relações sociais de proteção e solidariedade, como um lugar intermediário entre as relações estabelecidas na casa e na rua.

Outro aspecto desta alusão ao CTI hospitalar que podemos destacar em paralelo, é este como lugar de atenção e intervenção constante de profissionais ditos habilitados ou autorizados institucionalmente. O “CTI” não é só local de embriagar-se, mas um lugar de risco, seja via doenças, falta de higiene, pobreza ou práticas ilícitas, tornando-se palco de intervenções de diversos serviços públicos, tanto no campo da assistência e saúde como de segurança. O “CTI”, assim como a UTI hospitalar, é um lugar de observação e atenção constante, um lugar de vigilância e de intervenção, onde a sociedade e o Estado estão constantemente desenvolvendo ações de controle tanto de repressão como de tratamento aos frequentadores do local³⁹.

Durante a pesquisa, presenciei algumas intervenções estatais e não governamentais, de coerção, saúde e assistência, como: a ação da polícia em constantes revistas; mapeamento e cadastramento da população em situação de rua local pelo CREAS; intervenções do CAPS AD no cuidado aos seus usuários frequentadores do espaço; e a distribuição de sopa pelo grupo de caridade.

Portanto, uma das características do CTI é a aglomeração de pessoas que fazem uso de bebida alcóolica regularmente, principalmente aqueles que

³⁹ Este tema será melhor discutido no capítulo 04.

estabelecem o consumo diário e contínuo do “burrinho”, os chamado “papudinhos”. A maioria das pessoas encontra-se em estado de vulnerabilidade social, econômica e/ou emocional, seja como causa ou consequência desse uso intenso da bebida. Entretanto seus frequentadores e as práticas que caracterizam o espaço do CTI é marcada por um processo de alteração na sua configuração espacial assim como de seus frequentadores e práticas, tornando-o um espaço heterogêneo.

Como citado anteriormente, o “CTI” se constitui espaço de relações onde coexistem várias modalidades de encontros, práticas e sentidos no qual a bebida alcóolica se faz presente. Nesse sentido, ao mesmo tempo que o “CTI” veio à aglutinar as pessoas que faziam uso exclusivo da bebida alcóolica, também atraía aquelas usuárias de múltiplas substâncias psicoativas que frequentavam o local para beber. Nesse local de lazer e sociabilidade público que tinha a prática do consumo de bebida alcóolica como o mais evidente, o consumo de outros tipos de substâncias psicoativas também foi ganhando, gradativamente, espaço no cenário local. Consequentemente, o lugar acabou atraindo o uso e a comercialização de drogas ilícitas para a região.

Segundo Robert Park (1987), parte da população de uma cidade inevitavelmente se encontra em busca de *diversão* e *vícios* e, para tanto, tende a ocupar os mesmos lugares de interesse. Se toda cidade possui seus pontos de encontro de entretenimento marcados por condutas consideradas desviantes das normas sociais ou moralmente reprováveis, como afirma esse autor, no município de Cabedelo esse local foi o centro da cidade, mais precisamente em torno do mercado público, o “CTI”.

Nota-se assim que as ações existentes no local foram gerando novos sentidos e relações para o espaço, que por sua vez, engendram outras práticas, produzindo assim esse espaço, ao mesmo tempo plural e particular, denominado de “CTI”. Plural porque agrega diversas relações onde está imbricado o ato de beber, e particular, pois os seus frequentadores demonstram intenções e desenvolvem relações singulares com o espaço.

O “CTI” foi sendo produzido por essas apropriações do espaço do centro da cidade, ao passo que também tecia uma cadeia metonímica de novos sentidos, relações e práticas afins. Portanto, um lugar construído concreta e simbolicamente pelos signos e significados atribuídos ao local através dos vários pontos de vista e narrativas presentes (AUGÉ, 2012). Por estar no centro das relações sociais da

cidade, o “CTI” configurou um lugar de trabalho e mercado, mas também de lazer e entretenimento, um ponto de encontro das pessoas e substâncias psicoativas, da boemia e da população em situação de rua, que acolheu as práticas consideradas desqualificadas socialmente e/ou até mesmo as ilícitas.

Desse modo, o “CTI” foi agregando pessoas que adotam estilo de vida e práticas moralmente reprovadas, como a população em situação de rua, usuários e comerciantes de drogas ilícitas, os “papudinhos”, as “meninas”, foragidos da justiça, ex-presidiários, etc. Trata-se de uma parcela da sociedade que se encontra em situação de grande vulnerabilidade social e, algumas delas, que vivem em fronteira entre o legal e o ilegal. Pessoas e práticas que caracterizavam o espaço como “marginalizado”, como destaca César.

Se partirmos de Park (1987), o emprego desse termo “marginalizado” pode ser pensado a partir da relação existente entre a cidade e sua organização geográfica. Sabemos que a cidade não segue apenas a uma distribuição espacial, mas também uma organização moral, pois “cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com sentimentos peculiares à sua população” (PARK, 1987, p.19). A cidade obedece a uma distribuição populacional de acordo com as relações de aceitação, conflitos, necessidades econômicas, renda, status, gostos, etc. Esses espaços são denominados por este autor como uma “região moral”.

Já DaMatta (1985) denomina essas regiões conhecidas por serem “zonas de meretrício”, “vícios”, “vagabundagens”, práticas ilícitas e pobreza como “zonas problemáticas”. Segundo esse autor, geralmente apresentam-se em espaços periféricos, transitórios, efêmeros e constituem-se em locais de status inferiores comparados às regiões centrais. Ele trata essas “zonas problemáticas” como regiões desvalorizadas socialmente, demarcando a cidade a partir de uma hierarquização dos espaços, entre centro/periferia.

Entretanto vale salientar que a região investigada e descrita na referida pesquisa está situada na região central da cidade, “o centro” das interações sociais da cidade, e não em locais marginais geograficamente, de pouca visibilidade e de descaso do poder público e/ou privado. Além disso, trata-se de um local constituído ao longo dos anos, bastante conhecido pela população da cidade, não sendo assim efêmero ou transitório.

Dessa maneira, a região investigada é caracterizada por ambiguidades. Se por um lado, compreende o centro da cidade, com seus monumentos históricos, um comércio permanente, superioridade de infraestrutura e acesso a serviços, sedes do poder e local de encontro do “povo”, emanando assim a memória da cidade, os valores e a moral local, por outro lado, é também caracterizada por ser uma “região moral” ou “zona problemática”. Trata-se de uma região marcada pela relação existente entre fluxo/ancoragem, trabalho/lazer e centro/periferia. Portanto, um lugar ambíguo, de fronteira que combina sentidos contrastantes em um mesmo espaço, a partir das suas múltiplas formas de apropriação e temporalidades.

Sendo assim, o espaço não passa despercebido, é alvo de investimento e está em constante transformação para atender os interesses privados e públicos. Após algumas intervenções no espaço, entre elas a expansão do comércio, o fechamento do terreno da estação ferroviária e ampliação do mercado público municipal, o CTI presenciou um processo de “civilização” do espaço que era então “marginalizado”. Tal projeto de ampliação do mercado consistiu na construção de um prédio de dois pavimentos junto ao antigo prédio do mercado público, em terreno que aglutinava várias barracas de frutas, verduras, utensílios domésticos, vestuário e os “mosqueiros” que caracterizavam o “CTI”⁴⁰. Essa intervenção se mostrou estratégia de ordenamento do espaço público, com melhoria da infraestrutura, higienização e ampliação do espaço para locação dos boxes, reconfigurando o local e as práticas lá existentes.

Estava previsto na reforma de ampliação do mercado a demolição de pontos comerciais e de serviços e a relocação de alguns comerciantes que antes ocupavam o terreno público do mercado, inclusive os pontos de comercialização de bebidas alcóolicas os quais vieram a concentrar uma população tida como “marginalizada” em seu contorno. Desse modo, o CTI se desfez, espalhando seus frequentadores pelos bares, praça e calçadas da região. Como diz César, comerciante local: “hoje praticamente não existe esse “CTI”. Contudo, não existe o “CTI” nos moldes anteriores. Ele se desfez e se “disseminou”, como alega Adeildo.

3.2. A reconfiguração do “CTI”: deslocamentos e resistências na apropriação do espaço público.

⁴⁰ Tal obra recebeu da gestão municipal título de shopping público, em 2012.

Atualmente o “CTI” apresenta-se de forma fragmentada e espalhada pela região do mercado, como também, disperso em várias regiões da cidade, descentralizando-se pelos bairros. Vejamos a fala de César: “Hoje, se você chegar, você vai encontrar muitos CTIs. Só que o primeiro foi esse aqui” (CÉSAR).

Apesar de não possuir mais um único ponto estático para o consumo, como abaixo da figueira ou junto aos antigos “mosqueiros” entre o mercado e a estação ferroviária, o que se vê na região é que as calçadas, praça e bares, além do mercado, vieram servindo de ponto de encontro das pessoas para o consumo de bebida. Ou seja, a região permaneceu como ponto de referência para esta prática e determinados espaços ainda são denominados de “CTI” por muitos dos frequentadores da região e moradores da cidade.

Nesse cenário, a praça e seus bares, localizada ao lado do mercado, veio a se tornar o principal ponto de aglutinação das pessoas que usufruem do consumo de bebida alcoólica regularmente na região, do público que assim caracterizava o “CTI”.

Hoje tem um [CTI] na praça, né? Tem esse movimento daqui da praça Venâncio Neiva e acho que por aqui nessa área, acho que só esse aqui perto. Eu acho até que em razão dessa ocupação do mercado, né? O pessoal procurou outra área e ficou na praça Venâncio Neiva, ou praça da Caixa D'água como ficou conhecida. (ADEILDO).

A praça Venâncio Neiva ficou conhecida como praça da caixa d'água devido a sua estrutura que abriga um reservatório destinado a parte do abastecimento de água da região. Apesar do relato acima, a praça é descrita por outros frequentadores como importante e antigo ponto de encontro das pessoas que consomem álcool na região, entre eles a população em situação de rua. Segundo relatos de Donato, um dos interlocutores da pesquisa que frequenta a região desde os 12 anos de idade, o mercado e a praça possuíam uma estrutura bem diferente da aparência atual. O mercado se situava do “outro lado de lá”, onde hoje consiste o antigo mercado público, e a praça era apenas um terreno de areia, rodeada de poucas casas (a maioria de palha), onde passavam os trilhos do trem de carga da cidade (nessa época não transportavam passageiros), mas que já havia nela a presença de grupos de pessoas que se encontravam em situação de rua e que consumiam álcool na região.

Aqui não tinha nenhuma dessas barracas, não [...] esses pés de pau era tudo pequenininho [...] Aí, oh, nessa caixa d'água aí, oh, era tudo aberta aí. A turma ficava tudo dormindo aí debaixo, fazia fogo, fazia panelada, dormia um mói, assim tudo junto um do outro, eh! Hoje em dia, não. Hoje em dia, depois que fechou aí, pronto! A turma tudo dormindo aí na praça, outros dormem lá do outro lado, em outras praças [...]. (DONATO).

Donato aponta que houve uma dispersão dos grupos após fechamento embaixo da estrutura da Caixa d'água, tendo essas pessoas que procurarem outros lugares para se abrigarem. Contudo, atualmente, é na praça que as pessoas se encontram para adquirirem a bebida, fonte de renda (além do mercado) e espaço de sociabilidade. A praça permanece ponto de acolhida da população em situação de rua, entre outros grupos de frequentadores a partir das diversas práticas lá desenvolvidas, como descrito anteriormente.

Nesse sentido, a praça da caixa d'água parece ser o lugar mais democrático e heterogêneo nesse contexto do “CTI”, tanto pela variedade de práticas de lazer, entretenimento, descanso e trabalho, como pelos seus diferentes grupos de frequentadores. Como nos lembra Franch e Queiroz (2010, p.14) a praça, em sua concepção, corresponde a um lugar “democrático por excelência”, tanto por ser um espaço plural, marcado pelo livre acesso e heterogeneidade de seus frequentadores, como por ser um local de convívio onde se exercita a solidariedade urbana.

Vale destacar também que a praça da Caixa D'água é um lugar aberto e agradável, sombreado e com vários bancos em sua área, e pela localização se constituiu um ponto de encontro, convívio e de passagem, sendo assim propícia para diversas atividades de entretenimento, cultura, comércio e assistência. Trata-se de um espaço público, dado ao coletivo e de usufruto de todos, porém, com usos e sentidos singulares para cada tipo de frequentador. Desse modo, a praça passou a ser também cenário para a prática de sociabilidade onde o consumo de álcool está presente de forma visível, regular e intensa. Foi lá onde se instalaram os bares de Honório e Severino após a construção do novo mercado e relocação dos antigos “mosqueiros”. Esses são dois dos principais bares da região, caracterizados por serem espaços que agregam distintos grupos de pessoas, como a população em situação de rua, moradores e trabalhadores da região.

Segundo Leite (2002) “os espaços públicos estão em constante transformação e conseqüentemente assumem diferentes lógicas de sociabilidades e de

apropriação”. Assim a praça assumiu parte do “CTI”, que se complementa com a formação de vários outros pontos de consumo da bebida pela região central, em torno do mercado. Portanto, mesmo com a intervenção de urbanização do espaço público - a construção do novo mercado, reforma no terreno da estação ferroviária e a relocação de barracos e bares da localidade que antes caracterizavam o “CTI” – que proporcionou uma alteração na paisagem e práticas existentes, a região continuou sendo cenário para o consumo de álcool, espaço para construção de redes sociais e ponto de encontro para lazer popular da cidade.

O que ocorreu foi uma adaptação ou reconfiguração do espaço que está em constante movimento diante das intervenções e dinâmica local, como pode ser visto ao recorrer à história do lugar contada pelos frequentadores da região. Isso demonstra como as pessoas se apropriaram do espaço público (ruas, calçadas, praça e o mercado), dando-lhes sentidos particulares através de determinadas práticas e interesses, produzindo um espaço singular que se sobrepõe ao uso para o qual foi destinado.

Apesar do centro e seus equipamentos públicos manterem suas funções de encontro, lazer e consumo da bebida alcóolica, as intervenções de urbanização com intuito de “civilizar” o espaço incidiram diretamente na conformação do que antes caracteriza o “CTI” (a aglutinação de pessoas em torno dos “mosqueiros” por trás do antigo mercado). A adaptação e nova configuração espacial do “CTI” a partir apropriação de outros espaços públicos como a praça (enquanto espaço da boemia, consumo de álcool e outras drogas, etc) poderiam assim ser pensadas como um *contra-uso*, para usar do termo empregado por Leite (2002), como forma de resistências das práticas. Para este autor, *contra-usos* são as práticas inovadoras dos habitantes capazes não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, mas também de produzir *taticamente* uma ressignificação do espaço a partir de uma demarcação sócio espacial da diferença. Ainda segundo esse autor:

[...] certos contra-usos podem contribuir para politizar “taticamente” uma paisagem urbana também politizada “estrategicamente” pela *gentrification*, para argumentar que a desapropriação de “sujeitos” não reduz o sentido público do espaço urbano, mas pode representar uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das apropriações (“táticas”) dos espaços mediante a construção dos lugares (LEITE, 2002, p. 122).

Há aqui algumas ressalvas ao trazer o conceito de “contra-uso” para o cenário do “CTI”. Em primeiro lugar, o processo de urbanização e ordenamento do centro da cidade de Cabedelo/PB não constitui um processo de revalorização de um centro degradado, como se observa no processo de “gentrificação” ocorrido em Recife, trazido por esse autor. Trata-se de obras de urbanização pontuais que aconteceram ao longo do tempo, de forma gradativa, ao passo do desenvolvimento da cidade. Contudo, o espaço destinado à ampliação do mercado público passou por intervenção de remoção de estabelecimentos comerciais e de serviços considerados irregulares que ocupavam o terreno da prefeitura municipal, entre eles aqueles os “mosqueiros”.

Tal obra veio a abarcar parte das pessoas removidas, alocando-os em boxes e bares no novo prédio do mercado público; no entanto, vários comerciantes não foram contemplados. César foi um desses comerciantes. Seu estabelecimento foi relocado, instalando-se provisoriamente em terreno da ferroviária (terreno da União concessionada pela CBTU), ao lado do mercado, juntamente com outros comerciantes. Ele aguardava até o momento da pesquisa pelo resultado do processo judicial sobre sua situação.

Além disso, o local da feira que antes era ao ar livre, nas ruas, calçadas e terreno da região, possuía uma organização fluida, que permitia uma gestão pelas pessoas do local. Esse espaço que antes compunha espaço da feira, da população em situação de rua e da boemia, após construção do prédio de ampliação do mercado público e absorção das atividades da feira, teve a sua circulação restrita por uma série de normatizações do empreendimento, seus horários de abertura/fechamento do espaço e controle da guarda-municipal em seu interior. Ou seja, tal obra em certa medida propiciou a remoção de certas populações do espaço que antes caracterizavam o “CTI”.

Desse modo, a apropriação de outros espaços públicos, como a praça e as calçadas do mercado, aponta para uma tática encontrada por essas pessoas, frequentadores e comerciantes do “CTI”, como forma de resistência de suas práticas, ressignificando um espaço estrategicamente moldado pelo incentivo público para ser a mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer, porém de forma restritiva. Assim, o “CTI” parece subverter o uso esperado e previsto da região central da cidade, produzindo um espaço de referências para tais práticas de

consumo intensivo de álcool e de drogas ilícitas por uma parcela da população que se encontra em situação de grande vulnerabilidade econômica, social e emocional.

Mais do que ponto de referência e encontro por aqueles que desejam usufruir dessas práticas, o “CTI” sublinha a possibilidade da apropriação de um espaço público por pessoas assim caracterizadas como “marginalizadas”. Pessoas que adotam práticas e estilos de vida reprovados socialmente e que tem a circulação e ocupação dos espaços da cidade de forma restrita pelos estigmas, pobreza e situação de vulnerabilidade que se encontram. Essas pessoas, suas práticas e interesses, dificilmente tem lugar nos planejamentos públicos de ocupação do espaço urbano. Dessa maneira, o modo de apropriação desses espaços públicos da região central da cidade por essas pessoas pode revelar um ato de resistência ou estratégias de ocupação da cidade, marcados por fortes relações de poder.

Vimos no capítulo anterior que um território é, antes de tudo, algo produzido por relações sociais. Contudo trata-se também de um espaço inscrito e escrito por relações de poder, constituindo-se, portanto, numa região de disputa. Para Bourdieu (1989) em seu texto sobre A identidade e a representação: elementos para um reflexão crítica sobre a ideia de região, um território é estruturado por um ato ou exercício de poder, a partir de uma série de características atribuídas de forma arbitrária por uma autoridade que define os limites simbólicos (e físicos) de um território. Por sua vez, passa por um processo de naturalização de suas características e fronteiras ao passo que seus ocupantes incorporam e produzem novas categorias ao território, resignificando-o continuamente.

Ou seja, O “CTI” é estruturante e estruturado pelas relações sociais e por relações de poder, se inscrevendo enquanto espaço de disputa, não só entre os frequentadores do espaço, mas também com aqueles de fora, a partir dos interesses do Estado e da sociedade como um todo.

Essa ocupação pelos consumidores de bebidas alcóolicas não só produziu um espaço particular marcado pelo consumo e comércio da bebida, crack e outras substâncias, como ele é sabido pela população da cidade. Vejamos algumas falas, as quais reportam ao CTI e ao consumo visível e regular dessas substâncias como fenômeno conhecido e, de certa forma, aceito e até valorizado (no caso do consumo de bebidas) por alguns moradores da cidade.

[..] a vizinhança? ninguém hostiliza, todo mundo compreende, até porque [..] se tornou, digamos assim, algo da cidade. (ADEILDO)

Isso não é segredo para ninguém, todo mundo sabe disso aí. A questão é quando a questão começa e se complica. Quando vira vício, né? Quando a pessoa se vicia no álcool, na droga, é como acontece em todo lugar". (CÉSAR)

Adeildo comenta que tais práticas de consumo de bebidas alcóolicas funcionam como referência ao lugar, atraindo as pessoas e dando movimento à região, proporcionando encontros, diversão e fonte de trabalho e renda. Na visão deste interlocutor, tais aspectos caracterizam o espaço como também marca singularmente a história da cidade. Já César alega que o consumo de bebidas e outras substâncias no local não se constitui um problema local e sim quando tal ato torna-se singularmente objeto de “vício”⁴¹, como poderia ocorrer em qualquer local.

Essa aceitação aponta para as relações estabelecidas com as pessoas frequentadoras do local. Como citado anteriormente, ele é frequentado principalmente por pessoas que possuem múltiplas relações com os espaços e seus frequentadores e, portanto, conhecidas na região. São pessoas reconhecidas, seja porque mora na vizinhança, trabalha há muito tempo no local, por conhecerem a família da pessoa ou por terem desenvolvido um bom relacionamento na localidade (como no caso de algumas pessoas em situação de rua que vieram de outras cidades). Ou seja, essas pessoas estão inseridas socialmente e desenvolvem outros papéis sociais que não se restringem ao consumo de bebidas e outras substâncias na região.

Desse modo, temos que o “CTI” e seus frequentadores se encontram em estados ditos invisibilizados apenas por uma parcela da sociedade. Para as pessoas locais, em seus cotidianos e relações sociais, essas pessoas são visíveis, inseridas e aceitas, apesar das condições de vulnerabilidade em que muitas se encontram. Elas também não são invisíveis para o Estado, já que o espaço é alvo de intervenções. Contudo, o local só é visto quando passa a incomodar, se tornando alvo de ações de controle. Parte dessas pessoas frequentadoras do “CTI” tem em

⁴¹ Os conceitos de vício, dependência, abuso, adicção, já existiam antes do século XIX, possuindo várias conotações para os estados de uso compulsivo. Mas foi a “conjunção de forças políticas, culturais e sociais” que deu hegemonia a esses conceitos (BERRIDG, 1994, apud, CARNEIRO, 2002), tratando-os como patologias do consumo de drogas. Assim, o consumo de drogas passa a ser considerado, além de um problema social e moral, uma doença, que precisaria ser tratada pela medicina para o ordenamento social esperado.

suas histórias de vida processos de invisibilização principalmente no acesso à direitos e desenvolvimentos de políticas públicas de saúde, educação e cidadania.

Observa-se que a praça (que faz parte do espaço do “CTI”) constitui em um espaço público, pois se tratam de espaços do coletivo, de usufruto de todos e que assumem uma pluralidade de práticas e de frequentadores (com seus distintos interesses). Por ser um lugar “do encontro com o outro, onde se confrontam as diferenças, se explicitam conflitos e se praticam também a urbanidade e a política” (FRANCH e QUEIROZ, 2010, p.21), este também é cenário para conflitos de interesses entre os grupos de frequentadores, como veremos no próximo capítulo.

3.3. O cotidiano no “CTI”: sociabilidade masculina e consumo da cachaça.

As relações e práticas que acontecem na praça e seus bares, no bar de Honório e de Severino, assim como nas calçadas no entorno do mercado público, constituem assim os principais cenários atuais do “CTI”. Estes são espaços de consumo da bebida alcóolica e, mais ainda, um espaço alternativo dentre as restritas possibilidades de entretenimento e lazer público, de baixo custo e/ou de fácil acesso na cidade, agregando, além do consumo da bebida, outras formas de encontro das pessoas e atividades.

Alguns moradores e trabalhadores da vizinhança relatam a frequência diurna no local como forma de lazer e ocupação do tempo livre. Tais frequentadores afirmam, em sua maioria, o interesse pelo local devido à possibilidade de encontrar as pessoas para estabelecer relações de amizade, companheirismo, relacionamento amoroso e sexual, através de momentos de conversa, paquera e consumo de bebida alcóolica, em especial do “burrinho”.

Como nos lembra Simões (2008, p.16), para além dos aspectos econômicos e sua relação com a violência, “as bebidas alcóolicas entre nós [brasileiros] são fermento da sociabilidade e das celebrações”, estando assim intrinsecamente associadas aos momentos de prazer e satisfação. Assim, parte deles relata o consumo recreativo dessa substância, mas a maioria apresenta uma relação prejudicial com a bebida⁴², daí a associação com o “CTI” hospitalar.

⁴² Na referida pesquisa, o emprego do termo uso prejudicial refere-se ao consumo o qual a própria pessoa identifica como sendo responsável por algum tipo de consequência negativa (física, psíquica

Renato é um desses frequentadores do “CTI” que mora nas proximidades. Ele relata ir diariamente à região para encontrar os colegas e paquerar com as “meninas” que frequentam o bar. Conta que acorda por volta das 4h, já apresentando os sintomas da síndrome da abstinência (especificamente tremores e alucinações), necessitando ir à praça para consumir a cachaça. Permanece no bar de Honório e em seguida desloca-se para o bar de Severino assim que este abre, permanecendo lá até aproximadamente 8h, quando se dirige para o CAPS AD, local onde faz “tratamento” devido ao uso intensivo e diário da bebida. Renato diz ser “dependente do álcool” e ter complicações de saúde devido a esse consumo, motivo pelo qual faz tratamento há mais de 4 anos. Diz conhecer todo mundo, pois frequenta a região há muitos anos e, mesmo em período sem fazer uso da bebida e/ou fazendo uso de “remédio controlado”, marca sua presença no local para se encontrar com o “pessoal”.

Renato, Donato e outros, relatam a presença no bar e o consumo da bebida como forma de “passar o tempo” e socializar, mas também apontam para uma relação de dependência do uso da bebida que os leva ao local. Essa dependência à prática de uso da bebida para muitas dessas pessoas não se refere apenas à necessidade de interação química com a substância no corpo, e sim com todo o cenário de consumo que complementa o seu estado: as companhias, conversas e práticas tangentes ao ato de beber, a partir de intencionalidades singulares do consumo e seus efeitos esperados no corpo e na relação com o meio. Portanto, uma necessidade subjetiva, que leva em consideração o efeito social, afetivo e fisiológico de tal consumo.

Observa-se então que a prática de beber aparece também como um momento para o encontro das pessoas que desejam usufruir não só do uso da bebida, mas também estabelecer laços de sociabilidade, a partir das conversas, paquera, jogos de tabuleiro entre outras atividades. O termo sociabilidade empregado aqui segue indicações trazidas por Simmel (1983), como sendo uma forma de interação social nutrida por um sentimento de satisfação em estar *sociados*. Em outras palavras, as motivações e importância simbólica desse tipo de *sociação* reside no encontro entre as pessoas para a própria interação. Utilizando-se

das palavras do autor, uma “forma lúdica da sociação” (SIMMEL, 1983, p.169) baseada na reciprocidade⁴³.

Assim como Renato, de um modo geral, as pessoas que possuem residência própria ou moram com familiares próximos do local, são homens acima de 40 anos, e possuem algum tipo de renda. Alguns deles são aposentados, pensionistas ou recebem auxílio doença (diagnosticados como portadores do HIV, de transtorno mental grave e persistente, por acidente, invalidez, por tempo de serviço), como o Renato, Beto, Benjamim, entre outros. Outros são embarcados (trabalham em navios), profissionais autônomos, comerciantes e trabalhadores informais que obtêm renda com pequenos serviços (técnico em eletrônica, donos de bares, serralheiro), como Walter, José, Cristiano, Luiz e outros. Alguns deles exercem sua profissão em outros lugares, contudo grande parte tem a região como forma de contatos para trabalho ou local para comercialização de seus produtos.

José é um desses interlocutores que destaca a sua frequência nos bares da praça, e também em outros espaços de consumo da bebida alcoólica, como possibilidade de fazer contatos profissionais. Ele conta que algumas pessoas, ao saberem de suas habilidades e capacitação técnica, o contratam para serviços ou lhe indicam para outras pessoas. Com orgulho do seu nível de escolaridade, José mostra em seu pequeno caderno uma lista de nomes de clientes e horários combinados para os serviços a serem prestados, todos eles frutos dos seus contatos no centro. Assim, tal consumo de bebidas alcoólicas na região atravessa as várias formas de sociabilidade existentes no local, não se restringindo àqueles momentos entendidos como sendo exclusivos de lazer ou do tempo livre.

Observa-se então que a diversão e o entretenimento no contexto da pesquisa não estão opostos ao tempo produtivo do trabalho ou de obtenção de renda. As pessoas exercem formas de diversão e prazer de maneira transversal àquelas destinadas ao do trabalho ou obrigações. Silva (1995) caracterizou esse tempo, que

⁴³ Como um dos princípios da sociabilidade, esse autor destaca a reciprocidade de valores sociais e satisfação dos membros da sociação. Para tanto, tal satisfação decorreria de forma idealizada, a partir da sublimação de certos atributos pessoais que determinam seus status na sociedade (condição econômica, posição social, etc.), assim como seus “estados íntimos” e qualidades subjetivas (tristeza, euforia, etc). Segundo Simmel (1983), motivações objetivas e esses aspectos citados anteriormente não poderiam ser evidenciados, nem representar importância na sociabilidade. Nesse sentido, para o autor a sociabilidade seria “um mundo artificial”, pois não é possível manter-se numa relação sem se fazer sentir as características, desejos e insatisfações pessoais, daí o empuxo para formas de sociabilidade a partir de interesses e gostos comuns, entre iguais, ou pelo menos, “um jogo que se faz de conta que todos são iguais” (SIMMEL, 1983, p.173).

não se opõe ao tempo produtivo do trabalho, como sendo o “tempo disponível”, marcado por momentos onde as pessoas exercem sua liberdade pessoal, tem acesso à diversão e ao entretenimento nos interstícios das ocupações e obrigações cotidianas.

Honório, dono de um dos bares, relatou que enquanto aguarda os clientes, passa a manhã conversando e bebendo com seus fregueses e colegas. Luiz e Walter, por exemplo, constantemente eram chamados para voltarem às suas funções de trabalho quando estávamos conversando nos bares ou calçadas da região. Desse modo, entende-se que o consumo de bebidas acontece no “tempo disponível”, como forma de entretenimento durante o próprio exercício de trabalho.

Não obstante, para parte das pessoas, o consumo das substâncias psicoativas, como álcool, é também empregado para potencializar a atenção, vigília e disposição durante as funções de fonte de renda e trabalho. Donato, Gabriel e tantos outros relataram necessitar do consumo do “burrinho” para cessar os sintomas de abstinência (tremores) e conseguir assim exercer suas atividades junto ao mercado. Assim, nota-se que a prática do “beber” aparece, em alguns casos, como ponto central e fundamental para as demais atividades da vida – trabalhar, dormir, interagir com as demais pessoas, etc. Dessa maneira, o consumo de álcool acontece não só associado ao tempo destinado ao lazer ou aos momentos pontuais de celebrações, mas também como elemento que costura as diferentes formas de sociabilidade, práticas, necessidades e intenções das pessoas.

Vale salientar também que o consumo de álcool está arraigado às características culturais da cidade, como sinônimo de virilidade, amadurecimento, status, prazer e divertimento, sendo aceito e incentivado seu consumo, principalmente entre os homens. Em todos os relatos de histórias de vidas dos interlocutores da pesquisa do sexo masculino, encontra-se o consumo de álcool (e/ou outras drogas), como elemento associado à independência dos pais e passagem para a vida adulta, a identificação com o masculino e como referência para a diversão e lazer, fazendo parte, portanto, dos momentos de descontração e entretenimento, ocupação do tempo ocioso, trabalho e outras formas de sociabilidade masculina.

Trago como exemplo a fala de Donato, que relata ter iniciado o uso de bebida alcoólica aos 12 anos e, já “rapaz”, frequentava os “cabarés” com os amigos para dançar com as “meninas”. Para tanto, ele contou que necessitava “beber” para tomar

coragem e chamá-las para dançar, e assim ser considerados pelos outros como “homem”.

Os espaços privilegiados de consumo de bebidas alcóolicas, nos bares, calçadas e outros espaços, seriam então, lugares onde acontecem trocas e onde se afirmam as suas masculinidades. Neves (2003), nos chama a atenção exatamente para isso, os bares e o consumo de bebidas alcóolicas foram considerados socialmente ao longo do tempo como sendo espaços tipicamente de sociabilidade masculina.

Além disso, a prática de consumo de bebidas alcóolicas e outras substâncias psicoativas observada nesta pesquisa acontecem simbólica e espacialmente no espaço considerado da rua, bares abertos que se estendem às calçadas e ruas, podendo assim fazer uma aproximação com as insinuações trazidas por DaMatta (1985) acerca do lugar e papéis do homem no imaginário social. A partir das diferenças simbólicas entre o espaço da casa e o da rua, trazidos assim por esse autor, temos também uma diferenciação do espaço do homem e da mulher, ou melhor, das representações do feminino e do masculino. Nesse texto, DaMatta (1985) aponta a casa como sendo o espaço da família e a mulher ocupando um lugar central nas relações sociais. Já a rua, grosso modo, aparece como sendo o lugar do impessoal, das leis, da política, do perigo e da boemia, local este onde o masculino circula. Temos assim, a casa e o privado com referência a mulher e a rua e a boemia com referência ao mundo masculino⁴⁴.

Outro fator na relação existente entre consumo de bebidas alcóolicas e o masculino pode ser percebido na associação entre o consumo das substâncias psicoativas não prescritas (as ditas drogas) entre os homens e o consumo disseminado de medicações psicotrópicas entre as mulheres. Apesar de não haver relatos expressivos dessa relação trazidas pelos interlocutores, a experiência como psicóloga no município, a atuação no levantamento epidemiológico e perfil das pessoas que fazem usos de medicações psicotrópicas pelo SUS e de pessoas que possui uso sabido de álcool e outras drogas no município, podemos suspeitar de uma proporção existente entre esses tipos de consumo por sexo, mas que precisaria ser investigada como hipótese.

⁴⁴É preciso destacar aqui que tal texto aborda uma sociedade patriarcal e foi escrito há pelo menos 30 anos.

Bergeron (2012) ao fazer um apanhado histórico acerca do perfil dos consumidores de drogas no final do século XIX e início do século XX, aponta para essa provável relação. Resumidamente, o autor relata que o perfil dos consumidores de substâncias psicoativas reconhecidas como drogas nesse período é principalmente de adultos, mulheres, de cor branca e provenientes das classes médias e altas, cujo consumo iniciava-se com as prescrições médicas. Já no início do século XX esse perfil assume nova configuração: homens, jovens, imigrantes, residentes de zonas urbanas, cujo consumo estaria relacionado ao uso voluntário em busca de prazer⁴⁵. Desse modo, as mulheres, no âmbito privado, acessariam as drogas para fins terapêuticos e a partir de prescrições médicas, enquanto que os homens recorreriam ao uso dessas substâncias no espaço da rua, sejam de forma recreativa e, porque não dizer também terapêutica, e auto prescritiva.

Não pretendo aqui fazer uma discussão acerca de gênero, pois este não se tornou tema desta pesquisa, apesar de ser de suma importância pensar tais aspectos no contexto do “CTI”. Gostaria apenas de apontar que talvez residam aí elementos relacionados à imagem da presença tímida das mulheres como frequentadoras regulares no campo de pesquisa em comparação à quantidade majoritária de frequentadores do sexo masculino nos bares e calçadas da região. Observa-se que esses espaços se constituem em lugares tipicamente de sociabilidade masculina, o que não exclui a presença feminina.

Apesar de serem frequentados em sua maioria por homens, como esses bares são espaços de convívio e entretenimento, são também espaços de encontrar o “pessoal”, tanto do gênero masculino como do feminino, para conversar e “paquerar”. Assim, a frequência desses homens no local em busca de companhia, entre elas, as femininas, denominadas por alguns de “meninas”, atrai a presença de mulheres e vice-versa. O termo “meninas” se refere àquelas mulheres jovens, com idade entre 18⁴⁶ e 25 anos, solteiras, em sua maioria usuárias de múltiplas drogas e que vivem em situação de rua, como Isadora e Lívia. Essas “meninas” também são identificadas por alguns interlocutores como “noiadas”, quando, apesar de

⁴⁵ Dentre vários elementos considerados como causas dessa alteração no perfil destacada por este autor, está o aprimoramento médico com desenvolvimento de novas tecnologias em tratamentos e a diminuição das prescrições de medicamentos que podem causar dependência, assim como o desenvolvimento da sociedade industrial e precarização da qualidade de vida. Desse modo, essa mudança de perfil estaria relacionada a tentativa de “esquecer sua condição de precariedade e dificuldade econômica mediante o consumo de substâncias psicoativas” (BERGERON, 2012, p.25).

⁴⁶ Idade relatada por apenas uma das frequentadoras que tive contato. Todas as outras referiram idade acima de 20 anos.

usufruírem de suas presenças, as rechaçam pelos seus comportamentos e práticas ilícitas no local⁴⁷.

A frequência dessas “meninas” nos bares da praça, segundo entendimento de parte dos interlocutores homens se dá pela busca de entretenimento, estabelecimento de laços de proteção e afetividade, para ganhar algum dinheiro e/ou em busca de oportunidade para consumir a bebida gratuitamente. Em troca, as mesmas ofereceriam atenção, companhia, carinho e pequenos favores durante o momento de diversão. Tal versão é corroborada por Isadora, ao afirmar que os “velhos” geralmente pagam bebida para ela quando dá atenção e “brinca” com eles. Esse “brincar” aparece com sentido dubio, pois ao mesmo tempo corresponde a atitudes pueris, através de brincadeiras consideradas infantis, como também aquelas com conotações sexuais, que vão desde fechar os olhos para adivinharem quem é a sentar no colo, por exemplo.

Já Lívia, destaca o lugar como sendo local onde ela pode encontrar informação e ajuda das pessoas, como por exemplo, a ajuda recebida de amigos para a levarem a um hospital psiquiátrico para ser internada devido às ameaças de morte que recebera em meses anteriores à pesquisa.

Apesar da pouca frequência regular de pessoas do sexo feminino nesses espaços, além das “meninas”, observei a presença de outras mulheres, mais velhas, algumas solteiras, mas em sua maioria companheira de algum frequentador do bar. Rafaela, solteira e com idade por volta dos 35 anos, comenta que a praça e seus bares “é o lugar”, o “*point*”, local onde se encontram as pessoas e os produtos que se procura. Conta ainda que o local é “animado”, pois a “diversão” começa de madrugada e vai até o outro dia. Mas Rafaela também aponta outra característica do lugar. É nele onde ela encontra possíveis parceiros sexuais e afetivos, assim como local onde ela estabelece sua rede de apoio e proteção, sob forma de amizades, sendo um “point” para encontrar os amigos e desabafar amores não correspondidos em companhia da bebida. O local é para ela também de fonte de renda, segundo a interlocutora, pois é nessa região que a mesma revendia a “pedra”, motivo pelo qual, após ameaça de morte em disputa pela “boca”, teve que deixar de frequentá-lo regularmente.

⁴⁷ Este assunto será melhor discutido no capítulo 04.

Larissa era a única pessoa do sexo feminino com a qual mantive contato que tinha residência fixa na vizinhança e que frequentava esses bares regularmente. Todas as vezes que a encontrei estava acompanhada de seu marido, também frequentador assíduo do local, Benjamim. As demais mulheres com as quais mantive contato que possuíam uma relação conjugal eram aquelas em situação de rua, que juntamente com seus companheiros compravam o “burrinho” para beber, principalmente nos bancos da praça. Algumas dessas pessoas em situação de rua permanecem nos bares interagindo com outros grupos de frequentadores, como Lívia, Isadora, Donato, Thiago e Danilo, por exemplo. Outros ficam mais afastados em seus grupos pela praça, como no caso de Felipe, Heitor e outros, que dificilmente permaneciam dentro do bar.

Assim, observa-se, além dos bares, a aglomeração de pessoas em pequenos grupos para conversar e consumir bebidas alcóolicas regularmente na praça e calçadas do mercado. Trata-se, principalmente, de grupos formados junto às pessoas que se encontram em situação de rua. A maioria das pessoas que vive em situação de rua na região do centro permanece em seu cotidiano em grupo, como relatado anteriormente, em “sua família”. Assim o consumo da bebida também é compartilhado por esse grupo.

Por questões de afinidade e interesses comuns agregam-se a esses grupos outras pessoas frequentadores do centro, moradores e trabalhadores da região (até mesmo de lugares mais distantes) que são conhecidas entre si, os quais possuem vínculos sociais e de pertencimento local. Mário, entre outros, é uma dessas pessoas que possui residência na cidade e que regularmente se encontra com seus amigos que se denominam moradores de rua para consumir o burrinho e socializar. Essa aglomeração de pessoas nas calçadas se configura, assim como descrito sobre os bares, como espaços de convívio e sociabilidade dentro das relações do “CTI”.

Esses espaços, os bares da praça e os grupos formados nas calçadas que caracterizam o “CTI”, estão localizados no centro da cidade, portanto um local frequentado por pessoas de várias localidades. Sendo assim, seus frequentadores não se restringem ao público da vizinhança, sendo frequentado também por pessoas de diferentes procedências. Algumas pessoas são frequentadoras esporádicas, porém, a maioria das pessoas que usufrui do local o faz diariamente, diferentemente

dos clientes dos bares do mercado por exemplo, que tem maior público aos sábados.

Portanto, os frequentadores desses espaços são pessoas que se reconhecem e acabam estabelecendo relações de proximidade. Desse modo, o “CTI” atua como espaço de sociabilidade cotidiana para aqueles que o frequentam regularmente. Além disso, diferentemente dos outros pontos de consumo e comercialização de bebidas da região (que possuem um público específico como o citado anteriormente), o “CTI” aglutina ao mesmo tempo moradores da vizinhança, trabalhadores e pessoas em situação de rua, pessoas sem renda fixa e aqueles que possuem melhores condições financeiras.

De acordo com Mário, no mercado, por exemplo, as pessoas não gostam de “se misturar”, sentem a sua presença como incômodo por causa de sua aparência e constante estado de embriaguez. Ele conta que não é bem-vindo e prefere ficar na rua ou nos bares da praça. Para alguns interlocutores da pesquisa que estão em situação de rua e aqueles que fazem consumo diário e intensivo da bebida, o mercado e outros pontos de comercialização de bebidas fora do “CTI” não são um bom local para permanecerem, pois as pessoas olham com “maus olhos”, referindo-se ao rechaço por seu comportamento, aparência e estilo de vida.

Assim, percebe-se que há uma identificação das pessoas com o espaço do “CTI”, onde se produz um sentimento de pertencimento aos grupos e ao local. Esse pertencimento ocorre através da própria frequência regular durante muitos anos no local, como também do acionamento de outros elementos de reconhecimento, como parentesco ou proximidade com alguém conhecido (morador da localidade ou até mesmo de outros frequentadores assíduos), entre outros aspectos. Por exemplo, a minha permanência e circulação por ambos os bares e grupos de pessoas nas calçadas foi autorizada através das relações desenvolvidas anteriormente com algumas pessoas que frequentavam o espaço e reconhecimento positivo enquanto ex-funcionária do CAPS AD, portanto, familiar à dinâmica da região.

Esses bares e grupos espalhados pelas calçadas atuam, portanto, como ponto de encontro entre conhecidos para a construção e o fortalecimento dos laços sociais, onde o consumo da bebida alcoólica está presente. Trata-se de um espaço cujas relações estabelecidas ocupam um local intermediário entre aquelas desenvolvidas no espaço da casa e da rua. Tal tipo de relação foi identificado por Magnani (1994;1996;1998) ao estudar os espaços de lazer que ocorrem nas

proximidades do local de residência, o lazer na *vizinhança*, aqueles que acontecem nos bairros e periferias da cidade. Para o autor, há aí uma relação intermediária entre aspectos que caracterizam o espaço privado das relações de parentesco – marcado pela densidade e estabilidade das relações - e do espaço público da rua - onde se estabelecem vínculos mais amplos, heterogêneos e de interesses conflitantes.

Esses bares da praça funcionam como uma extensão da casa, e para aqueles que se encontram em situação de rua, parte da própria casa, já que alguns se estabeleceram na praça, tendo esta como espaço de moradia, trabalho e lazer. Seu Everaldo, Beto e Renato são alguns dos interlocutores que possuem residência nas proximidades, que frequentam diariamente o espaço e que quando não estão em casa estão na praça, conversando e/ou consumindo nesses bares. Desse modo, mesmo localizado no centro da cidade e compondo um espaço heterogêneo, sua frequência se dá por pessoas conhecidas entre si, as quais estabelecem uma relação de proximidade e convívio.

Nesses espaços que compõe o “CTI” há, portanto, uma sociabilidade cotidiana, construída ao longo do tempo, onde se desenvolvem os laços afetivos de convívio entre os pares, compartilham códigos comuns (como o pertencimento às relações locais e o consumo da bebida alcoólica), praticam a solidariedade e alicerçam o sentimento de pertencimento ao local, fazendo parte, portanto, da história de vida e memória dos frequentadores e do lugar. Nesse sentido, as relações existentes nesses bares do centro se assemelhariam às formas de interação que acontecem na *vizinhança*, se tomarmos como pressuposto a indicação de Park (1987, p. 30), de *vizinhança* como um espaço imbuído de “sentimentos, tradições e uma história” compartilhada e própria dos moradores/frequentadores.

Através das observações acima, nota-se que a dinâmica existente no “CTI” não pode ser caracterizada apenas como um espaço de lazer e consumo de drogas, enquanto descanso e reposição das energias despendidas na jornada de trabalho. Além de ser uma forma de encontro entre as pessoas para o exercício de entretenimento, ele assume outras características a partir do entrecruzamento de interesses e estilo de vida de seus frequentadores. Como citado anteriormente no início deste capítulo, o local onde está inserido o “CTI” serve também de espaço de convívio e lazer, fonte de renda e subsistência e, em alguns casos, como moradia.

Assim, o “CTI” é um espaço onde se estabelece e se garante a rede básica de sociabilidade, apoio, proteção e a produção de identidade.

Contudo, o fato desses bares aglutinarem pessoas de diferentes características e interesses no mesmo espaço, não significa que haja homogeneização das relações ou suspensão das diferenças sociais. Mesmo havendo momentos de comunhão no consumo da bebida, onde essas relações aconteceriam de forma direta, supostamente indiferenciada e igualitária, não se observa um estado em que essas diferenças sociais ficariam suspensas. Essas relações se apresentam marcadas por diferenciações identitárias, divisões de status e hierarquias, portanto, não podem ser pensadas como o estabelecimento de laços como aqueles apontados por Turner (2013) nas situações de liminaridade da vida cotidiana, que ele denominou de “communitas”.

Em 17 de outubro de 2015, ao chegar na praça, encontro Donato, Renato, Benjamim e outros bebendo juntos no bar de Severino. Donato então se levanta e me chama para conversar no bar de Honório. Sentamos numa mesa que o proprietário colocou na praça para que assim pudéssemos conversar. Logo em seguida, inicia-se uma discussão calorosa à distância entre Donato e Renato e Benjamim. Esses dois últimos então se aproximam e reclamam:

Você não deveria dar importância a ele [referindo-se à Donato], não! Isso é um nada [...]. Isso é um vagabundo, vive na rua [...] (RENATO).

Renato complementa que, diferentemente de Donato, possui casa, família e uma mãe com posses. Benjamim diz que é aposentado (tem renda), tem casa e mulher, que vai para praça e o bar só para “bater papo”, beber e “passar o tempo”. Donato, chateado, fala, referindo-se à Renato:

Esse aí, quer ser as coisas, mas num tem nada! tudo de que ele posa é da mãe dele. [...]. Ele é um pilantra, rouba o dinheiro da própria mãe! (DONATO).

Após um período discutindo e apaziguamento dos ânimos exaltados, pergunto a Donato o que ele acha da situação emergida e ele responde que os dois, Renato e Benjamim, tem “o costume de desfazerem do cara”, de “humilhar”. Com isso, alega: “eu fico triste, né? mas estou aqui porque quero, porque sou homem”, referindo-se a ter dignidade e merecer respeito.

Observa-se então que as relações sociais cultivadas nos momentos de sociabilidade onde o consumo da bebida alcóolica e outras substâncias psicoativas estão presentes, são marcadas por diferenças e conflitos de interesses, não havendo aí uma harmonia ou suspensão das hierarquias sociais e de seus “estados íntimos”, como alega Simmel (1983). Pelo contrário. Nascimento (1999) nos lembra que esses espaços de sociabilidade masculina “funcionam como um fórum de discussão e um palco para o relato de experiências individuais”, onde se exercita a troca e afirmação de hierarquias, como veremos no capítulo seguinte. Por hora, é preciso destacar apenas que o consumo dessas substâncias como forma de sociabilidade é marcada por conflitos e choques de interesses que se expressam continuamente.

Apesar desses bares localizados na praça aglutinarem os diferentes tipos de frequentadores do “CTI”, nem todos os consumidores se sentem à vontade de ficar junto nos referidos bares, alegando conflitos sócios-culturais e econômicos, espalhando-se pelas calçadas da região e bancos da praça.

Para concluir o capítulo, temos que o “CTI” é constituído por pessoas que frequentam o espaço regularmente e tem o lugar como ponto de encontro para o estabelecimento de relações sociais de convívio entre os pares. Desse modo, esse espaço de sociabilidade, onde a prática de consumo de drogas se faz presente, favorece o encontro das pessoas, o estabelecimento de novos vínculos, o estreitamento das relações de proximidade já existentes e o sentimento de pertencimento aos grupos de frequentadores. Essas características vão tecendo e delimitando as fronteiras simbólicas e concretas entre os grupos, e por sua vez, demarcam as formas singulares de produção de espaço, que se distinguem dos transeuntes comuns, aqueles que vão apenas para a utilização dos serviços ou estão apenas de passagem.

A frequência das pessoas que procuram a região para consumir a cachaça e outras formas de sociabilidade de forma regular – moradores da vizinhança, população em situação de rua e trabalhadores da região – aponta para um tipo de relação entre as pessoas e o local de forma particular. Trata-se de uma relação espacial e social, marcada por uma série de códigos e comunicação, que os distinguem enquanto grupo e modo particular de sociabilidade e de apropriação do espaço público (MAGNANI, 2002).

Tais características se aproximam para a noção de *pedaço*, empregada por Magnani (1996). Segundo esse autor, o *pedaço* funciona como ponto de encontro e aglutinação para determinados grupos de frequentadores regulares, os quais estabelecem a construção de relações de proximidade entre iguais, fortalecimento dos laços, pertencimento ao grupo e o exercício do uso de códigos que demarcam sua diferença diante do outro. O CTI seria, portanto, o pedaço dos consumidores de cachaça e outras substâncias na região.

Sendo assim, encontramos a referência ao espaço em termos simbólicos, pois são as relações interpessoais que dão sentido ao espaço e as práticas. Trata-se, portanto da produção de espaços através das experiências dos grupos, sendo o local físico muitas vezes transitório.

Nesse sentido, a formação de grupos de pessoas para o consumo de bebidas alcóolicas no local, tanto por aqueles que frequentam os bares como em relação aos que se aglutinam nas calçadas e praça da região, compondo o “CTI”, aponta para um tipo singular de produção de espaço e apropriação dos equipamentos públicos da região central de Cabedelo/PB.

CAPÍTULO 04: Entre “papudinhos” e “noiados”: consumo de substâncias psicoativas, categorizações dos frequentadores e conflitos no “CTI”.

No capítulo 03 foi abordado o processo que gerou a formação do “CTI”, suas transformações ao longo do tempo, da fragmentação do “CTI” do centro à sua configuração atual e dinâmica local. Agora no quarto capítulo, pretendo a partir do relato de uma situação de revista policial que aconteceu durante pesquisa em campo, apontar uma análise das sociabilidades e conflitos neste espaço de investigação. Tal opção decorre do entendimento de que uma análise de uma situação específica, aos moldes de um relato de “caso detalhado” ou “análise situacional”⁴⁸, pode oferecer ao leitor parte do material etnográfico, e com isso, avaliar a coerência da argumentação e conclusões extraídas do material apresentado (VELSEN, 1967, IN FELDMAN-BIANCO, 2010).

Assim, a seguir, tem-se o relato de uma situação de revista policial, através da qual podemos abordar os sentidos e as singularidades dos pontos de vista dos sujeitos sobre os frequentadores do “CTI” e suas práticas. Trata-se de uma situação cotidiana exemplar onde as pessoas envolvidas são constantemente chamadas a assumir um posicionamento, distinguindo-se e colocando-se em oposições entre si, o que leva à divisão em grupos e hierarquizações, assim como nos “dramas sociais” de Turner (2008).

Através dessa situação podemos observar as substâncias psicoativas aparece como elemento organizador das interações sociais, os elementos envolvidos na caracterização, classificação e categorização da substância e das pessoas que a consome, a formação dos grupos, hierarquizações entre os grupos e as relações existentes com as políticas públicas de segurança.

4.1. Uma “batida policial”: o que uma situação pode revelar?

⁴⁸ Pressuposto teórico metodológico empregado pela Escola de Manchester. Gluckman denomina tal método de observação e tratamento dos dados como relato e análise de caso detalhado, enquanto Van Velsen prefere a denominação de análise situacional (VELSEN, 1967, IN FELDMAN-BIANCO, 2010). Clyde Michell (2009, p.366) descreve este como sendo o isolamento de elementos importantes de um fenômeno observado através da descrição detalhada, para em seguida, ao destacá-lo, contextualizá-lo na sociedade maior da qual faz parte, demonstrando assim, a relação existente entre o fenômeno (micro escala) e o sistema social em questão (macro escala).

Em 15 de agosto de 2014, pela manhã, durante conversa com alguns interlocutores da pesquisa na praça da Caixa D'água, presenciamos uma batida policial. Nesse momento estavam presentes no grupo aproximadamente seis pessoas, e ao nosso lado havia um jovem (aparentemente com idade entre 16 e 20 anos) comercializando “a pedra” (crack). Tal jovem interagiu conosco apenas mantendo-se atento às conversas e rindo dos momentos descontraídos do grupo.

A polícia que vinha fazendo ronda minutos atrás, chegou em dois carros, de onde desceram cerca de 6 homens com armas em punho e foram em direção ao rapaz. Separou-o do nosso grupo e o revistou. Ficamos observando a ação, ainda surpresos com o fato. Os policiais não encontraram a droga, mas certa quantia em dinheiro. Enquanto isso, três desses policiais cercaram nosso grupo, iniciaram uma varredura no local atrás da droga, revirando a terra do chão e sandálias, fazendo poucas perguntas.

A ação da polícia no local durou aproximadamente 20 minutos e não me lembro de termos conversado no momento da revista. Talvez a não lembrança seja em consequência da tensão que se instalou ou, até mesmo, não tenha havido conversas nesse momento. Lembro-me apenas dos rostos paralisados e olhares se entrecruzando. Vale salientar que um dos integrantes do grupo era um dos distribuidores/comerciantes da “pedra” no local e outro estava portando sua droga para consumo próprio que acabara de adquirir do referido rapaz. Daí dois dos motivos iniciais para o receio de que os demais do grupo fossem também revistados, e conseqüentemente, da tensão instalada. Assim como para eles, naquele momento a polícia também representava uma ameaça para mim. Senti medo de ser revistada e ser detida por estar ali, naquele grupo, compartilhando de tais práticas.

No entanto, logo após a saída da polícia, começaram freneticamente os comentários sobre o ocorrido. Cristiano, logo desabafa:

Vocês viram, eles perguntam de quem era a minha bicicleta, pensaram que fosse do boy! [...] ainda bem que eu tinha acabado de sair do banco [assento onde estava o rapaz revistado], se não iam me revistar também, ia ser banho! (Cristiano).

Cristiano tinha comprado a “pedra” minutos atrás, ficando sentado e conversando com o rapaz por alguns minutos, levantando-se para aproximar-se da conversa do nosso grupo, quando logo em seguida, chegou a polícia. Ele comenta

que estava com a “pedra” no bolso e que se a polícia o revistasse ia encontrá-la, em consequência disso poderia ser “confundido” com traficante e sofrer as consequências legais: “eu ia ser preso como traficante” e “ia descer para o Roger”⁴⁹. Vejamos mais comentários retirados do diário de campo:

Eles ficaram encarando, mas sabem que aqui só tem papudinho. (EVERALDO).

Ainda bem que Danilo caiu no chão bem na hora, aí eles viram que só tinha cachaceiro mesmo! (BENJAMIM).

Enquanto a polícia revirava o chão onde estávamos, Danilo, que se encontrava sentado no banco da praça, bastante embriagado, teve um “apagão” (perda da vigília e consciência), chegando a cair no chão. Isso é algo que acontecia com frequência entre aqueles que fazem consumo intenso do “burrinho” no local, permanecendo deitados pelas calçadas da região. Everaldo e Benjamim, aliviados e rindo da situação, relataram que a polícia não revistou o grupo por dois motivos: o primeiro por suporem que as pessoas presentes consomem apenas a cachaça e, portanto, não seriam usuários de outras drogas nem traficantes, ou seja, “bandidos”. Tal afirmação surgiu mesmo havendo presente pessoas que não só consumiam a pedra, como também a estavam portando no momento da revista, e outra que a revendia no local. O outro motivo, da não revista seria a minha presença. Quando comento do meu receio em ser revistada pela primeira vez em campo, Benjamim comenta:

Nem fique preocupada, olhando para você dá para ver que não usa droga e que também não vende [...] não é feito essas noiadas daqui. (BENJAMIM).

As pessoas do grupo comentaram que minha aparência e comportamento se diferenciavam das outras mulheres do campo, das “noiadas”, referindo-se as mulheres ou “meninas” que consomem e repassam a “pedra” no local, e que estão envolvidas com outras práticas ilícitas ou de reprovação do grupo. Segundo Benjamim, dava para supor que se tratava de uma “doutora”, motivo pelo qual não me revistaram, nem ao grupo.

⁴⁹ Roger é um bairro da capital paraibana onde se localiza um dos maiores presídios do Estado, termo empregado para assim designar tal instituição.

Outro aspecto relevante vem do comentário de Cristiano, que afirmou que a polícia estava “de olho” no local há algum tempo, que quando há uma “batida policial”, a polícia vai “direto na situação”. Comenta ainda: “ela conhece o pessoal da praça, sabe quem tem a droga ou não”, e pergunta: “tu num viu que ela foi direto no boy? Foi sorte não ter pego ele com a pedra!”.

Heitor então aponta para as estratégias da polícia e as táticas que as pessoas do local desenvolveram para lidar com as constantes “batidas policiais”, dizendo que a “galera é esperta” (os policiais) e que “sabe que o pessoal esconde a pedra”. Ele conta que aqueles que comercializam e adquirem a “pedra” no local não ficam com ela em mãos, a “enterra”, “bota debaixo de alguma coisa” ou escondem em outros locais, e que por esse motivo a polícia ficou revirando o chão. Ele também relatou que não iriam me revistar porque “a tenente” não estava presente, só ela, enquanto do sexo feminino, poderia me revistar. Ela supostamente não estaria na “batida” policial, segundo esse interlocutor, porque “as meninas deram um tempo” na comercialização e sua circulação pela região por causa das constantes batidas policiais que vinha acontecendo dias atrás. Cristiano comenta que na época a polícia estava “expulsando os traficantes” e que por isso o “pessoal deu um tempo”.

A partir daí, os interlocutores iniciaram uma discussão sobre a intervenção da polícia no local e as consequências para os frequentadores. Heitor pontua que “o garoto se deu mal, vai ter que prestar conta!”, referindo-se ao dinheiro que os policiais levaram do rapaz ao revistá-lo e que ele terá que prestar conta com seu fornecedor. Segundo esse interlocutor, o dinheiro que o rapaz estava em suas mãos seria fruto do apurado da comercialização da “pedra” daquele dia e que depois ele repassaria para seu fornecedor, aquele para quem trabalha. Como o dinheiro foi levado, o rapaz não teria como pagar seu fornecedor e assim entraria em dívida, e consequentemente, iria receber as consequências disto. Benjamim, gesticulando com as mãos imitando uma arma em punho, disse: “se não pagar, já sabe, vai ter bala!”. Percebo uma certa preocupação com o rapaz, pois os interlocutores comentam que são vários os “garotos” que morrem devido ao tráfico e a presença da polícia, que aquilo ali é fonte de renda deles e da família e questionam se a polícia não pega o dinheiro intencionalmente para que isso ocorra.

Enquanto conversávamos sobre a “batida policial”, o rapaz revistado continuou a comercialização da “pedra”, não sendo a presença da polícia um impeditivo eficaz para a manipulação (comércio e consumo) da “pedra” na região. As

revistas policiais no local seriam algo que interfere na dinâmica, mas que as pessoas vão desenvolvendo outras táticas para lidar com sua interferência. Em outras situações outros agentes entram em cena, ocupando a atividade de revenda da “pedra”.

Inácio ao retornar ao grupo com dois “burrinhos” e um maracujá, comenta que estava difícil ficar na praça, que “tá peso!”, referindo-se à comercialização do crack no local e as constantes “batidas policiais”. Para ele a presença do consumo da “pedra” no local e consequente comercialização, chamou a atenção da polícia para o espaço, dando visibilidade às práticas lá existentes e passando a intervir continuamente na região. Ele conta que essa visibilidade e a presença da polícia é ameaçadora para todos os frequentadores, não só para aqueles que adotam práticas ilícitas: “sobra para quem não é bandido”, diz Inácio. Ele ainda comenta que pelo fato de viver nas ruas e não portar documentação, sofre intensamente com o preconceito e é rechaçado pela polícia. Por isso ele afirmou: “morador de rua não pode se misturar com esse pessoal”.

Benjamim relata que para ele a presença da polícia no local significa a iminência de uma “humilhação”. Para esse interlocutor, a adoção de um estilo de vida boêmio e frequentador da região é motivo para a polícia tê-lo, assim como outras pessoas do local, como alvo de constantes revistas, e comenta:

A gente que é homem de bem fica tenso, ninguém que ser revistado, mesmo não sendo noiado. [...]. Veja aí, a pessoa ser revistada na frente de todo mundo. As pessoas olham e julgam como se fosse bandido. [...]. A polícia fica mexendo nas partes do cara, apertando, parece que gosta! [...]. A polícia humilha a pessoa, vem com violência e você não pode fazer nada! (BENJAMIM).

Benjamim comenta que o fato de ser revistado em público o expõe e o coloca numa situação constrangedora: “as pessoas olham e julgam”. Diz que o fato de ser revistado faz com que as pessoas o julguem e o confunda com “bandido”, mesmo alegando ser “homem de bem”, aquele que segue as leis e cumpre com suas responsabilidades. Ele diz também que a própria revista policial acontece de forma violenta, não só pela “humilhação” que seria de ordem simbólica, mas também pelo fato de ter seu corpo violado. Diz que ter seu corpo tocado e apalpado sem sua permissão é também “humilhação”, uma violência ao corpo, ainda mais por não poder argumentar e ter que obedecer às ordens. Para ele, a presença da polícia é

ameaçadora, pois ela o coloca numa situação de impotência e violação do corpo, ações alicerçadas numa violência simbólica (BOURDIEU, 1989).

Alguns dias depois, os mesmos frequentadores e interlocutores da pesquisa que estavam presentes na situação relatada acima, contaram que no dia seguinte ao fato houve uma nova “batida policial”, desta vez com a presença da tenente do sexo feminino, onde todos eles foram revistados, inclusive as mulheres. Larissa, uma das interlocutoras presentes e revistada pela polícia, contou com detalhes o modo como a revista aconteceu, afirmando sentir-se “violentada sexualmente” pelo ato invasivo, além de “impotente” e “humilhada”: “ela colocou o dedo lá dentro para ver se tinha a droga”, comenta Larissa.

Como resultado dessas intensivas abordagens policiais na região, houve a prisão de um dos interlocutores citados no relato acima e o afastamento temporário de vários frequentadores do local e colaboradores da pesquisa. Segundo Benjamim, Inácio e outros, o afastamento teve o intuito de evitar tais abordagens, seja pela dita “humilhação” da revista policial, para não ser “confundidos” com “bandidos” e para não serem flagrados e punidos. As revistas policiais continuaram diariamente por semanas, vindo a diminuir sua intensidade cerca de dois meses depois.

Partindo da situação da revista policial relatada acima, pode-se identificar alguns pontos importantes de análise das relações e conflitos existente no local. O primeiro ponto de destaque observado diz respeito ao receio apontado pelos interlocutores sobre a presença da polícia no local e as possíveis consequências para os frequentadores: ser confundido com “bandido” (traficante); “levar banho” (ser preso); ser “humilhado”; ser violentado; “levar bala” do traficante por ter o produto da venda de drogas levado pela polícia; entre outros. Por sua vez, esses receios desvelam, além das violências em seus cotidianos, hierarquias existentes e demarcam a necessidade de diferenciação entre “papudinho” e “noiados/noiadas”, “homens de bem” e “bandidos”, o que é ou não é droga na percepção dos interlocutores.

Essas categorizações em campo e o desenvolvimento de táticas para lidar com isso induzem a uma discussão que beira da moralização do consumo de determinadas substâncias psicoativas à legislação vigente que as regula e, consequentemente, as ações de controle e penalizações destinadas para o consumidor e aquele que comercializa a droga, através das “batidas policiais”.

Para compreender possíveis origens dessas classificações e categorização das pessoas a partir das diferenciações das substâncias consumidas, sociabilidades e conflitos no local, é preciso primeiro conhecer o entendimento acerca destas substâncias pelos interlocutores da pesquisa. É preciso entender que o receio de Cristiano, Benjamim, Inácio e dos demais, não aparece como uma exceção e não está dissociado do lugar social que estas substâncias e seus consumidores ocupam na cultura vigente e, portanto, se faz necessária uma discussão sobre o assunto.

4.2. A presença da polícia no “CTI”: percepções e consequências em campo.

Como vimos no capítulo anterior, a praça da caixa d’água, citada no relato acima, onde estão locados os bares de seu Honório e Severino, constitui atualmente principal espaço onde se concentra as pessoas que fazem consumo intensivo e diário do “burrinho” que compõe o atual “CTI”. Entre as pessoas frequentadoras do espaço está a população em situação de rua, moradores da vizinhança e trabalhadores da região do centro, entre elas, aquelas que também fazem uso de outras substâncias psicoativas.

Foram várias as substâncias de uso relatadas pelos interlocutores e consumo testemunhado em campo. Entre elas estão a maconha, o “fumo” ou cigarro (tabaco), “pó” (cocaína), “comprimidos” (medicações de usos controlado), destacando-se nesse contexto o consumo do “burrinho” (cachaça) e a “pedra” de crack. Esses dois últimos, além de aparecerem em número maior em seus relatos, a adoção e identificação com o consumo dessas substâncias, aparecem como elemento organizador das relações sociais do local, como veremos a seguir.

A praça, que se configurou espaço de encontro das pessoas para consumo dessas substâncias, tornou-se também local de comercialização não só da bebida alcoólica, como passou a haver a revenda das outras substâncias, citadas acima. Destaca-se nesse cenário a comercialização da “pedra” de crack. Entre aqueles que revendiam estavam mulheres, homens, jovens e adultos. No contexto da pesquisa, parte daqueles que consomem a “pedra”, pela própria dinâmica da aquisição e relações de amizade e convívio que são estabelecidos, acabaram se tornando revendedores da substância.

Todos os interlocutores que revelaram revender a substância no local também as consumiam. Essa entrada na atividade de comercialização da “pedra” de crack por pequenos revendedores aparece como fenômeno atual. O acesso a novas tecnologias e usos de substâncias mais acessíveis (solventes, entre outros) no seu processamento, diante do contexto de proibição, facilitaram essa comercialização a nível individual, havendo uma pulverização da manufatura e comércio da substância que antes só era possível por grandes grupos organizados (SAPORI E MEDEIROS, 2010).

Trago como recorte relatos da história de vida de uma das interlocutoras, que contara como passou a revender a “pedra”. Ela revelou que quando ia buscar a “pedra” sempre pegava para ela, seus amigos e parceiros de uso. Com isso era convidada a fazer uso das substâncias dos outros e até ganhava uma quantia da substância de sua fornecedora em troca do serviço. Relatou que gradativamente se tornou responsável pela revenda no espaço que frequentava, servindo de intermediadora entre usuários e a pessoa que a fornecia. À medida que garantia e expandia a clientela de sua fornecedora, adquiria credibilidade e respeito, barganhava desconto, crédito e recebia certa quantia em dinheiro. Por sua vez, ao assumir tais papéis, ela necessitava estabelecer fidelidade e prestar conta com sua fornecedora e aos outros usuários da “pedra”. Estabeleciam-se assim relações de trocas concretas e simbólicas que constituem os vínculos sociais e definia-se na hierarquia local.

As bebidas alcóolicas e as medicações de uso controlado estão entre aquelas substâncias legalizadas e as demais substâncias como ilícitas. Assim, a “pedra” e outras substâncias relatadas pelos interlocutores da pesquisa e descritas acima, são consideradas proibidas para os órgãos reguladores estatais.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA é responsável pela regulação dessas substâncias no Brasil e na Lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei sobre drogas, encontramos regras que classificam as substâncias psicoativas quanto a sua legalidade (lícitas ou ilícitas) e que, por sua vez, norteiam a estruturação de ações reguladoras da produção, comercialização e consumo. Vale salientar, que estas regras estão sob a forma de lei e, para sua efetivação, possuem um aparato de controle do Estado, entre elas as ações no campo da saúde, assistência e segurança pública.

A partir desta classificação, temos inúmeras implicações às pessoas que lidam com essas substâncias: produtores, comerciantes e consumidores são encarados de formas diferentes de acordo com a substância manipulada e o discurso que cada campo se apoia. Apesar do consumo dessas substâncias ilícitas não se constituir ato delituoso, segundo a atual Lei descrita acima, a manipulação, comercialização e distribuição é considerado crime de tráfico drogas, segundo seu artigo 33 (BRASIL, 2006). Daí um dos motivos da presença constante da polícia no local: a repressão ao tráfico de drogas.

A comercialização da “pedra”, segundo Inácio, vinha chamando a atenção da polícia para o local. Como descrito no relato acima, a polícia tinha o espaço sob vigilância, estava “de olho” no local há algum tempo, não só indo “direto nas situações” de comercialização da “pedra” estabelecidas entre consumidores e revendedores, mas também abordando as demais pessoas frequentadoras regulares do “CTI”. Assim a presença da polícia gerava desconforto não só para aqueles envolvidos na prática ilícita de consumo e comercialização da “pedra”. Observa-se pelo relato dos interlocutores que a presença da polícia representava uma ameaça para a maioria dos frequentadores do espaço.

Para aqueles que revendiam a “pedra” a presença da polícia significava a iminência de prisão, como ocorreu com um dos interlocutores, um dia após a “batida policial” citada acima. Além disso, mesmo quando a polícia não encontra a substância, ao interferir na comercialização, colocava aquele que a revende em situação de dívida com seu fornecedor ao recolher o dinheiro da venda da substância, como pode ser visto no relato acima. Alguns interlocutores questionam assim a ação policial, pois como consequência o referido rapaz poderia morrer e entendiam que a comercialização gerava renda para ele e sua família. Para alguns interlocutores a comercialização da substância é entendida como oportunidade de fonte de renda para aqueles que estão em situação de pobreza e possuem dificuldade de acesso ao trabalho (como trabalho assalariado). Isso também pode ser visto em Saporì e Medeiros (2010), que destaca o tráfico de droga como oportunidade de renda para aqueles que estão fora do mercado de trabalho.

Para aqueles que não revendem a droga no local, mas que a consome, também interpretavam a presença da polícia com receio. Cristiano, consumidor da “pedra”, demonstrou intenso receio em ser “confundido” com “traficante”, pois portava no momento da “batida policial” as “pedras” de crack que acabara de adquirir.

Mesmo adquirindo-a para consumo próprio, a posse da substância em meio à situação de comercialização o coloca em condição de risco diante da polícia: uma fácil interpretação e caracterização do usuário de crack como traficante.

Outros aspectos estariam relacionados com sua fácil caracterização como traficante no local para a polícia: o fato de ser pobre, negro/pardo⁵⁰, não possuir escolaridade, residência própria e emprego formal, além de ser consumidor da “pedra”, estar em meio a comercialização da droga e portá-la no momento da “batida policial”. Orlando Zaccone D’Elia (2007), delegado de polícia e cientista político, destaca em seu livro *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de drogas, que tais aspectos servem como elemento de categorização dos suspeitos de tráfico, atuando como elemento de distinção entre usuário e traficante na maior parte das interpretações dos autos infracionais do Rio de Janeiro-RJ. Este autor destaca, assim, essa “confusão” na interpretação entre o usuário pobre e negro (e pardo) com a imagem de quem seria um traficante, enquanto que pessoas de classe média e brancas como usuário, independentemente da quantia da substância encontrada em posse.

Como destaca Camila Giorgetti (2006, p. 20) a pobreza é vista como ameaça que atinge toda a sociedade, necessitando ações de repressão para barrar o contágio e disseminação. As ações da polícia são então estratégias para coagir os pobres. Observa-se que as pessoas sofrem sanções diferenciadas a depender do estilo de vida, poder econômico, cor, gênero, faixa etária e local onde residem e/ou onde foram abordados, sendo as regras e suas punições provavelmente mais severas para uns do que para outros. Uma amostra desse julgamento diferenciado e suas consequências também pode também ser observada no texto de Sá e Neto (2012) sobre a abordagem policial a jovens da cidade de Fortaleza/CE.

Daí o receio de Cristiano em “levar banho” e ser preso. Por isso, ele, os demais consumidores de crack e também aqueles que revendem a “pedra” no local desenvolveram táticas de esconder a substância para não serem pegos em flagrante portando a substância no momento da “batida”. Outras táticas desenvolvidas por aqueles que revendem a “pedra” é o afastamento temporário de tais atividades, colocando outras pessoas para atuarem em seus lugares, despistando a polícia, e/ou migrando o ponto de comercialização. Em ambas as situações surgem novos

⁵⁰ A classificação como negro segue a categorização no movimento negro que considera negro os pardos e pretos categorizados pelo IBGE.

agentes de comercialização da “pedra” no local. Surgiram boatos que o rapaz, objeto de investida policial no momento da “batida” relatada acima, seria um revendedor a serviço de um dos interlocutores da pesquisa presente na “batida”. Este último já estaria sendo alvo da polícia, mas não foi abordado na revista pelos supostos motivos citados pelos interlocutores. Contudo, tal estratégia não evitou que ele fosse preso, o que ocorreu no dia seguinte.

Apesar das constantes “batidas policiais”, estas não inibem a comercialização da pedra no local. Após a saída da polícia, a atividade retorna. Quando as ações policiais se intensificam ou se tornam suspeitos, aqueles responsáveis pela revenda afastam-se temporariamente da função, passam atuar em uma localidade próxima e/ou colocam outras pessoas para atuar. Quando estes são pegos pela polícia, novas pessoas assumem a função. Tal aspecto aproxima-se da dinâmica encontrada por Taniele Rui (2014) ao observar a presença da polícia na chamada “cracolândia” em São Paulo/SP e as consequências disto na configuração e circulação de usuários e revendedores, destacando o desgaste provocado pelas ações ineficientes e atestando o modo como o Estado se faz presente.

O Estado, através de suas políticas públicas e serviços, se faz presente na região do “CTI” principalmente pela via da segurança pública, como nos episódios de ações de repressão policial. Também foi testemunhado (uma única vez durante 01 ano de pesquisa) a ação da assistência social em campo, apenas cadastrando as pessoas que se encontravam em situação de rua, segundo relato dos próprios funcionários entrevistados. Sobre ações de saúde, estas se mostraram distantes do local, não só pela ausência dos agentes comunitários responsáveis pelas abordagens no território, como pelas constantes dúvidas e solicitações de ajuda sobre questões de saúde e acesso a serviços, contrariando as diretrizes do SUS. Apenas o CAPS ad se fez presente no território, porém quando este foi acionado pelos seus usuários (do serviço), mostrando-se bastante solícitos. Disso, podemos perceber que tal lugar e seus frequentadores não constituem em um espaço invisível para os órgãos estatais, e sim indesejável.

Já para Inácio, a presença das pessoas que fazem uso de crack no local, que atraiu a sua comercialização e chamou a atenção da polícia, veio inibir a sua circulação pelo espaço por outros motivos. Para esse interlocutor, o “morador de rua não pode se misturar com esse pessoal”, pois mesmo não sendo consumidor nem revendedor da “pedra” sofre com o preconceito social e violências das revistas

policiais. É importante ressaltar que muitas das pessoas em situação de rua não possuem documentos, necessitam portar consigo armas brancas (facas) para manipulação de alimentos e como proteção de vida. Alguns são “fichados” (possuem passagem pela polícia ou estão foragidos da justiça), fazendo com que tenham receio de serem identificados, terem seus objetos apreendidos e serem presos pela polícia. Inácio alega que tal proximidade pode fazer com que ele seja “confundido” com “bandido”. Segundo esse interlocutor, “sobra para quem não é bandido”, evitando assim circular pelo espaço quando percebe intensificação da comercialização da “pedra” e possível presença da polícia.

A praça da região devido a sua estrutura de sombra, torneiras, bancos e proximidade com o mercado foi por muito tempo espaço que acolhia a população em situação de rua da região, como relatou Donato no capítulo 02. Com a frequência dos “bandidos”, parte dessa população teve que buscar guarida em outros espaços. Para Inácio, o principal motivo seria a ameaça representada pela presença policial, já para Donato, seria os conflitos gerados por diferenças entre os grupos. Donato alegou que constantemente sofria ameaças dos “noiado” que queriam roubar seus poucos pertences, necessitando deslocar-se em busca de melhor proteção e recursos.

Benjamim, por outro lado, destaca o caráter violento da revista policial, não somente pela forma invasiva como seu corpo é tocado, mas principalmente pelo exercício de poder arbitrário empregado pela polícia, onde lhe resta apenas “obedecer às ordens”, sendo aceitável apenas para quem é “bandido”. Como destaca Caldeira (2014):

Práticas de violência e arbitrariedade, tratamento desigual para diferentes grupos sociais, desrespeito aos direitos e impunidade dos responsáveis por esses atos” são práticas constitutivas da polícia brasileira, em graus variados, desde a sua criação (CALDEIRA, apud RUI, 2014, p. 234)

Desse modo, podemos entender a revista policial como sendo o próprio ato de punição para aqueles que adotam comportamentos moralmente desviante das normas, como o consumo intenso da cachaça pelo “papudinho”, da “pedra” pelo “noiado” e da adoção da vida nas ruas. Mesmo tais práticas não constituindo ato delituoso ou crime, aquele que as praticam sofre pela ação policial. A presença da polícia é assim vista como ameaça para os frequentadores do local pois, diante dela,

a maior parte dos frequentadores estão submetidos a sua arbitrariedade. Como nos lembra Foucault (2013) sobre as medidas de punição ao longo da história, estas não são exclusivamente um maneira de reprimir ou impedir que se cometa infração, mas um exercício ou estratégia de poder sobre corpos e almas. “Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições” (FOUCAULT, 2013, p.29), que não se restringe à relação do Estado com as pessoas ou na fronteira de classes, mas está entranhado dentro da sociedade, onde são reproduzidos mecanismo e modalidades do exercício do poder.

O comentário de Inácio e de Benjamim, atesta assim uma distinção entre as práticas dos frequentadores, com isso uma hierarquização dos grupos e conflitos no local. Parte dessa diferenciação reside no envolvimento com práticas ilícitas, distinguindo e classificando as pessoas em “bandido”/“vagabundos”/“homens de bem” e “papudinhos” de “noiados”. Tais categorias atuam na formação de grupos de pessoas a partir de suas afinidades e diferenças que, por sua vez, recai em hierarquizações dos status e no processos de estigmatização de determinados grupos. Observa-se assim a presença de diferentes grupos de frequentadores no espaço que, apesar de assumirem a mesma prática de consumo do “burrinho” de forma diária e fazer do local um espaço de sociabilidade, constantemente se envolvem em conflitos que colocam em evidência suas diferenças.

4.3. “Bandidos”, “homens de bem” e “vagabundos”: os grupos e suas diferenças.

Mesmo o consumo de uma substância ilícita não sendo considerado ato delituoso (BRASIL, 2006), para muitos interlocutores da pesquisa, consumi-la estaria associada à transgressão de uma Lei e envolvimento com o crime. A própria forma de acesso/aquisição, o porte e várias outras formas de manipulação destas substâncias facilmente poderiam ser interpretadas como crime de tráfico, segundo consta o artigo 33 da Lei sobre drogas 11.343/2006, citada acima.

Tal julgamento para alguns interlocutores acontece porque há no imaginário social um deslocamento metonímico do consumo de uma substância considerada ilegal, para o envolvimento com o tráfico de drogas e/ou a adoção de outras práticas ilícitas ou moralmente condenáveis. Por sua vez, tráfico e outras práticas ilícitas

estariam associados à desonestidade e atos de violência, que gerariam desconfiança, aspectos estes bastantes rechaçados pela maioria dos interlocutores.

Vale salientar que aquele que revende a “pedra” e aquele que a consome estão sob meios de regulação do trato comercial ilegal muitas vezes pautados na violência física, já que acontecem fora dos meios estatais de controle. Assim, pela logística que cerca o consumo e comércio da substância ilícita, muitos sofrem e adotam posturas violentas para garantir os acordos de pagamento, fidelidade e honra nessas relações comerciais de compra e venda.

Em relatos da mesma interlocutora citada anteriormente sobre seu cotidiano como usuária e revendedora da “pedra”, ela contara que diante de certos “vacilos”, como não repassar o dinheiro ou a droga, ou até mesmo adquiri-la de outro fornecedor, sofreu inúmeras ameaças com base na violência e tentativas de assassinato marcados em seu corpo. Durante a pesquisa ela mostrara as cicatrizes provenientes de balas de arma de fogo e facadas que sofrera. Contara os motivos, a cena e as consequências desses “vacilos”. Também durante a pesquisa, ela precisou se ausentar devido mais uma ameaça de morte, internando-se em um hospital psiquiátrico por aproximadamente 3 meses, retornando em seguida⁵¹. Tais regras e medidas de controle, assim como eram impostas a ela, também as adotava, assumindo comportamentos baseados na violência com aqueles que cometiam “vacilos” com ela.

Sabemos que a finalidade do estabelecimento de normas e regras sociais se concentra na tentativa de organização e controle da vida em comum, determinando atitudes, situações e comportamentos aceitos, coibindo aqueles considerados inapropriados para determinado grupo social. Aqueles que não pactuam com as normas estabelecidas e atuam de forma divergente aos interesses dominantes (daqueles que estipulam, mantêm e aplicam as normatizações), são considerados desviantes das normas sociais ou “outsiders” (BECKER, 2008).

Quando tais normas estão sob forma de Lei, aqueles que burlam tais regras cometem ato delituoso, assumindo condição de criminalidade e sendo alvo de

⁵¹ A internação em Hospital Psiquiátrico revelou-se em campo como sendo uma estratégia utilizada por vários interlocutores quando ameaçados de morte e necessitando se ausentar do local de convívio e moradia. Para isto, utilizam como discurso a necessidade de parar com consumo intenso e assim conseguir sensibilizar os órgãos estatais para sua internação, visto que tal recurso não seria destinado a esse propósito. No entanto, essa estratégia de manipulação do discurso aparece por conhecerem o discurso institucional e não possuírem outros meios (recurso financeiro, redes de proteção e políticas públicas eficientes de proteção a vida para esses casos) para se manterem longe de seus locais de convívio.

repressão policial. Além disso, ao assumirem atitudes desviantes, essas pessoas sofrem julgamentos de reprovação, não sendo bem vistos pelo grupo social em que está inserido, independente se tais práticas são ilícitas ou não. Para os interlocutores da pesquisa, aquele que assume práticas consideradas de crime e moralmente reprovadas é denominado de “bandido”.

A palavra bandido advém do italiano *bandito*, que significa homem banido, aquele que foi posto fora da lei e da vida social, um marginal e, portanto, tornava-se proscrito (HOBSBAWM, 2015, p.26). Esse “homem banido” é então aquele que não possui o reconhecimento como pertencente a essas relações sociais reguladas pelas normas sociais vigentes. No caso desta pesquisa, não é diferente. Percebe-se, que há uma classificação e categorização das pessoas frequentadoras do espaço definida através da adoção de atitudes que atravessam a licitude/ilicitude das práticas, mas também por outras normas que dizem qual o lugar social que a pessoa ocupa nas relações locais.

“Bandido”, para os interlocutores, aparece em oposição a “homem de bem”, aquele que adota condutas aceitas socialmente, cumprem regras e seguem as leis, pelo menos idealmente. Os “homens de bem” seriam aqueles que se designam como honestos, responsáveis, trabalhadores, que possuem renda e “honra”; principalmente seriam aqueles que fazem usos apenas das substâncias lícitas, pois eles não se relacionariam com o comércio ilegal e não estariam envolvidos com práticas ilícitas. Assim, aqueles que consomem uma substância ilícita, como a “pedra”, cujo acesso está envolto em práticas ilegais e/ou moralmente condenáveis, seria considerado “bandido”, salvo exceções.

Como vimos anteriormente, a polícia, enquanto instituição que poderia prezar pelo cumprimento das normas sociais e segurança dos frequentadores, não é bem quista na localidade, por ela representar uma ameaça. Dessa forma, outras formas de regulação acontecem. Como forma de controle das relações sociais, observa-se que as pessoas desenvolveram códigos de comportamento baseados na “honra” e no “respeito” que garantem minimamente sua proteção e circulação no espaço. Quando as normas estabelecidas não são cumpridas, ocorre o que na categoria nativa é denominado de “vacilo”. Quando isso acontece ou alguém se sente lesado, medidas violentas são acionadas para impor “respeito”, restituir a “honra” e servir como exemplo pedagógico para os demais.

Isso pôde ser percebido durante uma ocasião onde houve um furto no mercado e as pessoas presentes iniciaram uma busca, apreensão e linchamento do suspeito. Vejamos trecho do diário de campo:

Sem saber ao certo o que estava acontecendo pergunto por que tanta correria e gritos a Beto, Danilo e um comerciante local que estavam sentados em um banco da praça. Eles contaram que naquela manhã, por volta das 6:30h, a esposa de um rapaz conhecido na região fazia compras no mercado público e deixou por alguns segundos a sua bolsa no balcão, quando um outro rapaz pegou e a levou consigo, e que logo depois este mesmo rapaz estava na região tentando vender o celular da mulher, e por isso várias pessoas estavam à procura dele para “dar uma lição”. O comerciante conta que “todo mundo conhece ele” [a pessoa acusada de roubo], pois residia na cidade e frequentava o centro. Beto disse que ele “fuma pedra” e costuma fazer pequenos delitos para “manter o vício”, e apesar dos familiares terem residência na cidade, ele permanece dias em situação de rua. Beto também comenta que é preciso “ficar de olho”, tem gente que não é “confiança” e pode ser roubado [...]. Logo em seguida retornaram mais três interlocutores da pesquisa e relataram o que fizeram com o rapaz. Eduardo conta que avistou o rapaz no mercado tentando “repassar” os objetos roubados, então alertou os demais e como todos estavam “revoltados” com a situação, “foram para cima”, o seguraram e iniciaram um linchamento. Felipe [...] comenta que o rapaz tentou fugir, então fechou o portão do mercado para que ele não escapasse, mas os guardas do estabelecimento o seguraram, dizendo que não era para eles fazerem aquilo, que iriam chamar a polícia. Eduardo complementa dizendo que a mulher [a vítima], foi aconselhada pelo marido para que não registrasse queixa, que os guardas o soltassem, deixando-o ir embora com a condição que ele devolvesse a bolsa e o celular. Indago os motivos de deixá-lo ir embora e não chamar a polícia. O comerciante presente respondeu que a polícia deveria “ficar de fora”, o cara é um “noiado”, que a vítima e seu marido também são, “são tudo farinha do mesmo saco”, e que a situação deveria ser resolvida por eles mesmo. Felipe alega que o erro do rapaz foi de ter praticado o roubo “com quem não devia”, dizendo que não se pode “vacilar” com alguém de lá [região do mercado]. Beto continua afirmando que o rapaz é “um pobre coitado”, rouba para sustentar seu “vício” e a família. Diz que a polícia não iria ajudar em nada, que levá-lo à prisão só iria piorar a sua vida e de sua família [...]. Diz também que o linchamento era para deixar claro que ele não fizesse aquilo novamente com pessoas conhecidas, que o “recado” ficaria dado. (DIÁRIO DE CAMPO, 08/01/2015)

Os comentários sobre a situação relatada acima se seguiram com depoimentos de pessoas contra e outras a favor da “lição” através do linchamento dado ao rapaz devido ao “vacilo” e falta de “respeito” com as pessoas frequentadoras do local. Alguns reclamaram por punição mais severa, como espancamento até a morte ou “reclusão perpétua”. Contudo, a maioria opinou a favor da não intervenção da polícia nesse caso, pois a considera “de fora”, desconhecadora do sujeito e sua condição de vida, portanto, distante da realidade local. Mais ainda, a presença da polícia poderia trazer consequências para outros

frequentadores do espaço. Como dito anteriormente, a presença da polícia seria uma ameaça às pessoas e a prisão não iria contribuir em nada na vida do rapaz. Segundo Hobsbawm (1978, p.40)⁵², tais códigos de comportamentos são comuns em sociedades “que não dispõem de uma ordem pública eficaz, ou quando os cidadãos consideram as autoridades como hostis, [...], como insensíveis às coisas que realmente importam [...], ou como a combinação dessas duas atitudes”. Há então a criação de regras próprias em detrimento às dispostas pelo Estado.

O contexto da pesquisa mostra-se então, marcado por tensões advindas das relações de “confiança” e desconfiança, de solidariedade e violência. Um terreno onde não se pode “vacilar”, geralmente associado ao faltar com “respeito”, “humilhar” e delatar; é preciso “ficar de olho, estar atento e vigilante; cujo controle se dá pelos boatos e normas próprias para a convivência e como forma de proteção contra a violência, seja advinda das outras pessoas que frequentam o local ou por parte de medidas repressoras da polícia.

Entretanto, se o uso de tais substâncias psicoativas ilícitas e comportamentos no local não deslizam nessa cadeia de significações citada acima – tornar-se revendedor/“traficante”/criminoso, envolvimento com outras práticas ilícitas e adotar atos de violência - aquele que consome a substância ilegal não é entendido como “bandido”. Reparem que na “batida policial” relatada no início deste capítulo, Cristiano apesar de consumir a “pedra” e portá-la no momento da chegada da polícia, não foi classificado como “bandido” pelos interlocutores da pesquisa presente no grupo. Isso ocorre porque Cristiano possui boa relação com os demais frequentadores da região, trabalha no local lavando carros, não adota comportamentos agressivos, de desonestidade e, aparentemente, não se envolve com outras práticas ilícitas ou condenáveis pelo grupo no local.

Na categoria nativa, “bandido” não reporta todo aquele que comete desvio das normas ou envolvimento com a criminalidade, mas aqueles que, além disso, adotam comportamentos reprováveis pelo grupo, relacionados aos atos de violência e que geram falta de “confiança”. O termo bandido, segundo Houaiss (2001, p.394), corresponde ao “indivíduo que pratica atividades criminosas” e/ou “pessoa sem caráter, de maus sentimentos”. Dessa forma, o termo bandido é frequentemente empregado como qualificativo de pessoas de “má índole” (POMBO, 2011, p. 232).

⁵² O texto refere-se à Máfia Siciliana e, portanto, difere do contexto da pesquisa. Contudo as características citadas acima são facilmente percebidas como semelhantes no contexto observado.

Entretanto, o emprego dessa categoria para adjetivar uma pessoa do campo varia de acordo não só com o perfil daquele que está sendo julgado, mas também de quem os julga. Reparem que o rapaz suspeito do roubo no relato acima foi considerado alguém que descumpriu as regras locais e não era de confiança, contudo, não foi considerado como “bandido” e sim de “noidado”. Várias das pessoas que estavam presente naquele momento são colegas dele e participam do mesmo grupo social, ou seja, consomem a pedra e fazem pequenos delitos no local. Para estes, ele não é “bandido”, assim como eles não se julgariam bandidos, mas provavelmente em outro momento ou outras pessoas os julgariam desta maneira. Um outro aspecto que o levou a não ser julgado como “bandido”, é que esta é uma categorial geral para todos aqueles que não são de confiança e praticam crimes. No caso do rapaz, ele faz uso intensivo da “pedra”, não sendo conhecido como alguém de “má índole” e sim um “coitado” vítima do “vício”. O termo “noiado” será melhor descrito no subitem posterior.

Sendo assim, “bandido” aparece como uma categoria situacional, que varia de acordo com o perfil daquele que é julgado, de quem julga e da situação ocorrida, mas principalmente para designar aqueles de “má índole” (POMBO, 2011) ou com “maus sentimentos” (HOUAISS, 2001), e como forma de desqualificação social.

Além disso, a condição de bandido precisa ser pensada dentro das ordens sócio, econômica e política vigentes, as quais apontam para o lugar social que estas pessoas ocupam. Tratam-se de pessoas cuja a simples existência implica um desafio a ordem social e, portanto, está circunscrita no contexto de poder e controle. Bandidos como aqueles que resistem a obedecer e que tentam escapar dos poderes institucionalizados, sendo eles próprios detentores de poder (HOBSEBAWM, 2015). Por isso, para alguns sua condição adentra a lógica da criminalidade ditada pela lei, para outros, são “pobres coitados” tentando sobreviver e/ou até mesmo como modo de resistência de sua comunidade (classe, grupo social, etc) diante da ineficácia do sistema estatal de garantias de direitos. Segundo Hobsbawm (2015, p.45) os bandidos são “homens que se veem excluídos da trajetória habitual que lhes é oferecida [no nosso caso, de atuarem em profissões desvalorizadas socialmente, baixa remuneração e alta carga horária, por exemplo], e que, por conseguinte, são forçados à marginalidade e ao crime”. Seriam aqueles que adotam uma postura ativa diante de seu contexto de marginalização.

Já “vagabundo” seria um termo usado para qualificar algumas pessoas em situação de rua da região. Renato, em discussão na mesa do bar, relatado no capítulo 03, exclamou: “Isso é um vagabundo!”, referindo-se a Donato, por este viver em situação de rua. Para este interlocutor, o morador de rua não merece “respeito” porque abandonou a família e suas responsabilidades, não possui renda fixa e necessita contar com auxílio de outras pessoas. Apesar do termo “vagabundo” ser comumente empregado para qualificar o morador de rua, a maior parte dessas pessoas desenvolve algum tipo de trabalho e renda e possui vínculos familiares, como Donato, Gabriel, Ítalo e outros⁵³.

Camilla Giorgetti (2006) em um estudo comparativo acerca das representações sociais dos moradores de rua nas cidades de São Paulo/Brasil e Paris/França, encontrou que tal termo “vagabundo” aparece associado à ideia de preguiçosos e criminosos pelos policiais e pessoas com menos escolaridade. Para alguns interlocutores da pesquisa, aparentemente não há uma associação com a preguiça, já que a maioria dos interlocutores do “CTI”, pelo seu estilo de vida, também não possui atividade rotineira de trabalho. O que está em jogo é a questão da “responsabilidade” de sustentar as relações familiares, culminando na sua ida para as ruas. Além disso, pelo fato de não possuírem uma renda fixa, supõem-se que vivem do dinheiro dos outros (caridade) ou praticam pequenos furtos. Desse modo, alguns frequentadores do “CTI” que possuem renda, residência e mantêm vínculos familiares, criticam o modo de vida daqueles que se encontram em situação de rua, distinguindo-se destas.

Essas categorizações dos frequentadores atuam nas formações dos grupos e sociabilidades do “CTI”. Partindo de conceitos básicos de Barth (2000) em seu texto Os grupos étnicos e suas fronteiras, podemos fazer um paralelo para pensar acerca da formação dos grupos de usuários de drogas do referido território. Vale salientar que os grupos de frequentadores do “CTI” não são uma categoria étnica/cultural, contudo, tais conceitos trazidos pelo autor podem auxiliar na compreensão acerca da formação dos grupos de forma geral, com aproximações pertinentes e distinções necessárias diante do objeto/sujeitos em questão.

Segundo esse autor, a formação de grupos ocorre com base nas suas diferenças sociais. É a partir da percepção dessas diferenças que se fabrica e

⁵³ No capítulo 02 foi apontado que tais características também aparecem em pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (BRASIL, 2008).

reelabora a individualidade diante de outros com quem se mantém interação social. Isso porque a construção da identidade de uma pessoa se dá pela relação com os outros e na sua entrada com os sistemas de representação simbólica (como a cultura e linguagem), possibilitando ao sujeito a percepção da diferença e semelhança entre sua imagem e a do outro (LACAN, 1998). Essa construção da identidade acontece num processo constante de identificação ao longo da vida, tecendo diferentes partes de um eu. À medida que o contato da pessoa com sistema de significações e representação cultural se multiplica, aumenta-se a possibilidade dessa pessoa se identificar (HALL, 2006) e, ao mesmo tempo, distinguir-se.

Sendo assim, a distinção entre categorias/grupos não se daria apenas pelas semelhanças no grupo e pela presença de características pré-definidas, concebidas como sendo típicas de uma determinada cultura (esta enquanto modo de descrever o comportamento humano e práticas sociais). Mas também pelas diferenças destacadas como elementos de distinção que delimitam os grupos (BARTH, 2000), como se observa na discussão sobre “bandido/homens de bem/vagabundo” e “noiado/papudinho”.

Nota-se que os próprios integrantes dos grupos, em sua participação no cotidiano das relações, elegem esses elementos de diferenciação, de inclusão e exclusão, que organizam a interação entre as pessoas no interior de cada grupo e com os outros grupos de frequentadores da região. Entre os elementos que diferenciam esses grupos e suas práticas, estão: interesses e preferências; a adoção ou não de práticas ilícitas e/ou moralmente reprováveis; o tipo de substância psicoativa consumida; o perfil dos consumidores (se tem residência, se está em situação de rua, idade, sexo, etc); suas crenças, valores e modos de vida. Tais características tanto servem de identificação dos elementos comuns, assim como os aspectos de distinção diante dos outros.

Esses grupos estão em constante reformulação diante das situações que lhe são impostas, como a chegada de novos integrantes e saídas de outros após divergências e atritos no interior do grupo ou em relação a outros grupos. Observa-se, assim, uma certa maleabilidade das características internas dos grupos diante das constantes mudanças de seus integrantes e da dinâmica local, que vão se adaptando ao grupo, ao mesmo tempo que o grupo assume novas configurações a partir das características de seus integrantes. Contudo, essas características citadas

acima são “marcas simbólicas” que servem para diferenciar um grupo do outro (HALL, 2006, p.63).

Entretanto, outras categorias aparecem em campo acerca dos frequentadores do espaço, como pode ser visto na batida policial. São os “papudinho” e “noiadas/noiados”.

4.4. Entre “papudinhos” e “noiados”⁵⁴: o consumo de substâncias psicoativas e conflitos locais.

Como alega Everaldo no relato sobre a “batida policial”, não fomos revistados porque só havia “papudinhos” no grupo, ou seja, “cachaceiro”, segundo Benjamim. Como citado no capítulo 02, “papudinhos” são aqueles frequentadores do “CTI”, do sexo masculino, que fazem consumo intenso e diário do “burrinho” (cachaça), e devido tal tipo de consumo desenvolveram complicações de saúde, resultando no inchaço do papo/pescoço.

Além disso, Benjamim fez uma outra diferenciação entre os integrantes do grupo no momento da “batida”, desta vez entre os códigos que demarcavam minha aparência e lugar nas relações do grupo daquelas entendidas como “noiadas”. Para os interlocutores da pesquisa as “noiadas” são as mulheres frequentadoras regulares do espaço que consomem a “pedra” no local. Entretanto, nem todas as mulheres com tal perfil são denominadas de “noiadas”, apenas aquelas que fazem consumo intenso da “pedra” de crack, geralmente jovens, e que se envolvem em práticas ou comportamentos considerados moralmente reprováveis, como o uso de roupas curtas e comportamento sexual exacerbado, brigas, pequenos furtos, entre outros. Esses comportamentos são interpretados como “vacilos”, e aquele que o adota passa a ser julgado como não sendo de “respeito”.

Além disso, tal termo, “noiada”, aparece como forma de relacionar o consumo do crack e seus efeitos ao desenvolvimento desses comportamentos. Certa vez, Renato comentou que emprestou sua bicicleta para Isadora, e esta retornou ao bar

⁵⁴ Adotei o termo no masculino devido à proporção de pessoas do sexo masculino que são assim caracterizados no local. Como vimos no capítulo anterior, trata-se de um espaço de sociabilidade marcadamente masculino, porém, há em campo a presença de ambos os sexos que desenvolve tais práticas que os caracterizam como “noiados” e “noiadas”. Contudo, não ouvi referência a expressão “papudinho” na variação feminina. Não há, portanto, termo para designar mulheres que fazem consumo intenso do “burrinho”. Mais ainda, não há em campo “papudinho” do sexo feminino. As mulheres frequentadoras não são assim classificadas e categorizadas.

sem ela. Ele então afirmara: “isso é uma noiada, deve ter repassado a bicicleta para pagar dívidas ou trocar por pedra”. Nota-se que a “noiada” seria então aquela que, pelo consumo intenso da “pedra”, passou a “vacilar” e perdeu o “respeito”.

O mesmo se refere para aqueles do sexo masculino. Quando, aquele que consome a “pedra” regularmente é conhecido por cometer “vacilos”, ou seja, atitudes reprováveis pelo grupo, não sendo de “confiança”, mas necessariamente não estando envolvidos com atos de violência e relacionados à “má índole”, consequentemente não são interpretados como “bandidos”, mas como “noiados”.

Percebe-se assim que tal termo aparece como forma de ofensa moral e depreciação do sujeito, diferenciando-o das demais pessoas consumidoras da “pedra”. Frúgoli e Spaggiari (2013) ao estudarem a Região da Luz em São Paulo, encontraram como categoria nativa o termo “nóia” na designação dos usuários de crack. Nesse estudo, para os usuários de crack o “nóia” é aquele que perdeu a “dignidade” a partir de um uso que os levaram a perda de discernimento e atitudes de reprovação do grupo, assemelhando-se, portanto, ao termo encontrado no campo desta pesquisa⁵⁵. Sendo assim, “noiado” serve para diferenciar não só os consumidores da “pedra”, mas também dos demais frequentadores do espaço.

Nota-se através desses termos, “papudinho” e “noiado”, que há uma caracterização, classificação e categorização dos frequentadores baseado nos comportamentos (lícitos/ilícitos/“vacilos”) e também nas substâncias psicoativas de uso. Quanto ao tipo de substância consumida, para aqueles fazem uso preferencial ou exclusivo da bebida alcóolica, tanto as pessoas em situação de rua, como trabalhadores e residentes da vizinhança, colocam o álcool e seu consumo como elemento de distinção entre os grupos a partir do valor simbólico que a substância representa. Além de ter seu consumo incentivado como forma de virilidade, seus consumidores não necessitariam assumir comportamentos lícitos nem envolvimento com o crime para ter acesso à droga. Assim, as bebidas alcóolicas além de serem uma substância legalizada e regulada pelo Estado - onde se adquire em estabelecimentos comerciais, com suas formas de pagamento e cobrança dentro da legalidade – é socialmente aceitável e se configura um elemento de status ou hierarquia.

⁵⁵ “Nóia” e “noiado” são categorias nativas decorrentes de são abreviaturas do termo paranoia, um dos efeitos relatados por aqueles que consomem a pedra de crack.

Como exposto anteriormente, o “burrinho” é um aguardente de alto teor alcoólico e baixo custo, bastante consumido no “CTI”. Vendido em embalagens de 480ml é acessada facilmente em estabelecimentos comerciais, como supermercados e bares da região. O “burrinho” e outras bebidas alcóolicas, para a maior parte dos interlocutores e frequentadores do espaço não é considerada uma “droga”, e sim uma bebida. Um produto alimentício com características particulares, consumida intencionalmente para atingir o estado de embriaguez, seja com intuito de controlar os sintomas da abstinência e/ou como meio de engendrar a sociabilidade, manter vigília, entre outras intenções. Como alega Donato: “bebo para ficar bêbo”.

O “fumo” ou cigarro (de tabaco), também uma substância lícita e regulada pelo Estado, foi pouco relatado pelos interlocutores da pesquisa, pois este não é visto como substância que gera alteração dos sentidos, e sim como: hábito ou vício; misturados a outras substâncias como a maconha e o crack, este último conhecido como “mesclado”; e principalmente como acessório ao uso de outras substâncias, como disfarçar o cheiro característico da maconha e obter cinzas para o cachimbo do crack.⁵⁶

O consumo da maconha, neste cenário de uso intenso da cachaça, descuido com a alimentação e saúde, tem seu aspecto “natural” enfatizado e dispositivo importante para aumentar o apetite daqueles que se encontram em estado de debilidade física e como forma de reduzir os danos de tal consumo. Segundo Danilo:

A maconha é droga, mas faz bem, não é química, é natural e aumenta o pequite [apetite]. A pessoa fuma, dá pequite e vai comer! (DANILO).

Porém, tal substância é entendida como “droga” pelo seu caráter ilícito. Assim, o “pó” (cocaína em pó) e a “pedra” de crack (cocaína misturada a outros aditivos) aparecem no campo como fazendo parte desse arsenal de substâncias consideradas “drogas”. Outras formas de uso da cocaína e outras substâncias, como heroína e cocaína injetada, por exemplo, foram pouco relatadas.

Já os “comprimidos”, medicamentos psicotrópicos empregados para os mesmo fins (auto prescritivo e auto satisfação/prazer), aparecem ora como droga,

⁵⁶ Um dos rapazes, que se considerava um “andarilho” e estava de passagem por Cabedelo/PB, comentou usar o cigarro para fazer cinzas, elemento necessário para o uso da “pedra” em cachimbos ou na latinha, o que foi corroborado por outros presentes no momento do relato.

ora como remédios. Chamados pelos nomes comerciais (Rupinol®, Bentyl®, etc) ou apelidos, como por exemplo, “aranha” (Artane®), geralmente são consumidos junto a bebidas alcóolicas para potencialização dos efeitos desejados. Essas medicações psicotrópicas são de uso contínuo, e por isso possui um potencial de dependência, sendo sua prescrição, distribuição e comercialização alvo de controle. São as chamadas tarjas pretas. Contudo, essas medicações circulam clandestinamente. Segundo alguns interlocutores, elas são conseguidas através de pessoas conhecidas (ou de terceiros) que repassam ou comercializam comprimidos que receberam da rede farmacêutica pública, através de receitas médicas, ou por vias ilícitas, assim com as “pedra”⁵⁷. Esse tipo de aquisição não exclui, portanto, a comercialização ilegal, porém, como essas substâncias são empregadas e interpretadas como medicamentos, e com isso são socialmente aceitas e até incentivadas em uma sociedade que cultua a medicalização da vida, o seu consumo, manipulação e distribuição no campo não aparece envolta em um discurso que as considera ilícitas, portanto, como uma droga.

Entretanto, em uma situação específica o relato desse tipo de uso de “comprimidos” apareceu como sendo uso de “drogas”. Em meio a uma discussão que sugiu em grupo sobre as experiências na rua e uso de drogas, iniciou-se uma certa disputa pelo status transgressor e possuidor da “malícia” das ruas. Danilo, diante dos relatos dos demais, comentou acerca de um episódio em que ingeriu Bentyl® com álcool, quando mais jovem:

Uma vez eu cozinhei miojo [macarrão instantâneo] com água do sanitário. Meu irmão viu, e foi aí que descobriram que eu usava drogas. (DANILO).

Percebe-se, a partir de tal discussão, que o “comprimido” apareceu como uma “droga” apenas quando houve o intuito de enfatizar o caráter transgressor ou ilícito de tal prática por este interlocutor diante dos outros. Como alguns dos interlocutores da pesquisa e frequentadores do espaço já passaram por instituições públicas que lidam com as políticas ADs (álcool e outras drogas), principalmente do campo da saúde e assistência, conhecem os discursos institucionalizados sobre o assunto,

⁵⁷ Ouvi por diversas vezes alguns interlocutores relatarem que em situação de crise de abstinência, insônia, pânico e até mesmo estados psicóticos, foram medicados por parentes que conseguiram uma medicação com vizinhos, amigos e outros familiares. O mesmo ocorre com outros tipos de medicações e intenções de usos. Assim, a aquisição dessas substâncias segue uma rede informal de trocas e distribuição que burla ou transcende as medidas instituídas de restrição do uso e aquisição pelo Estado.

geralmente pautados pelo conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo a OMS (1981), a droga é entendida como uma substância externa, natural ou sintética, que no organismo vivo altera pelo menos duas de suas funções fisiológicas. Já as drogas psicotrópicas, também não produzidas pelo próprio corpo, seriam aquelas que ao serem consumidas atingem o sistema nervoso central, alterando as funções de percepção, humor, vigília e consciência (OMS, 1981).

Tal conceito de cunho farmacológico ou sob a perspectiva da composição e interação química, abarcaria assim inúmeras substâncias, seus diferentes efeitos e finalidades de uso, como os medicamentos, alimentos, venenos, entre outros. Assim, foi comum alguns interlocutores relatarem as bebidas alcóolicas, o “fumo” ou cigarro de tabaco e medicamentos psicotrópicos como drogas. Porém, no cotidiano eram frisadas diferenciações, apontando as drogas como substâncias não legalizadas e envolvimento com a criminalidade. Donato, em uma discussão em grupo sobre suas experiências com as substâncias psicoativas relatou que “o álcool também era uma droga”, e em várias outras situações se diferenciava de outros frequentadores, usuários de substâncias ilícitas, alegando não usar “drogas”, apenas beber, como forma de atestar o seu não envolvimento com a criminalidade. Para ele, fazer uso de “drogas” é estar envolvido com a criminalidade.

Observa-se, portanto, que no campo de pesquisa, o entendimento sobre o que seria uma droga apresenta outros elementos que a faz se distanciar de tais concepções do campo da saúde, não podendo conceber como “drogas” toda e qualquer substância psicoativa, como sugere conceituação trazida pela OMS. O termo “droga” em campo é empregado para designar apenas algumas substâncias psicoativas, aquelas utilizadas de forma auto prescritiva e intencionalmente para alteração dos sentidos/percepção/consciência (vigília, sono, desinibição, euforia, etc) e fonte de satisfação e prazer. Contudo, nem todas as substâncias com tais características e intenções de usos são entendidas como “drogas”, o que se restringe àquelas consideradas proibidas pelos órgãos estatais de controle e regulação, as denominadas drogas ilícitas (ilegais).

Mais ainda, o termo “droga” está associado diretamente ao modo de uso dessas substâncias e quem as consome, o “ethos” que circunscreve a substância e seu consumo, no sentido trazido por Gilberto Velho em entrevista à Fiore sobre o tema (VELHO, 2008). Nesse sentido, tomam-se as “drogas” como sendo substâncias psicoativas ilegais, diferenciando-se então das demais substâncias

psicoativas legalizadas e socialmente aceitas, como as bebidas alcóolicas e as medicações, mesmo que consumidas para mesmos fins de alteração da percepção/consciência, acesso ao prazer e usufruto de espaços de convivência em comum. Percebe-se, portanto, que há uma classificação dessas substâncias e seus consumidores definida através de sua licitude/ilicitude.

Essas diferenciações sobre conceituações do que viria ser a droga também aparece em Fiore (2004) acerca das percepções dos médicos sobre o assunto. Ele identificou três categorias: as drogas como sendo substâncias psicoativas ilícitas (cocaína, maconha, crack, etc); as bebidas alcóolicas e o cigarro como substâncias psicoativas lícitas (álcool e tabaco); e os remédios como medicamentos receitados ou não por um médico. Tal percepção sobre as drogas, trazida por este autor, mostra-se similar ao que se apresentou no campo, demonstrando assim uma macro concepção que faz parte o imaginário social sobre o tema.

Esse modelo normativo acerca das drogas, lícito/ilícito, destacado neste momento, é bastante reiterado por algumas teorias sobre o tema, nas vias midiáticas, em algumas políticas públicas e nas micro relações cotidianas. Nesse sentido, é preciso destacar esses aspectos morais e legais das concepções sobre essas substâncias, que foram apropriadas e reinventadas pelos sujeitos da pesquisa, pois elas revelam o lugar social que tais substâncias ocupam em seus cotidianos. Temos então, que no cotidiano das relações do “CTI”, em seus acontecimentos individuais e interacionais situacionais, emergem elementos normativos que apontam a sua relação com as dimensões mais amplas da sociedade (PAIS, 2003).

Desse modo, não podemos considerar as substâncias psicoativas que aparecem em campo apenas como um dispositivo que gera a alteração dos sentidos, desagregando das mesmas seu valor simbólico. Elas são investidas de valores, crenças e morais que determinam sua distinção frente a outras substâncias, também psicoativas. Assim, tanto na situação da batida policial e nas diferenciações apontadas pelos interlocutores da pesquisa, é possível observar em que se apoia o entendimento acerca das drogas, destacando nesse contexto o marco legal como elemento que classifica as substâncias psicoativas e, que por sua vez, organiza certas interações cotidianas.

Como qualquer objeto ou fenômeno, as substâncias psicoativas são investidas simbolicamente, atravessadas por significantes e representações sociais

que marcam o seu lugar e papel na sociedade, e também daqueles que as usufruem. Assim, o consumo dessas substâncias atua na construção das identidades das pessoas, pois elas funcionam como elementos de pertencimento, e o consumo de qualquer objeto na sociedade contemporânea ocidental atua como forma de se localizar e classificar o mundo (SAPORI E MEDEIROS, 2010).

Dessa maneira, a substância de consumo é colocada como objeto de categorização simbólica, servindo intencionalmente para marcar o pertencimento a determinado grupo ou classe, como nos lembra Bergeron, (2012) acerca das funções da droga em diferentes culturas. Entretanto, não é apenas a substância em si ou seus efeitos no corpo que serve como aspecto de interesse, elemento de identificação e para diferenciar as pessoas. Ela está relacionada a uma série de representações sociais, práticas, valores e gostos, tanto acerca da substância consumida quanto daquele que a consome. Assim, tais características influenciam na escolha do produto consumido e grupos de pertencimento.

Observa-se que as pessoas vão identificando os códigos comuns que caracterizam os grupos e suas práticas, passando a se reconhecerem como pertencentes a determinado grupo e não a outro. O sentimento de pertencimento e de reconhecimento possibilita às pessoas estabelecerem redes de relações mais próximas entre aqueles a que se julgam semelhantes. Dessa maneira, elegem códigos, normas de conduta⁵⁸ e pertencimento ao grupo, assim como os símbolos de suas práticas. Poderíamos inferir que um desses símbolos encontrados é a substância de consumo, em especial o “burrinho” ou a “pedra”, que caracterizam os “papudinhos” e os “noiados”, que por sua vez, relacionam-se com suas práticas que distinguem os “bandidos” dos “homens de bens”.

4.5. A substância psicoativa como elemento de status e hierarquização entre os grupos de frequentadores do “CTI”.

A substância de consumo enquanto elemento de distinção pressupõe uma relação não só de diferenciação, mas de valorização, hierarquia e status de determinado grupos. No caso do álcool, essa substância é popularmente consumida, e se tratando da região investigada a referida bebida alcóolica é de baixo custo e

⁵⁸ Algumas dessas regras comuns aos diferentes grupos de consumidores estão descritas no capítulo 01, como o não “vacilar”.

qualidade. Não há assim um valor a partir da relação custo e disponibilidade que dão exclusividade e sofisticação a certos produtos, como por exemplo, os aspectos distintivos empregados no consumo de certos vinhos ou marcas de outras bebidas.

Nesse sentido, o álcool se torna elemento de distinção de status e hierarquia entre os grupos a partir da aceitação social desta substância em relação a outras, ou melhor, a partir da sua licitude. Os “papudinhos” colocam o fato do consumo de uma substância lícita como forma atestar sua honra como “homem de bem” diferenciando-se dos “bandidos” - já que teriam boa índole e não estariam relacionados a práticas ilícitas para ter acesso a substância - e dos “noiados”, que seriam desonestos e não confiáveis.

Desse modo, esses interlocutores da pesquisa acreditam merecer mais respeito do que aqueles que assumem o uso de “drogas”. Estes, além de serem encarados como pessoas desviantes das normas sociais por fazerem uso de uma substância ilícita, estariam envolvidos de alguma forma com a criminalidade para ter acesso a substância. Em seus discursos pode-se perceber uma certa rejeição à prática dos outros, atribuindo a eles uma inferioridade na escala de “respeito”, status e poder.

No relato da batida policial, observa-se que ser “confundido” com “bandido” gera preocupação para aqueles que se nomeiam “homens de bem”. Isso ocorre não só pelo ato em si da revista, descrito como um ato de violência, mas também por representar uma “humilhação” só aceitável para aqueles que são “bandidos”. Para alguns dos interlocutores a presença da polícia é necessária para coibir e afastar os indesejados, aqueles que marcam com suas impurezas o espaço. Donato certa vez comentou que era preciso a intervenção da polícia porque desde que os “bandidos” ocuparam o local com a revenda da “pedra”, o espaço tornou-se violento e, aqueles que viviam em situação de rua que não queriam “se misturar”, tiveram que migrar para outros locais.

Assim, para alguns interlocutores, a polícia é bem vinda para afugentar os “bandidos” e estabelecer a ordem no espaço, pois os “bandidos” não merecem o “respeito” e podem passar pela humilhação e violência de uma revista policial. Assim, ser confundido com “bandido” e passar por uma revista policial é então ser inferiorizado na relação de status social local. É se igualar a um outro.

Por outro lado, há também uma diferenciação e hierarquização entre os frequentadores que fazem uso de substâncias ilícitas, mesmo se tratando da mesma

substância, como no caso do crack e os “noiados”. Aquele que atribui ao outro a designação de “noiado”, segue a mesma lógica de julgamento e hierarquização referida ao “bandido”. O “noiado” é aquele que não merece o “respeito”, estando em nível inferior da escala de status. Temos então que aqueles que julgam tendem a atribuir características positivas a suas crenças, atitudes e comportamentos, entendendo estas como as corretas, enquanto tendem a considerar as do outro como aquelas que possuem características negativas e ameaçadoras, sendo, portanto, erradas. Como nos lembra Becker (2008, p.17) “observa-se com facilidade que diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes” e, portanto, as regras geralmente serão criadas por uns para serem impostas aos outros (ELIAS E SCOTSON, 2000).

Essas características descritas acima servem, portanto, para demarcar a distinção entre os grupos e colocar em evidência a superioridade de um grupo diante dos outros. Assim, “noiados”, “papudinhos” e outros frequentadores do espaço que possuem residência consideram aqueles que se encontram em situação de rua socialmente inferiores, diferenciando-se a partir da ênfase dada à falta de moradia, trabalho e família, enquanto padrões de normatividade, moralidade, responsabilidade e poder econômico. Isso ocorre mesmo quando eles se encontram em situação semelhante: perda do emprego, conflitos familiares, se veem sem residência própria, passando a morar com parentes, etc. Como pode ser percebido no capítulo 03 acerca da discussão entre Renato, Benjamim e Donato.

Além disso, parte da população em situação de rua da região tem dificuldade para fazer a higienização do corpo e dos alimentos de consumo. Alguns se estabelecem nas calçadas do mercado, próximo do local onde são depositados dejetos da feira e preparam a comida no próprio chão, sejam eles alimentos frescos ou aquelas frutas, verduras e partes de animais não vendáveis, descartados pelos feirantes (amassados, estragados, vísceras de animais, etc). Muitos, pela condição de infraestrutura (banheiros próximos, poucas roupas para serem lavadas, dificuldade de acesso a torneiras, etc) ou por debilidade física e cognitiva, assumem uma higiene descuidada para os padrões socialmente recomendáveis. Alguns desses desenvolvem doenças a partir do seu estilo de vida, higiene e falta de acesso a serviços públicos de saúde, apresentando-se em situação de grande degradação.

Dessa maneira, sujeira, lixo, doença e degradação se colocam como aspectos que caracterizam parte das práticas dessas pessoas do “CTI”, tornando-se significantes que remetem a alguns dos frequentadores que desenvolveram o uso intenso (diário e compulsivo) do “burrinho” e da “pedra”. Isso, principalmente acerca daqueles que se encontram debilitados fisicamente, socialmente e emocionalmente em decorrência desse tipo de consumo, em especial as pessoas em situação de rua. Honório, um dos interlocutores da pesquisa, dono de um bar e consumidor diário da cachaça, comentou certa vez:

Não adianta conversar com essa muniça, bando de bêbados sujos!
(HONÓRIO)

Em alguns comentários como este citado acima, pode-se perceber que o morador de rua é visto como aquele que “suja” simbolicamente o espaço, estando em uma condição diferente dos outros frequentadores, até mesmo de não-humanidade. Certa vez, Danilo, inconsciente devido ao intenso consumo de álcool, encontrava-se deitado no chão em frente a um estabelecimento comercial, quando o proprietário, ao vê-lo, jogou um balde de água sobre o corpo de Danilo, que pouco se movimentou. Esse proprietário, reclamando em voz alta acerca do estado do referido interlocutor, do seu mau cheiro, da sua aparência e degradação do corpo, exclamou: “parece um animal!”, comparando-o com os cachorros que habitavam a região. Diante de tal situação alguns presentes no momento riram, outros tentaram acordar Danilo, uns ficaram indignados e Ítalo atestou a situação, dizendo: “É desse jeito!”

Como vimos anteriormente, apesar do consumo da bebida alcóolica e participação nas relações do “CTI” serem elementos comuns que agregam esses diferentes tipos de frequentadores, observa-se que as diferenças entre consumir bebidas alcóolicas e fazer uso “drogas”, a adoção de práticas consideradas desviantes das normas sociais, moralmente condenáveis ou ilícitas, entre outros aspectos, apontam para as características de distinção e hierarquias sociais no “CTI”. Estes elementos foram destacados de seus estilos de vida nas ruas para além do consumo intensivo e regular de substâncias psicoativas.

Sendo assim, outros elementos estão envolvidos na caracterização e hierarquização dos grupos de frequentadores, como suas condições sociais (moradia, família e renda), faixa etária, padrão de higiene, sexo, entre outros, como

vimos até então. Esses elementos demonstram como as pessoas se auto atribuem, atribuem aos outros e recebem atribuições dos outros de características que demarcam essa distinção, ao mesmo tempo que apontam características de pertencimento aos grupos de identificação.

Do mesmo modo, observa-se que a valorização dessas diferenças revela uma hierarquização de poder entre os interlocutores, que se dá através do destaque dado aos aspectos negativos identificados e empregados no processo de estigmatização de um grupo sobre outro. Tais aspectos negativos tanto ameaçam a “honra” particular de cada sujeito, como a integralidade das relações locais.

Segundo Elias e Scotson (2000), a estigmatização não ocorre a partir de comportamentos isolados, qualidades e características individuais dos sujeitos, mas por estes pertencerem a um grupo coletivamente considerado por outro como diferente e em posição de poder inferior a outro. Essa inferioridade na escala de poder entre os grupos é assimilada pelos seus integrantes como questão de valor humano, justificada pelos aspectos negativos que são ressaltados e atribuídos a esses grupos. Esses aspectos negativos são incorporados ao grupo a partir da amostra de pelo menos um sujeito que apresenta tais características ou de situações assim caracterizada, sendo logo considerado o sujeito/situação padrão e representante do grupo.

Nesse sentido, podemos perceber que não é o atributo consumir substâncias ilícitas ou lícitas (cachaça ou a “pedra”), ter moradia ou estar em situação de rua, que coloca o sujeito numa situação de estigmatização, e sim o fato de estar inserido em um grupo, cujo conjunto de características associadas são avaliadas como negativas socialmente e depreciativas do ser humano. Tais aspectos se somam para fomentar, justificar e reforçar a estigmatização de certos grupos (ELIAS e SCOTSON, 2000).

No contexto da pesquisa, os “papudinhos” parecem oferecer menos ameaça à sociedade, do que aqueles tidos como “noiado”. Estes representariam mais fortemente a marca de degradação não só física, mas principalmente, moral. Por isso, o “noiado” é percebido como ameaçador à sociedade. Entretanto, observa-se que a população em situação de rua estaria numa situação de menor prestígio e status na escala social, portanto, numa maior fragilidade de poder. Esta população, pela sua condição de pobreza, adoção de práticas e estilo de vida moralmente condenáveis - como fazerem consumo intenso do “burrinho”, da “pedra” e/ou outras

substâncias, rompimento com as normas de higiene e de saúde, não manterem vínculos familiares regulares, não possuírem trabalho e renda fixa, alguns com envolvimento com a criminalidade, etc – estariam assim agregando os principais símbolos desse processo de estigmatização, e conseqüentemente, seriam alvos principais do preconceito, discriminação e desrespeito.

Segundo MacRae (2013, p.13) “os grupos sociais mais excluídos e marginalizados, como os moradores de rua, continuam a ser os mais prejudicados tanto pelo uso abusivo de crack quanto pela miséria e pelo abandono social”. O autor se refere neste trecho especificamente ao uso de crack, mas poderíamos aqui inferir o usos de outras substâncias, como atesta o campo desta pesquisa e a associação realizada entre esta população e consumo de drogas no imaginário social (GIORGETTI, 2006). Como sabemos, o mercado interfere no uso das substâncias de acordo com o momento, o local e acesso, como pode ser visto ao longo da história, em relação aos impactos do uso da heroína⁵⁹, da cola de sapateiro, do álcool e tantas outras utilizadas em meio público por esta população (NUÑEZ, 2013). Mudam-se as substâncias, mas suas situações de intensa vulnerabilidade social, física e emocional atravessam o tempo e o espaço, que apontam para questões sociais mais amplas.

Entretanto, não só a população em situação de rua, mas também os demais frequentadores do “CTI”, identificados como “vagabundo”, “papudinhos”, “noiados” e “bandidos” seriam então aqueles que passariam pelo processo de estigmatização. Essas são pessoas que de algum modo passaram por um processo de rompimento com as normas disciplinares e com uma série de técnicas corporais normatizadoras, como a do cuidado do corpo, do consumo, do andar, etc. (MAUSS, 2003; FOUCAULT, 2013). Pessoas que pela sua aparência, comportamentos e práticas são vistas como indesejáveis socialmente e, de alguma forma, representam ameaça. Elas são vistas com antipatia, como sendo ameaçadoras e “marginais”, sofrendo assim estereotipagem e desqualificação social (PAUGAN, 2003), carregando no corpo os estigmas sociais que tentam justificar meios de segregação.

Observa-se que, no contexto da pesquisa, o consumo de substâncias psicoativas não é considerado um comportamento desviante das normas locais.

⁵⁹ Uso de heroína pela população em situação de rua possuiu mais expressividade nos países Europeus e EUA. No Brasil, apesar de sua incidência e relevância, as outras drogas citadas acima foram mais visíveis aos olhos da população em geral.

Pelo contrário, a sociabilidade em torno do consumo da bebida e estilo de vida boêmio são os aspectos que os unem e fez surgir o “CTI” enquanto espaço concreto e simbólico. Contudo, os aspectos como sujeira, doença, desonestidade, criminalidade e violência, aparecem como elementos negativos que marcam os corpos e histórias de vida de parte dos interlocutores.

A categorização enquanto “papudinho”, “noiado/noiada”, usuário de “drogas”, “vagabundo” e “bandido” aparecem como características estigmatizantes, que não estão para todos frequentadores. Essas terminologias são empregadas por uns para designar apenas aqueles que se encontram marcados por esses estigmas, aquelas pessoas que se localizam em situação de poder inferior, por identificarem nelas os signos dos aspectos negativos que demarcam essa diferença.

Os estigmas são então esses elementos que servem para identificar quem faz parte ou não dos grupos de pessoas estigmatizadas, separando-os dos demais e demarcando seu lugar de inferioridade na relação de poder existente entre os grupos sociais.

Os gregos criaram o termo “*stigma*” para referir-se a signos corporais (cortes ou queimaduras no corpo), tomados como advertência de que seus portadores seriam escravos, criminosos, traidores, corruptos ou ritualmente desonrados a serem evitados por pessoas de bem, especialmente em lugares públicos (GOFFMAN, 1986, apud NUÑEZ, 2013, p. 105).

Desse modo, a partir do processo de estigmatização, são então eleitos os signos que representam as características negativas dos grupos e a sua condição de inferioridade humana. Eles podem ser assimilados como um rótulo que reduz os sujeitos a sua prática, ou melhor, aos aspectos considerados negativos pelos outros.

Além disso, após reputação instalada, o grupo social e seus integrantes terão sempre julgamentos e sanções que reforçarão ainda mais essa identificação, até o momento em que os sujeitos e seu coletivo corresponderão com suas atitudes consideradas desviantes. “Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 30). Isso ocorre porque o estigma social imposto por um grupo mais poderoso que outro penetra na auto-imagem desse último, fazendo-lhes crer na sua inferioridade humana, pois aos olhos das normas do grupo superior estes possuem deficiências e características negativas (ELIAS E SCOTSON, 2000).

O sujeito aprende e incorpora o ponto de vista dos outros, sobre as crenças sociais que fundamentam seu estigma, entendendo seu aspecto negativo e identificando-se com ele (GOFFMAM, 2012). Não foi por acaso que os interlocutores da pesquisa solicitavam constantemente para interceder em nome deles junto as instituições. Estava óbvio que, após vivenciarem consecutivas situações de violação de direitos, desrespeitos e preconceito por parte dos funcionários e pela população em geral devido a seus estilos de vida, os interlocutores sabiam que seriam mal atendidos e discriminados na procura por assistência nos serviços públicos.

Muitas vezes foi necessário informá-los dos seus direitos e auxiliá-los a exigi-los, como por exemplo, ir junto com Inácio para o mesmo solicitar o cartão do SUS mesmo não tendo endereço residencial. Ou, quando Renato e Benjamim, que se consideram “papudinhos” e “homens de bem”, envergonhados pelo seu estado de embriaguez e higiene pessoal, sentiram receio em entrar no posto de saúde para solicitar atendimento domiciliar a Larissa⁶⁰.

Contudo, vale salientar, que as práticas desviantes do consumo de “drogas”, uso intenso da cachaça e/ou vivência nas ruas podem ser atrativas para várias pessoas, não só pelos seus efeitos no corpo e suposta “liberdade”, mas também por proporcionar algum tipo de ganho secundário, status ou reconhecimento no interior do grupo. Como no caso em que estas pessoas evidenciam sua relação compulsiva ou “dependente” da substância para acessar serviços de assistência e saúde. Lembrando também que estas substâncias aparecem como elemento que engendram sociabilidades e favorecem as trocas simbólicas no “CTI”.

Desse modo, apesar das possibilidades de estigmatização, o estigma não está fadado exclusivamente aos aspectos negativos de inferioridade e de vitimização, podendo ser ressignificados e exaltados a depender do modo como grupos sociais se apropriam destes signos, e do que eles podem tirar deles (GOFFMAM, 2012).

Assim, esses estigmas atuam como elemento de formação da identidade dos sujeitos. Isso pode ser percebido na “batida policial”, quando Benjamim ressalta só haver “papudinhos” no grupo. Há aí uma auto identificação com o estigma, que no caso assume conotação de superioridade diante do outro considerado inferior pela adoção de práticas ilegais. Para alguns, o “papudinho” pode ser visto como uma

⁶⁰ Situação relatada no capítulo 01.

pessoa que se encontra em situação de fragilidade dos vínculos sociais como trabalho e família, ou até mesmo, pessoas “combalidas” ou “doentes” pelo consumo intenso e diário da cachaça. Porém, nas relações do “CTI”, os “papudinhos” se consideram superiores em status social ou detentores de mais respeito do que aqueles fazem consumo de “droga”, dos “noiados”, “bandidos” e dos “vagabundos” (nesse caso se ele possuir residência e renda). Utilizam-se do termo para se diferenciar dos demais, barganhando benefícios e “respeito”.

Do mesmo modo, os “bandidos”, no caso dos revendedores da “pedra”, impõem sua superioridade de poder não só ao controlar o acesso da “droga” para os “noiados”, como demarcando controle sobre o espaço. Nota-se que as pessoas estigmatizadas por certas características também exercem preconceito contra pessoas que possuem estigmas diferentes dos seus (GOFFMAM, 2012).

Dessa forma, as pessoas estigmatizadas tendem a se agrupar com outras pessoas que possuem os mesmos estigmas, pelos interesses em comum, mas também como forma de apoio, aceitação e estabelecimento de seus status social na relação local. Assim, essas pessoas utilizam esses estigmas como elemento de identidade, formação de grupos e base para organizar a suas vidas, pois, como afirma Goffmam (2012, p. 123), o que “o indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social”.

Assim, essas pessoas estigmatizadas não podem ser pensadas como invisibilizadas pela sua condição social. Pelo contrário, para grande parte das pessoas que circulam pelo centro da cidade, essas pessoas são vistas, seja pelas relações estabelecidas com outros frequentadores do espaço, como pelo estigma que evidencia as pessoas e suas práticas (GOFFMAM, 2012). Portanto, o “CTI” e seus frequentadores são alvos constantes de intervenções por parte do Estado, como forma de controle das práticas e pessoas que o compõe. Daí um dos motivos para o receio da presença dos “bandidos” no local, pois estes chamam a atenção da polícia para as práticas lá existentes.

Dessa forma, a demarcação da diferença em suas características negativas, a estigmatização, pode ser encarada como forma de apontar os aspectos ameaçadores da integridade das relações sociais locais, que nesse caso, trata-se especialmente de uma questão legal (lícito/ilícito) e da noção de saúde e higiene, imposta pela concepção de higiene contemporânea ocidental trazida pela medicina (DOUGLAS, 1969). Tais marcadores aparecem através do envolvimento com a

criminalidade, desonestidade e violência, somando-se elementos como sujeira e doença, devido à intensidade do consumo e estilo de vida nas ruas.

Assim encontramos representações sociais acerca desses participantes das relações do “CTI” que perpassam por um lado a noção de doença, de outro, a noção de criminalidade. Tais aspectos são principalmente imputados àquelas pessoas consumidoras de drogas ilícitas, mas também que fazem consumo intenso e regular do álcool, as quais vêm sendo historicamente estigmatizadas, “marginalizadas”, considerados como indivíduos sem autonomia e perigosos, na maioria das vezes enquadrados como “criminosos” ou “doentes” (CARNEIRO, 2002; MOTA, 2008; BRASIL, 2014).

Nota-se que esses aspectos estão relacionados à noção de perigo. Desse modo, assim como suas práticas, aqueles que as praticam passam a representar perigo. No capítulo 02, está citado relato de Adeildo sobre o perigo de andar pelo centro quando o movimento e circulação de pessoas diminuem, a partir do final da tarde, quando permanecem no local aqueles que continuam no uso das substâncias psicoativas, principalmente os “papudinhos”, “noiados” e a população em situação de rua. O perigo em questão está assim associado a uma suposta ameaça, então materializada no consumo intenso dessas substâncias e o desenvolvimento de práticas moralmente condenáveis ou ilícitas.

Como relatado anteriormente, algumas dos interlocutores atribuem ao consumo intensivo do “burrinho” e da “pedra” a responsabilidade por comportamentos indesejados. No caso dos “noiados”, estão os “vacilos” como atitude reprovada. Já para os “bandidos”, revendedores da “pedra”, estão a violência e presença da polícia no local e para os “vagabundos” e “papudinhos”, o descumprimentos das normas morais sobre trabalho, família e noção de higiene e saúde.

Assim, essas substâncias de consumo tornam-se objeto representante dos “males” encontrados na região. A droga, um objeto inanimado, assume vida, a personificação do “demônio”, enquanto que aquele que a consome torna-se coisa, é objetificado em sua passividade diante da substância (SAPORI E MEDEIROS, 2010, p. 110). Os que lidam com essas substâncias são encarados como os portadores desse mal, são então considerados os representantes daquilo que é negativo e ameaçador, demandando assim intervenções tanto de higienização do espaço e das pessoas como de “guerra às drogas”.

Gluckman (1974), em seu texto sobre Rituais de Rebelião, aponta para o papel de certos personagens “bodes expiatórios” que são sacrificados ou banidos em nome da manutenção da ordem social. Essas pessoas frequentadoras do “CTI”, consumidoras de tais substâncias, seriam então os “bodes expiatórios” da região. O “papudinho”, o “noiado”, o “vagabundo” e o “bandido”, estigmatizados pela sua “impureza”, são considerados uma ofensa contra a ordem social almejada.

Goffman (2012, p.150), nos alerta para o fato de que quando um estigma tem origem moral, há o exercício de “controle social formal”, pois essas pessoas são aquelas “consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social” (p.155). Ou seja, há uma demanda por eliminação desses males para garantir a coesão da sociedade como nos lembra Mary Douglas (1966):

Tal como a conhecemos, a impureza é essencialmente desordem [...]. Eliminando-a não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio. (DOUGLAS, 1966, p. 14).

Consequentemente, tanto a prática do consumo intensivo da bebida pelos “papudinhos” como o consumo da “pedra” pelos “noiados”, não só são vistas como sendo de reprovação social, mas recebem sanções severas de controle para o não “contágio”, disseminação ou agravamento dessas características que venham a ameaçar as relações gerais do centro da cidade. O medo justificaria assim meios legitimados de controle, que resultam em intervenções de opressão e humilhação pela dita condição de inferioridade daqueles que ameaçam o espaço ou a ordem social, como relatado anteriormente.

Daí a presença da polícia no local para dar “banho” (preso) naqueles que cometem atos ilícitos e inibir a circulação dos demais pelo espaço. O termo “banho” trazido por Cristiano após a “batida policial” é comumente utilizado pelos interlocutores da pesquisa como uma constatação diante do flagrante e consequente punição. No caso da “batida policial” o flagrante seria dado pela polícia e uma das formas de punição seria a prisão. Entretanto, podemos pensar esse termo “banho”, por vias da higienização, como empregado pela língua portuguesa formal. Tal termo, que se refere ao ato de ser pego em flagrante e punido, remeteria assim as medidas de higienização sofrida por aquele que comete práticas ilícitas.

Entretanto, a atitude de Honório de jogar água em Danilo diante da “sujeira” que este representaria, no episódio citado anteriormente, pode ser entendida como

uma medida também de higienização, no duplo sentido da palavra apontada aqui. Ele estaria afastando o interlocutor do local e limpando o espaço. Assim, observamos que não só a polícia representa esse cerceamento de alguns frequentadores pelo espaço, mas as próprias pessoas que circulam pelo local e os próprios frequentadores do “CTI” atuam nesse controle.

Nota-se que através da ameaça do perigo, observa-se que as pessoas exercem poder de coerção umas sobre as outras, pois a noção de perigo é uma expressão de hierarquia e não simetria. Tais aspectos como sujeira, perigo e impureza transmitem assim uma carga simbólica que se relaciona com a vida social, eles servem de analogia para a organização de nossa sociedade.

Observarmos assim como um espaço que aparentemente congrega diferentes grupos de frequentadores em torno do consumo da cachaça, através das relações cotidianas pode na verdade revelar conflitos sociais e hierarquizações entre os grupos. Mais ainda, vimos como determinadas práticas são apreendidas como características negativas e se tornam símbolos das pessoas, atuando como elemento de inferiorização de determinados frequentadores do espaço. Além disso, percebemos o modo como as práticas, consideradas desviantes, moralmente condenáveis ou ilícitas, representam uma ameaça à ordem social, justificando ações de intervenção no espaço e controle das pessoas frequentadoras do “CTI”. Como alega Mary Douglas (1969, p. 115) a desordem é ao mesmo tempo “símbolo de perigo e poder”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida acerca do cotidiano e sociabilidades em um espaço denominado de “CTI” é apenas um recorte dentre as inúmeras possibilidades de análise das experiências vividas em tal contexto, diante da complexidade dos modos de vida de seus frequentadores, práticas, interesses e sociabilidade local. Como não há método científico capaz de garantir ou alcançar a complexidade de um grupo estudado (CLIFFORD, 1998) e por mais formação que um pesquisador tenha, esta, toda e qualquer pesquisa, possui “limites e suas análises sempre são incompletas” (ROSALDO, 1991, p.21).

O que temos aqui são perspectivas de análise, onde os dados observados, as descrições, interpretações, comparações, conceituações e análises realizadas constituem parte de um ponto de vista, na tentativa de elaboração de uma explicação sobre uma realidade local (WOLF, 2003). Como vimos, ela parte das narrativas sobre as experiências e histórias de vida dos interlocutores da pesquisa que, por sua vez, apontam para as relações sociais mais abrangentes e auxiliaram como acesso a um saber, uma moral e uma história compartilhada localmente.

Contudo, essas narrativas compuseram as várias formas de conhecer, perceber e elaborar acerca das interações que acontecem no “CTI”, não se constituindo como únicas. Não só as palavras ditas e apreendidas em campo foram elementos para a pesquisa etnográfica, mas também os cheiros, as texturas, o observado, o não dito e a experiência da própria pesquisadora no encontro com o outro. Assim me propus a estudar um campo o qual se apresentou logo de início cercado de desafios.

Lembro-me bem, de uma conversa com Walter, que ao comentar extensivamente sobre a dificuldade de conviver com a pobreza, a partir de uma reportagem que ele assistiu na televisão, falou o seguinte:

Carol, compra uma prancha e vai pegar onda! Para que ficar no meio da miséria, de gente suja, um monte de drogado? No final das contas, vai servir de quê? (WALTER).

Mesmo diante das dificuldades e incômodos nesse encontro com realidades tão distintas, mas próxima à minha, a pergunta de Walter evidenciou os propósitos de minha investidura. Entendi que se tratava de um grupo de pessoas que por seus

estilos de vida, adoção de práticas desviantes (BECKER, 2008), moralmente reprováveis ou ilícitas, situação de vulnerabilidade emocional, física e social, encontra-se em meio a um processo de estigmatização, privação de direitos e de circulação pela cidade. Mais do que nunca era preciso conhecer seus pontos de vista acerca das suas relações cotidianas, com o espaço em que vivem, entre os grupos de frequentadores do “CTI” e com aqueles “de fora”. Tais implicações apontam para a necessidade de compreensão acerca de como os sujeitos em seus grupos se organizam, em suas micro relações cotidianas, diante de normas mais gerais de uma sociedade.

Se o centro, enquanto mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer, constitui ao mesmo tempo lugar de trabalho e lazer, fluxo e ancoragem, para parte os frequentadores do “CTI”, essa região pode ser também “uma ilha maravilhosa”, “tranquila” e acolhedora; de “curtição” através do consumo de substâncias psicoativas; ao mesmo tempo, “violenta”, portanto, onde é preciso “estar de olho” e ter “malícia”. Um lugar ambíguo ou, melhor dizendo, plural, de múltiplas significações.

Nesse contexto, surge o “CTI” da região central de Cabedelo/PB, caracterizado por ser um espaço de sociabilidade masculina em torno do consumo intenso da cachaça, cujas práticas e relações sociais estabelecidas acontecem de forma relativamente permanente entre pessoas conhecidas ou reconhecíveis entre si. Tais relações produziram um espaço particular (seja disposto nas calçadas, bares, praça ou outros pontos de comercialização da bebida) marcado por códigos de conduta e solidariedades próprios, podendo este se deslocar ou migrar diante das interferências no local.

Tais aspectos dão ao lugar uma certa fluidez das relações e itinerância aos seus frequentadores, tanto de um grupo para outro, dos grupos para fora do “CTI”, mas no interior da mancha, como das pessoas para fora da região. Assim como a fluidez das águas e o balanço das marés, o espaço possui um movimento contínuo que se adapta à dinâmica e fluxo de seus frequentadores. Apesar dessa dinamicidade e mobilidade de seus membros, o “CTI” e seus grupos “subsiste[m] em sua unidade” (SIMMEL, 1983, p. 52), não enquanto corpo único, fechado, denso e igualitário entre seus membros, mas como dito anteriormente, como referência, ponto de encontro e sociabilidade.

Trata-se assim de um lugar de memória e de reconhecimento, que atua proporcionando um sentimento de pertencimento para alguns dos seus frequentadores a partir dos usos e apropriações do espaço que é público. Mesmo com o vai e vem das ondas, o “CTI” permanece referência para o encontro de determinadas práticas, que dão ao lugar características até então permanentes de consumo de bebidas alcóolicas.

Entretanto, por estar circunscrito em espaço público do centro da cidade, o “CTI” é também marcado por encontros e divergências, pois nele as diferenças são exteriorizadas e confrontadas. O cotidiano revela conflitos entre seus frequentadores diante de interesses e elementos que os caracterizam, gerando diferenciação entre os frequentadores, atuando em suas identidades, na formação dos grupos e hierarquizações que levam ao processo de estigmatização (ELIAS E SCOTSON, 2000) de determinados grupos de frequentadores. Temos assim que os sentidos atribuídos ao espaço marcam não só a história do lugar, mas também das práticas e das pessoas (AUGÉ, 2012).

Desse modo, observa-se que tais aspectos concedidos ao lugar a partir das práticas sociais lá existentes também apontam para as formas de conceber seus frequentadores. Nesse sentido, o “CTI” se reveste de impressões e sentimentos acerca do local e das pessoas pertencentes ao espaço. Isso, porque os sentidos produzidos acerca de determinados espaços geram também certas moralizações e normatizações, comportam assim éticas particulares do lugar que incidem nos comportamentos e identidades das pessoas pertencentes ao local (DAMATTA, 1985).

O consumo da substância psicoativa se coloca nesse contexto como elemento de status social e sua qualidade de lícita/ilícita, como aspecto categorizante das pessoas e organizador das relações sociais do “CTI”. Entretanto, juntamente com este marcador social, outros elementos entram em cena nessa caracterização dos sujeitos, como padrões de normatividade, como moradia, trabalho, renda, família, higiene, envolvimento com a criminalidade, entre outros.

Vimos que o entendimento do que seria uma “droga” não está para qualquer substância psicoativa e sim para aquelas que constam como proibidas pelos órgãos reguladores estatais. Mais ainda, que a “droga”, por ser ilícita, é substância de consumo daqueles que burlam tais regras sociais, como os “bandidos” e “noiados”. Isso, enquanto que aqueles que consomem substâncias legalizadas são encarados

como “homens” de bem” e portanto, seriam aqueles autorizados a receberem “respeito”. Vimos que nem todo consumidor da “pedra” de crack é “noiado”, mas que tal termo tem como intuito caracterizar apenas aqueles que supostamente perderam o estado de “confiança”, “honra” e dignidade, distinguindo-se dos demais consumidores da substância. Além disso, percebe-se que é delegada à “droga” a responsabilidade por tais atitudes, sendo o sujeito passivo ou vítima do consumo da substância, um “viciado”. Porém, ao mesmo tempo, para alguns a adoção de práticas moralmente reprováveis pelo grupo, coloca o “noiado” numa condição de “desrespeito” e admissão de violação de direitos, entendendo este como um sujeito ativo que necessita de punição pedagógica por suas atitudes.

Já a população em situação de rua, em sua condição de consumidora de substâncias psicoativas, seja ela a bebida, mas principalmente o “noiado”, aparece como aquele que agrega os símbolos dessa reprovação social pela sua relação com a sujeira e criminalidade. Tais aspectos reportam a uma impureza social (DOUGLAS, 1969) que os coloca como alvo de medidas de repressão por parte da sociedade, em especial, de políticas públicas que desconsideram a complexidade dos distintos estilos de vida.

Assim, nesta pesquisa encontramos o processo de estigmatização e desrespeito àqueles que se encontram à margem dessas normas sociais. Para se pensar medidas que restituam e garantam direitos fundamentais a essas pessoas se faz necessário estar atento a essas implicações do modo como ocorre tal processo de estigmatização e promover ações na garantia da qualidade de vida dessas pessoas.

O cotidiano do “CTI” revela assim questões éticas, políticas e morais acerca da temática do consumo de substâncias psicoativas, apontando para as implicações do marco legal e normatizações sobre higiene, saúde, família, moradia e trabalho na subjetividade das pessoas, nas formas de sociabilidade dos consumidores e em sua circulação pelo espaço urbano, assim como no fazer pesquisa nesse contexto. Mais ainda, observa-se no cotidiano do “CTI” que as pessoas o têm não só como um lugar de reprodução das atividades corriqueiras (da rotina), mas simultaneamente, um lugar de produção de novos sentidos e modos de agir sobre suas práticas, interesses, normas e sentidos, um saber-fazer das experiências cotidianas.

Ao estudar o “CTI”, pode-se perceber como na vida rotineira os sujeitos expressam e negociam as normas sociais mais gerais, nas suas relações

interpessoais, com as instituições e com o espaço em que as pessoas estão inseridas. Sendo assim, no cotidiano encontramos indicações de uma realidade social, pois este proporciona, a partir da análise microscópica, uma visão macroscópica da organização social (PAIS, 2003).

Nesse sentido, através do método da análise de um caso particular, como este do “CTI”, pode-se provar “uma lei de uma extrema generalidade” (MAUSS, 2003, p.503), porém sem perder de vista a singularidade e particularidades do contexto pesquisado. Através das situações sociais em uma sociedade particular podemos reconhecer as estruturas sociais desta mesma sociedade, colocando em prática a capacidade de generalização do estudo (GLUCKMAN, 2010).

Esta pesquisa pode assim contribuir para o entendimento acerca do cotidiano das populações vulneráveis que se agregam em torno consumo de substâncias psicoativas, que por sua vez, pode auxiliar na compreensão sobre suas necessidades e demandas, na tentativa de oferecer subsídio para o desenvolvimento de estratégias pautadas na garantia de direitos e promoção da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: texto revisado (DSM-IV-TR). Artmed, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Código de ética do antropólogo e da antropóloga**. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/documentos/codigo-de-etica>>. Acesso em: setembro de 2013.

ALVES, Ygor. **Pesquisa etnográfica participante entre usuários de crack na cidade de São Paulo**. 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8749&Itemid=429>

AUGÉ, Marc. **Não-lugares, por uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994. (Cap. II – “O lugar antropológico”, p. 43-70).

AZEVEDO, AINA. Desenhos na África do Sul: desenhar para ver, para dizer e para sentir. **Revista brasileira de pós-graduação**. Vol.13, n. 2, p.221-226. Rio grande do Norte: UFRN, 2014.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-69.

BECCKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In J. Revel (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BERGERON, H. **Sociologia da droga**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2012.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC/UNESP, 1998.

BIONDI, Karini. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão sobre a ideia de região. In **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p.107-131.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da População em Situação de Rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte**: meta 10: realização de ações de atendimento sócio assistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população de rua. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/2008%20Sumario%20Executivo%20Pesquisa%20Nacional%20PSR.pdf>

_____. Ministério da Saúde. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996**. Conselho Nacional de Saúde. CONEP. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm>

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional Sobre Drogas. **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas**. Brasília: SENAD, 2010. Disponível em: <<http://www2.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/publicacoes/material-informativo/serie-por-dentro-do-ssunto/legislacao-e-politicas-publicas-sobre-drogas-no-brasil>>

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**: módulo 1. Brasília: 6. ed. 2014. 140 p.

BURGIERMAN, D. R. **O fim da Guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas**. São Paulo: Leya, 2011.

CAIAFA, J. **Jornadas urbanas: Exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CALDEIRA, Teresa do Rio. **A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia**. In: Novos Estudos. CEBRAP, nº21, 1988. pp.133-157.

CARNEIRO, Henrique. As drogas: objeto da Nova História. In **Revista USP**. Nº 23, set/out/nov. São Paulo: editora da USP, 1994a. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/23>

_____. **Filtros, Mezinhas e Triacas: as drogas no mundo moderno**. São Paulo: Xamã Editora, 1994b.

_____. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, São Paulo, vol. 6, n. 2, p.115-128. 2002.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: Da vulnerabilidade à desfiliação. **Caderno CRH** [online]: Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan/dez, 1997.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2004.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 17-62.

CLYDE Mitchell, J. A dança Kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In Feldman Bianco (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. In: **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>

DAMATTA, Roberto. Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu**. Traduzido por Sônia Pereira da Silva. Lisboa: Edições 70, 1996. (col. Perspectivas do Homem, n.º 39).

DUTRA, Jorge Chaves. **A diferença populacional entre a alta e a baixa estação turística na praia de Camboinha–Cabedelo/PB**. 2006. Disponível em: http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/gema/images/stories/monografias/2005/mono_jorge.pdf

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Introdução. In: _____. **Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 21-50.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. Tradução de Paula Siqueira. In: **Cadernos de campo**. n.13, p. 155-161. São Paulo: USP, 2005.

IORE, Mauricio. Tensões entre o biológico e o social nas controvérsias médicas sobre uso de “drogas”. **Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambú, 2004.

FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice. **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica** / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FONSECA, Claudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica** / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhe. 41.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRANCH, Mônica; QUEIROZ, Tereza. **Da casa à praça: um estudo da revitalização de praças em João Pessoa**. Org. Mônica Franch e Tereza Queiroz. Belo Horizonte: Fino Trato, 2010.

FREUD, Sigmund. **Mal-estar na civilização** (1929). Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FRÚGOLI JR, Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da luz. In: **Ponto Urbe**, n. 6. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>>. Acesso em junho de 2013.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia o cenário da escrita. In: **Obras e vidas – o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. pp. 11-39.

_____. Uma Descrição Densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura. In **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOMES, B. R. e ADORNO, Rubens. Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos usos de crack no centro de São Paulo. In: **Etnográfica** [online], 2011, vol.15, n.3, p. 569-586.

GONÇALVES, Alexandre; ABDALA, Mônica Chaves. “Na banca do ‘seu’ Pedro é tudo mais gostoso”: personalidade e sociabilidade na feira-livre. **Ponto Urbe** [Online], Julho/ 2013. Disponível em : <file:///C:/Users/ana%20carol%20paz/Downloads/pontourbe-528-12-document-sans-titre%20(2).pdf>.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWN, Eric. J. **Rebeldes primitivos: Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais do século XIX e XX**. 2º Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOBBSAWN, Eric. J. **Bandidos**. 5º Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como firmador da função do eu (1949). In **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. **Rev. bras. Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.115-134, Junho/2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200008>>.

KUSCHNIR, Karina. Ensinando a antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. **Cadernos de arte e antropologia**. Vol. 3, nº 2, p. 23-46. 2014.

MACRAE, Edward. Prefácio. In: MACRAE, E. et al (Org). **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura - CETAD/UFBA). Salvador: EDUFBA, 2013. p.4-37.

MAGNANI, José. Guilherme. **O lazer na cidade**. Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 1994.

_____. Quando o Campo é a Cidade. In. **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 17, no. 49, junho de 2002.

MALHEIRO, Luana. “Entre sacizeiro, usuário e patrão”: Um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. In: MACRAE, E et al (Org). **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura - CETAD/UFBA). Salvador: EDUFBA, 2013. p. 154-227.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: **Textos escolhidos/ Merleau-Ponty**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.193-206.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, Aug. 2003. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200002&lng=en&nrm=iso>

MOTA, L. **Pecado, crime ou doença? Representações sociais da dependência química**. Tese. Fortaleza: 2008. 246 f.

NASCIMENTO, Pedro. **Ser Homem ou Nada": Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE**. Dissertação de mestrado. UFPE: Recife, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. **O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais**. BIB. São Paulo. n. 55, p. 73-98, 1º sem. 2003.

NUÑEZ, Maria Eugenia. A chegada do crack em Salvador: quem disse que o crack traz algo de novo?. In: In: MACRAE, E et al (Org). **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura - CETAD/UFBA). Salvador, EDUFBA, 2013. p.92-117.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso. Pesquisa *em versus* Pesquisas *com* seres humanos. In: Ceres VÍctora, Ruben George Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Pedro Oro (Org.). **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2004.

_____. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica** / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: Letras Livres : Editora Universidade de Brasília, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas**. Porto Alegres: Artes Médicas, 1993.

_____. **Nomenclatura e classificação dos problemas relacionados com drogas e álcool: Memorando WHO**. Boletim World Health Organization 1981.

OSORIO, R. G.; SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.619). Disponível em: <
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1133/1/TD_1743.pdf>

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PANTOJA, Mariana. C. **Os Milton: cem anos de história nos seringais**. 2 ed. Rio branco/AC: EDUFAC, 2008.

POMBO, Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa** / Rocha Pombo (1857-1933). 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011. (Coleção Antônio de Morais Silva; v. 10)

PARK, Robert. A cidade sugere para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, Otávio (org.). **O Fenômeno Urbano**, RJ, Guanabara, 1987.

PAUGAM, Serge. **A Desqualificação Social: Ensaio Sobre a nova Pobreza**, Porto: Porto Editora, 2003.

PEIRANO, Mariza. **Os antropólogos e suas linhagens Homenagem**, p. 31-45, 1992. Disponível em: < <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes>

_____. Antropologia at home. In **A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 37-52.

_____. Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. Ano 20, n. 42, p. 377-391. Porto Alegre, jul./dez. 2014.

ROSALDO, R. **Cultura y verdad: nueva propuesta de análisis social**. Ciudad de Mexico: Editora Grijaldo, 1991.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro nome, 2014.

SÁ, Leonardo; NETO, João Pedro de Santiago. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O público e o privado**, n. 18, 2012.

SANTOS, Carlos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro: FINEB/IBAM, Projeto, 1985.

SAPORI, L.F.; MEDEIROS, Regina. **Crack: um desafio social**. Saporì L.F., Medeiros R., organizadores. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

SILVA, C. B. R. **Da terra das primaveras à ilha do amor: reggae, lazer e identidade cultural**. São Luiz: EDUFMA, 1995.

SIMMEL, Georg. Geral-Problemas Metodológicos Fundamentais. [1898] in Moraes, E. (org.). **Sociologia: Simmel**. São Paulo: Ed. Ática, 1983. p. 52-58.

_____. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal” [1917] in Moraes, E. (org.). **Sociologia: Simmel**. São Paulo: Ed. Ática, 1983. p. 165-181.

SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In Labate, et al (org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

TUNER, Victor. Dramas, Campos e Metáforas. **Ação simbólica na sociedade Humana**. Niterói: EDUFF, 2008.

_____. **O processo Ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 2013. (coleção Antropologia).

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o estudo de caso detalhado. In Feladman Bianco (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

VARGAS, Eduardo. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In Labate, et al (org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VELHO, Gilberto. O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política. Entrevista concedida a Fiore. In Labate, et al (org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: Velho, Otávio (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos *insights*, novas questões. In: Contribuições de Eric Wolf. Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (Orgs.). **Antropologia e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa oficial do estado de S. Paulo: Editora Unicamp, 2003, p. 325-343.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

01. Caracterização geral do entrevistado

Nome/apelido; Idade; Sexo; cor; local que habita;

02. Sobre sua permanência no local

O que faz no local (reside nas proximidades/trabalha/em situação de rua)?; tempo de permanência/frequência no local (ex. Frequência diária/o dia inteiro); Rotina no local (o que faz); Como começou sua frequência no centro (motivos)?; Relação com o espaço; Relação com os outros frequentadores do local.

03. Sobre o CTI e os seus frequentadores

O que é o CTI? Qual a delimitação espacial? quem frequenta? a quanto tempo existe? Como começou? Como se percebe nesse contexto? Como acha que os outros o percebe.

04. História de vida

Lugar onde nasceu; infância; relacionamento com a família (pais e irmãos); relacionamento com a escola; adolescência; relacionamento com amigos/vizinhança; relação com o trabalho; relacionamentos amorosos; vida conjugal/filhos; religião; condições econômicas; lugares onde morou/motivos da mudança; hábitos de lazer / preferências e gostos.

05. Consumo da bebida alcoólica e outras substâncias

Como iniciou o consumo; se houve uma mudança no padrão de consumo ao longo dos anos; frequência de uso; local de uso.

06. Relacionamentos atuais

Trabalho/renda; moradia (com quem e onde reside); família / pais / irmãos / filhos / cônjuge; relacionamento amoroso atual; relação com os outros habitantes do local; relacionamento com as instituições; pessoas importantes na vida; formas de lazer; descrever o cotidiano/alimentação/dormida

07. Vida nas ruas (para aqueles em situação de rua)

Transição para as ruas/processo de entrada; motivos; o que achava sobre a vida nas ruas antes; como foram os primeiros momentos / dificuldades / expectativas; o que acha de viver nas ruas; como era a vida antes e depois; escolha do local; relação com o espaço/por onde circula e por onde não circula / porquê / itinerância; cotidiano/higiene/alimentação; trabalho / renda / recursos de subsistência/existência; formas de lazer; disputa e brigas entre os grupos; ações ilícitas; envolvimento com a polícia; o que tem de melhor e pior nas ruas; com quais grupos que mais e menos se identifica (quais os marcadores de distinção)?